



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUSTENTÁVEL – PRODER/MDER

MARIA LAÍS DOS SANTOS LEITE

UMA AVALIAÇÃO DE PERCEPÇÃO JUNTO A AGRICULTORES(AS)
FAMILIARES BENEFICIÁRIOS(AS) DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE
ALIMENTOS EM BARBALHA-CE

CARIRI – CE

2016

MARIA LAÍS DOS SANTOS LEITE

UMA AVALIAÇÃO DE PERCEPÇÃO JUNTO A AGRICULTORES(AS)
FAMILIARES BENEFICIÁRIOS(AS) DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE
ALIMENTOS EM BARBALHA-CE

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Curso de Mestrado
em Desenvolvimento Regional
Sustentável, da Universidade
Federal do Cariri-UFCA, como
requisito parcial para obtenção do
título de Mestre em Desenvolvimento
Regional Sustentável.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Suely
Salgueiro Chacon.

Co-orientador: Prof. Dr. Eduardo
Vivian da Cunha.

CARIRI – CE

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Cariri
Sistema de Bibliotecas

L533a Leite, Maria Laís dos Santos.

Uma avaliação de percepção junto aos agricultores (as) familiares beneficiários (as) do Programa de Aquisição de Alimentos em Barbalha-CE / Maria Laís dos Santos Leite. – 2016.
197 f.: il. color., enc.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Cariri, Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável, Juazeiro do Norte, 2016.

Orientação: Profa. Dra. Suely Salgueiro Chacon.

1. Agricultura familiar. 2. Políticas públicas. 3. Desenvolvimento sustentável. I. Título.

CDD 338.1

MARIA LAÍS DOS SANTOS LEITE

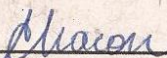
UMA AVALIAÇÃO DE PERCEPÇÃO JUNTO A AGRICULTORES(AS)
FAMILIARES BENEFICIÁRIOS(AS) DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE
ALIMENTOS EM BARBALHA-CE

Linha de Pesquisa: Sociedade, Estado e desenvolvimento regional sustentável

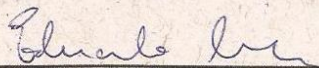
Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável, da Universidade Federal do Cariri-UFCA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável. Área de Concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Suely Salgueiro Chacon.
Co-orientador: Prof. Dr. Eduardo Vivian da Cunha

APROVADO EM: 26/04/2016

BANCA EXAMINADORA



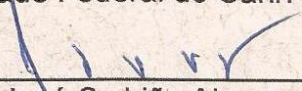
Prof^a. Dr^a. Suely Salgueiro Chacon.
Universidade Federal do Cariri – UFCA (orientadora)



Prof. Dr. Eduardo Vivian da Cunha
Universidade Federal do Cariri – UFCA (co-orientador)



Prof. Dr. Ricardo Lange Ness
Universidade Federal do Cariri – UFCA (membro interno)



Prof. Dr. José Sydrião Alencar Júnior (membro externo)
Universidade de Fortaleza – Unifor

*À minha amada Mãe, a mulher que
inspira minhas lutas e compartilha
comigo vitórias e derrotas.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me fortalecer na busca pelos meus sonhos, por me dar muito mais do que mereço.

A toda minha família por significar a melhor parte da minha vida e pelos ensinamentos “que não cabem no *lattes*”, especialmente a minha Mãe e minha Avó Terezinha que me fizeram acreditar na força feminina e me fizeram enxergar nosso lugar nesse sertão.

À Rafael Demarco pelo seu apoio, dedicação, compreensão e amor que me fortaleceram nesse percurso.

Aos(as) meus(minhas) amigos(as) Ana Cláudia Gomes, Roberta Silva, Fernanda Demarco, Camila Viana, Sammyra Santana e Maianny Dantas, Ives Tavares, Amanda Medeiros por terem dividido comigo as ansiedades das seleções para o Mestrado e por apesar das distâncias físicas que nos separam atualmente manter o carinho e a amizade como princípios da nossa relação.

A todos(as) os(às) meus(minhas) professores(as) que me fizeram acreditar na Educação como forma de construir um futuro melhor para mim, para a humanidade e para o mundo.

A todos(as) os(as) docentes(as), técnicos(as), discentes e funcionários(as), que fazem o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável – PRODER da Universidade Federal do Cariri pela dedicação ao nosso Programa e por fazer dele tão especial. Este Mestrado me permitiu mais do que conhecimentos acadêmicos e um título, mas experiências e vivências humanas, além do exercício da efetiva interdisciplinaridade que em nenhum lugar eu poderia ter encontrado. Gostaria de agradecer especialmente, à Prof^a Suely Chacon que se dedicou ao PRODER desde sua fundação em 2009, por ser para nós inspiração e símbolo desse Programa e à Iza Leite pelo cuidado e carinho que tinha por todos(nós e pelos seus anos de dedicação e contribuição ao PRODER.

Aos(às) amigos(as) e colegas da quinta turma do Mestrado, pelos momentos compartilhados de aprendizados, amizade, apreensão, expectativa que ficarão sempre guardados em minha memória. Um agradecimento especial

aos colegas Bruno Soares, Môngolla Abreu, Tamires Coelho e Dayanne Alcantara que estiveram mais próximos nesses dois anos tão intensos.

Aos atores envolvidos no Programa de Aquisição de Alimentos em Barbalha-CE, especialmente aos(às) agricultores(as) familiares entrevistados(as) pela sua contribuição para a construção desta pesquisa.

À Prof^a Suely Chacon e ao Prof. Eduardo Cunha, por terem me orientado neste caminho e mesmo vivendo sob uma intensa agenda de compromissos por conta da gestão da Universidade me receberem com atenção e carinho, por toda a confiança e apoio, meu muito obrigada.

Aos membros da banca, ao Prof. Ricardo Ness por ter aceito nosso convite em participar desde a qualificação de nossa pesquisa e ter contribuído enormemente com seus conhecimentos e sua gentileza. Ao Prof. Sydrião Alencar pelo aceite em avaliar esta dissertação, dando-nos a oportunidade acessar suas valiosas contribuições e experiência na temática.

À Camila Viana que se dispôs a revisar esta dissertação e de que maneira cuidadosa, pôde compartilhar comigo os últimos dias de dedicação à dissertação, tornando-os mais leves por nossa amizade e entusiasmo.

À CAPES pelo auxílio financeiro no primeiro semestre do Mestrado e pela importância que percebo hoje que isso teve na minha vida e na de muitos.

Aos colegas da Universidade Federal do Cariri – UFCA, em especial aos(às) servidores(as) técnicos(as), coordenadores e bolsistas da Pró-Reitoria de Extensão pela partilha de nosso cotidiano, conquistas, anseios e pela construção de um ambiente de trabalho acolhedor e amigável.

Aos que fazem o Programa Paidéia Cidade Educadora, por cada conquista que fazemos juntos, pela nossa união, pelos aprendizados diários, pelo compromisso genuíno com uma educação libertadora e cidadã e por acreditar que a extensão universitária faz parte desse caminho, e mais do que isso, tem o compromisso de contribuir.

Aos professores Jeová Torres, Roberta Silva, Eduardo Cunha, Valeria Giannella, e Waléria Alencar e a todos(as) os(as) colegas do Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social, Projeto Gestão Social nas Escolas, Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e

Solidários e Laboratório de Pesquisa Transdisciplinar sobre Metodologias Integrativas para Educação e Gestão Social, pela imensa contribuição que tive enquanto ser humano e profissional a partir da participação nos grupos. E por terem me oportunizado desde fevereiro 2009, ainda quando éramos UFC-Campus Cariri, partilhar desse ambiente, me ensinar a amá-lo e me sentir parte dele.

Ao Programa Universidade para Todos que me possibilitou realizar meu sonho de cursar o ensino superior, na minha Terra, na companhia dos(as) meus(minhas) familiares e amigos(as). Ao Centro Universitário Leão Sampaio por ter me oferecido um ensino de qualidade e oportunidades de sonhar e buscar novas conquistas.

Ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que criou à Universidade Federal do Cariri onde eu trabalho e estudo hoje, onde busco contribuir junto com meus(minhas) colegas para que outros(as) sertanejos(as) possam ter acesso à universidade como estudantes, servidores ou através das ações que ela desenvolve.

"Sem o que eu ouvia em casa, as orientações diárias de meu pai, mãe e tios. Sem as conversas com os meus amigos eu também não seria o que sou. Viver é rodear-se de professores, aprendendo coisas todos os dias."
(Cristovam Buarque).

LEITE, Maria Laís dos Santos. **Uma avaliação de percepção junto à agricultores(as) familiares beneficiários(as) do Programa de Aquisição de Alimentos em Barbalha-CE.** 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável) – Universidade Federal do Cariri (UFCA, PRODER, Juazeiro do Norte, 2016).

Perfil da autora: Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável - PRODER da Universidade Federal do Cariri – UFCA. Especialização em andamento em Psicologia aplicada à Educação pela Universidade Regional do Cariri – URCA. Graduada em Psicologia pela Faculdade Leão Sampaio- FALS (2008-2012) com bolsa pelo PROUNI - Programa Universidade para Todos. Servidora técnico-administrativa na Universidade Federal do Cariri - UFCA, exercendo a função de Coordenadora de Integração e Articulação com a Comunidade da Pró-Reitoria de Extensão. Integrante do Laboratório de Estudos Avançados em Desenvolvimento Regional do Semiárido (LEADERS), do Laboratório Transdisciplinar de Estudos em Gestão Social (PAIDÉIA) e coordenadora do Programa de Extensão Paidéia Cidade Educadora. No semestre 2015.1, atuou como monitora da disciplina de Gestão e Avaliação de Políticas Públicas no Curso de Administração Pública: Gestão Pública e Social vinculado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFCA. Tem atuado principalmente na área de Psicologia Social e Comunitária e suas articulações com desenvolvimento (humano) sustentável, extensão universitária, políticas públicas, gestão social, economia solidária, participação social e protagonismo juvenil.

RESUMO

O trabalho tem por finalidade promover uma avaliação de percepção do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA no município de Barbalha-CE nos anos de 2013 a 2015 junto aos(às) beneficiários(as) produtores(as) do Programa, agricultores(as) familiares. O PAA, ação integrante do Programa Fome Zero, é um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696, de 02 de julho de 2003 e tem entre as suas finalidades: incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, estimular o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar e promover o acesso à alimentação das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Em Barbalha-CE, o PAA foi implantado em 2010 através da modalidade compra com doação simultânea, que tem como intuito o atendimento de demandas locais de suplementação alimentar, em 2014 havia mais de 80 (oitenta) agricultores(as) e 15 (quinze) instituições beneficiadas, como hospitais, creches e cadeia pública.

Palavras-chave: Políticas públicas. Desenvolvimento sustentável. Agricultura familiar.

ABSTRACT

The work aims to promote an assessment of perception of the Programa de Aquisição de Alimentos - PAA (Food Acquisition Program - PAA) in the municipality of Barbalha-CE in the years 2013-2015 together with beneficiary producers Program, farmers relatives. The PAA, integral action of the Programa Fome Zero (Zero Hunger Program), is a public policy instrument established by Article 19 of Law. 10696 of 02 July 2003 and has among its purposes: to encourage family farming, promoting their economic and social inclusion, stimulate consumption and the appreciation of food produced by family farmers and promote access to food of people in situations of food and nutrition insecurity. In Barbalha-CE, the PAA was established in 2010 through the modality purchase with simultaneous donation, which has the intention to the care of local demands for food supplementation, in 2014 there were more than eighty (80) farmers (as) and fifteen (15) benefit institutions such as hospitals, kindergartens and public jail.

Keywords: Public policy; Sustainable development. Family farming.

RESUMEN

El trabajo tiene como objetivo promover una evaluación de la percepción del Programa de Aquisição de Alimentos - PAA en el municipio de Barbalha-CE en los años 2013-2015, junto con el (los) beneficiario (los) productores (los) programa, los agricultores (as) familia. El PAA, la acción integral del Programa Hambre Cero, es un instrumento de política pública establecida por el artículo 19 de la Ley. 10696 puntos 02 julio de 2003 y tiene entre sus propósitos: fomentar la agricultura familiar, promoviendo su inclusión económica y social, estimular el consumo y la apreciación de los alimentos producidos por la agricultura familiar y promover el acceso a la alimentación de las personas en situaciones de inseguridad alimentaria y nutricional. En Barbalha-CE, el PAA se estableció en 2010 mediante la compra modalidad con la donación simultánea, que tiene la intención de la atención de las demandas locales de la administración de suplementos de alimentos, en 2014 había más de ochenta (80) agricultores (as) y quince (15) instituciones de beneficios tales como hospitales, guarderías y cárcel pública.

Palavras clave: Políticas públicas. Desenvolvimento sustentável. La agricultura familiar.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Ceará: posição geográfica, dimensões e limites	24
Figura 2 – Limites Municipais e distritais macrorregião Cariri/Centro Sul	25
Figura 3 – Barbalha e municípios limítrofes	26
Figura 4 – Mapa conceitual – Políticas Públicas	52
Figura 5 – Uma compreensão inter-relacional das políticas públicas	61
Figura 6 – Mapa conceitual – Desenvolvimento Sustentável.....	73
Figura 7 – Pilares do desenvolvimento sustentável	77
Figura 8 – Mapa conceitual – Agricultura familiar	84
Figura 9 –Mapa conceitual – Segurança alimentar e agricultura familiar.....	92
Figura 10 –Mapa conceitual – Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	98
Figura 11 –Quadro explicativo da legislação do PAA	101
Gráfico 1 – Distribuição da população na Zona Urbana e Zona Rural.....	28
Gráfico 2 – Caracterização das Entidades - 2013	116
Gráfico 3 – Distribuição de Agricultores(as) por comunidade – 2013	118
Gráfico 4 – Quantidade de Agricultores(as) por sexo - 2013	119
Gráfico 5 – Distribuição de Agricultores(as) por sexo - porcentagem – 2013 .	119
Gráfico 6 – Distribuição de Agricultores(as) - Comunidade/Sexo - 2013	120
Gráfico 7 – Caracterização das Entidades - 2014	122
Gráfico 8 – Distribuição de Agricultores(as) por Comunidade – 2014.....	124
Gráfico 9 – Quantidade de Agrucultores(as) por sexo - 2014	125
Gráfico 10 – Distribuição de Agricultores(as) por sexo - porcentagem – 2014	125
Gráfico 11 – Distribuição de Agricultores(as) - Comunidade/Sexo - 2014.....	127
Gráfico 12 – Distribuição de Agricultores(as) por sexo - porcentagem – 2015	129
Gráfico 13 – Caracterização das Entidades - 2015	131
Gráfico 14 - Distribuição Dos Agricultores(As) por Comunidade - 2015	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População de Barbalha em 2010	27
Tabela 2 – Quantitativo de beneficiários(as) produtores(as) e consumidores(as) do PAA em Barbalha-CE.....	29
Tabela 3 – Títulos dos documentos concedidos pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário	36
Tabela 4 – Critérios para seleção dos(as) respondentes	40
Tabela 5 – Diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.....	98
Tabela 6 - Esquemas de propostas do Programa Fome Zero	99
Tabela 7 – Modalidades de compra do PAA	113
Tabela 8 – Caracterização das entidades - 2013	116
Tabela 9 – Quantidade de agricultores em cada comunidade - 2013.....	117
Tabela 10 – Distribuição dos Agricultores(as) por sexo - 2013.....	120
Tabela 11 – Caracterização das entidades – 2014	121
Tabela 12 – Quantidade de Agricultores(as) em cada comunidade - 2014 ...	124
Tabela 13 – Distribuição de Agricultores(as) por sexo – 2014.....	126
Tabela 14 – Quantidade de Agricultores(as) por sexo - 2015.....	129
Tabela 15 – Caracterização das entidades – 2015	130
Tabela 16 – Síntese da entrevista com o Respondente A - Sítio Brejinho.....	139
Tabela 17 – Síntese da entrevista com o Respondente B - Sítio Santo Antônio - Caldas	140
Tabela 18 – Síntese da entrevista com o Respondente C - Sítio Santo Antônio - Caldas	141
Tabela 19 – Síntese da entrevista com o Respondente D - Sítio Coité	142
Tabela 20 – Síntese da entrevista com o Respondente E - Sítio Coité	143
Tabela 21 – Síntese da entrevista com o Respondente F – Assentamento da Malhada	144
Tabela 22 – Síntese da entrevista com o Respondente G – Assentamento da Malhada	145

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CADÚNICO	Cadastro Único para Programas Sociais
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CMMAD	Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CNDRSS	Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPR	Cédula de Produto Rural
CRAJUBAR	Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha
DAP	Declaração de Aptidão
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNCEME	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
GGPAA	Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPECE	Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Ceará
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos

PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RMC	Região Metropolitana do Cariri
SAGI	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISPAA	Sistema Informatizado do Programa de Aquisição de Alimentos
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UNAB	União das Associações de Barbalha

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 PREPARANDO NOSSO PLANTIO: ASPECTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS	24
2.1 Nosso chão - Localização da pesquisa	24
2.2 As sementes que escolhemos: Métodos	31
2.2.1 Abordagem Qualitativa	31
2.2.1.1 Amostragem teórica	33
2.2.2 Estudo de Caso	34
2.2.3 Pesquisa bibliográfica	36
2.2.4. Pesquisa documental	36
2.2.5 Entrevista exploratória	38
2.2.6 Formulário	39
2.2.7 Entrevista em profundidade	42
2.2.8 Análise de conteúdo	47
2.2.9 Análise de discurso	49
3 REGANDO NOSSO PLANTIO: POLÍTICAS PÚBLICAS, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AGRICULTURA FAMILIAR E SEGURANÇA ALIMENTAR	53
3.1 Políticas Públicas	53
3.1.1 Trajetória dos estudos na área de Políticas Públicas	54
3.1.2 Problematizando as diferenças conceituais	57
3.1.3 Atividades que compõem as políticas públicas	62
3.1.4 Perspectivas das políticas públicas	64
3.1.5 Competências das políticas públicas	66
3.1.6 Avaliação de Políticas Públicas	67
3.2 Desenvolvimento Sustentável	74
3.2.1 Interdisciplinaridade e Pilares do Desenvolvimento Sustentável	78
3.2.2 A Dimensão Humana nas Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável	79
3.3 Agricultura Familiar	85
3.3.1 Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável	90

3.4 Segurança Alimentar e agricultura familiar	93
3.4.1 Avanços e desafios para a segurança e soberania alimentar	96
3.4.2 O Sistema Nacional e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.....	97
4 O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA.....	99
4.1 Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	99
4.1.1 Influências para elaboração do PAA.....	100
4.1.2 Legislação do PAA	101
4.1.3 Caracterização do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	102
5 NOSSA COLHEITA: ANÁLISES.....	116
5.1 Análise da pesquisa documental	116
5.1.1 Dados do ano de 2013	116
5.1.2 Dados do ano de 2014	122
5.2 Participação I Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional De Barbalha-CE	133
5.3 Análise dos formulários e entrevistas em profundidade com os(as) agricultores(as) familiares	134
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
REFERÊNCIAS	152
APÊNDICE A – FORMULÁRIO A SER APLICADO COM OS(AS) AGRICULTORES(AS) FAMILIARES(AS) CADASTRADOS EM 2013 E/OU 2014 NO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS EM BARBALHA-CE	161
APÊNDICE B - TÓPICOS-GUIAS PARA AS ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE A SEREM APLICADAS COM OS DIVERSOS ATORES ENVOLVIDOS NO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS EM BARBALHA-CE	171
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	173
APÊNDICE D - ANOTAÇÕES DA ENTREVISTA EXPLORATÓRIA.....	175
APÊNDICE E – ORÇAMENTO	176

ANEXO A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE DADOS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E AGRÁRIO	177
ANEXO B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE DADOS DA COORDENAÇÃO MUNICIPAL DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DE BARBALHA-CE ..	178
ANEXO C - NOTÍCIA PUBLICADA NO SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBALHA EM 15/05/2015	179
ANEXO D - AGRICULTORES BENEFICIADOS COM O PAA TERÃO NOVA SEDE DO PROGRAMA EM BARBALHA	181
ANEXO E - NOVA SEDE DO PAA EM FASE DE CONCLUSÃO EM BARBALHA-CE	182
ANEXO F - PAA – PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS CONTINUA DISTRIBUINDO ALIMENTOS SAUDÁVEIS EM BARBALHA	183
ANEXO G - LANÇADO EM BARBALHA 6ª ETAPA DO PAA – PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS	184
ANEXO H - NOTÍCIA PUBLICADA NO SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBALHA EM 17/12/2014	186
ANEXO I - NOTÍCIA PUBLICADA NO SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBALHA EM 25/06/2013	188
ANEXO J – NOTÍCIA PUBLICADA NO SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBALHA EM 18/06/2013	190
ANEXO K – NOTÍCIA PUBLICADA NO BLOG CARIRI EM SETEMBRO DE 2012	191
ANEXO L – NOTÍCIA PUBLICADA NO BLOG DO JORNALISTA TARSO ARAÚJO EM JULHO DE 2012.	192
ANEXO M – NOTÍCIA PUBLICADA NO SITE DA RÁDIO TRÊS FRONTEIRA AM EM 13/02/2011	193
ANEXO N – NOTÍCIA PUBLICADA NO BLOG DO JORNALISTA TARSO ARAÚJO EM 27/01/2011	194

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação retrata o percurso de pesquisa que culminou na avaliação de percepção do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA no município de Barbalha-CE relativos aos anos de 2013 a 2015 por meio de entrevista com sete agricultores(as) familiares cadastrados(as) como beneficiários(as) produtores(as) do PAA.

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, ação integrante do Programa Fome Zero, é um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, atualizado através da Lei nº 11.512, de 14 de outubro de 2011 e regulamentado pelos Decretos: nº **6.447**, de 07 de maio de 2008, nº **6.959**, de 15 de setembro de 2009, nº **7.775** de 4 de julho de 2012 e nº **8.026**, de 6 de junho de 2013, que traz a regulamentação em vigência do PAA.

O Programa tem entre as suas finalidades: incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização, à geração de renda; incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar e promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável (BRASIL, 2011).

O regramento do PAA, nacionalmente, é definido por um Grupo Gestor (GGPAA), órgão colegiado de caráter deliberativo e constituído por representantes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Fazenda; e Ministério da Educação. (MDA, 2012). O Controle Social localmente deve ser exercido pelo CONSEA – Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Barbalha-CE.

O PAA no Município foi implantado em 2010 através da modalidade compra com doação simultânea, que visa à aquisição de produtos da agricultura familiar local para abastecer os equipamentos públicos de

alimentação e nutrição (bancos de alimentos, cozinhas comunitárias e restaurantes populares) e as ações de acesso à alimentação, empreendidas por entidades da rede socioassistencial do município (BRASIL, 2011).

De acordo com as informações repassadas através de entrevista exploratória com o Secretário de Desenvolvimento Agrário do Município, em 2014, 87 agricultores(as) familiares e 15 (quinze) entidades beneficiadas foram cadastradas no PAA, já em 2015 têm-se 83 agricultores(as) inscritos(as). Segundo o Secretário, a Prefeitura Municipal está finalizando em 2016 a construção de um Banco de Alimentos, onde seria feita a triagem dos alimentos (separação, lavagem, embalo).

Nosso objetivo geral nesse percurso de pesquisa foi promover uma avaliação de percepção do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA no município de Barbalha-CE nos anos de 2013 a 2015 junto aos(às) agricultores(as) familiares cadastrados(as) como beneficiários(as) produtores(as) do PAA. E tivemos como objetivos específicos: 1. revisar os conceitos de políticas públicas, desenvolvimento sustentável, agricultura familiar e segurança alimentar; 2. contextualizar a gestão do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no Município de Barbalha-CE; 3. construir instrumentos para permitir a avaliação do PAA sob a ótica dos diversos atores e 4. Mapear os beneficiários produtores acerca de sua distribuição nas comunidades e os beneficiários consumidores do PAA a partir da caracterização do serviço oferecido.

As motivações pessoais para realização desta pesquisa, remetem ao histórico da minha família materna e paterna que tiveram como labor a agricultura familiar e ao vínculo com o município de Barbalha-CE, minha terra natal. Estas e outras influências fizeram com que eu me interessasse ao longo da graduação pela Psicologia Social e Comunitária, pela responsabilidade da universidade junto à sociedade, inclusive na luta pela garantia dos direitos e da equidade social.

Esperamos que a dissertação possa contribuir cientificamente com as discussões a respeito das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável por tratar-se de uma possibilidade de contribuição teórico-metodológica no campo do desenvolvimento sustentável; teórica, através da

revisão e articulação entre os conceitos de políticas públicas, desenvolvimento sustentável, agricultura familiar e segurança alimentar; e metodológica, por meio da construção de instrumentos para a avaliação de políticas públicas.

A relevância social se justifica pelo embasamento desta proposta na importância da participação dos diversos atores sociais nas atividades que compõem as políticas públicas e pela proeminência da política pública investigada. Como possibilidade de contribuição da universidade à sociedade, ao final do trabalho de dissertação, pretendemos promover uma série de encontros para compartilhar com todos(as) os atores envolvidos no PAA os resultados dessa pesquisa, encaminhando também uma cópia da dissertação as instituições relacionadas à temática no Município: Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Município, Prefeitura Municipal de Barbalha, UNAB – União das Associações de Barbalha e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

O grande valor desta temática é ressaltada pela CONAB (2015), ao destacar que a comercialização da produção agrícola familiar esteve historicamente ausente das políticas públicas, o que sempre gerou frustração e desestímulo para os(as) pequenos(as) agricultores(as), entregues, invariavelmente, a intermediários que, quando adquiriam suas colheitas, o faziam por preço vil.

Outrossim, a criação do PAA por instrumento legal representou um marco na política agrícola brasileira. Sua implementação revela, a presença do Estado na comercialização da pequena produção familiar, transmitindo segurança e incentivo à produção que, em articulação com outras ações, eleva a qualidade de vida do(a) agricultor(a) e de sua família e promove o desenvolvimento sustentável nas áreas menos assistidas do meio rural. (CONAB, 2015).

Destacamos ainda que o desenvolvimento sustentável demonstra aproximações com a agricultura familiar através da promoção à inclusão social, a ocupação das áreas rurais e por favorecer o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético. (OLALDE, 2004).

Costa e Castanhar (2003) destacam a notabilidade de avaliar o impacto de um Programa, pela possibilidade de identificar possíveis mudanças ocorridas na vida dos(as) beneficiários(as) que são decorrentes das ações do mesmo, bem como verificar se os seus objetivos têm sido cumpridos, gerando resultados satisfatórios, tais como aumento da renda, aumento e/ou diversificação da produção, comercialização, assistência técnica, associativismo, participação das mulheres e jovens, acesso à informação, etc.

Desde a sua institucionalização em 2003, o PAA já utilizou mais de 3,5 bilhões de reais em sua operacionalização (MDS, 2015), tornando-se foco de diversos estudos, tanto por parte do governo federal, através da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), vinculada ao MDS, como pelo meio acadêmico. Essas pesquisas buscam analisar, de uma maneira geral, vários aspectos do programa como: eficácia, efetividade, gargalos, impactos, pontos de melhoria, etc (ROSSI, 2012).

Apesar da grande quantidade de pesquisas envolvendo o PAA, poucos trabalhos visam avaliar de forma detalhada a percepção do programa na vida dos(as) produtores(as) familiares ou ainda dos(as) consumidores(as) beneficiados(as), esses dados são obtidos, na maioria das vezes, associados a um grupo maior de informações e objetivos. Neste trabalho, buscamos avaliar a percepção do Programa, através da escuta de algum(as) agricultores(as) que integram o PAA.

A dissertação foi dividida em seis partes, introdução, quatro capítulos e conclusão. No primeiro capítulo está descrito o delineamento metodológico adotado nesta pesquisa com a finalidade de alcançar os objetivos do estudo proposto, foram descritos os métodos, técnicas e procedimentos utilizados, bem como sua aplicação na realização da coleta e de análise dos dados. No segundo capítulo constam a pesquisa bibliográfica dos conceitos de políticas públicas, desenvolvimento sustentável, agricultura familiar e segurança alimentar que julgamos essenciais para compreensão desse estudo.

No terceiro capítulo falamos acerca das influências que levaram a elaboração do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, a legislação que regulamenta o Programa e a caracterização do mesmo.

No quarto capítulo são apresentadas as análises, tanto da pesquisa documental realizada a partir das notícias que levantamos, dos documentos repassados pela Prefeitura Municipal de Barbalha, através da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, que nos possibilitaram o acesso à informações relevantes para a escolha dos respondentes para as etapas subsequentes da pesquisa. Quanto a análise dos formulários e entrevistas em profundidade realizadas com os(as) agricultores(as).

2 PREPARANDO NOSSO PLANTIO: ASPECTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS

Neste capítulo está descrito o delineamento metodológico adotado nesta pesquisa com a finalidade de alcançar os objetivos propostos no estudo. Aqui descrevemos os métodos, técnicas e procedimentos utilizados, bem como sua aplicação na realização da coleta e de análise dos dados.

2.1 Nosso chão - Localização da pesquisa

Nossa pesquisa se realiza no Município de Barbalha, localizado na Mesoregião Sul do Estado do Ceará, na Região Metropolitana do Cariri¹, fazendo limites ao norte com os municípios de Crato, Juazeiro do Norte, Jardim e Missão Velha, ao sul com o Estado do Pernambuco (município de Jardim), ao leste com Missão Velha e a oeste com o município de Crato.

¹ Os municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha formam o Triângulo CRAJUBAR e estão situados na Região do Cariri cearense, que é definida como uma das regiões polo do Estado do Ceará, localizada no sul do Estado. Constitui-se no polo central da recém-criada Região Metropolitana do Cariri – RMC (Lei Complementar Estadual 78/2009).

Figura 1 - Ceará: posição geográfica, dimensões e limites.



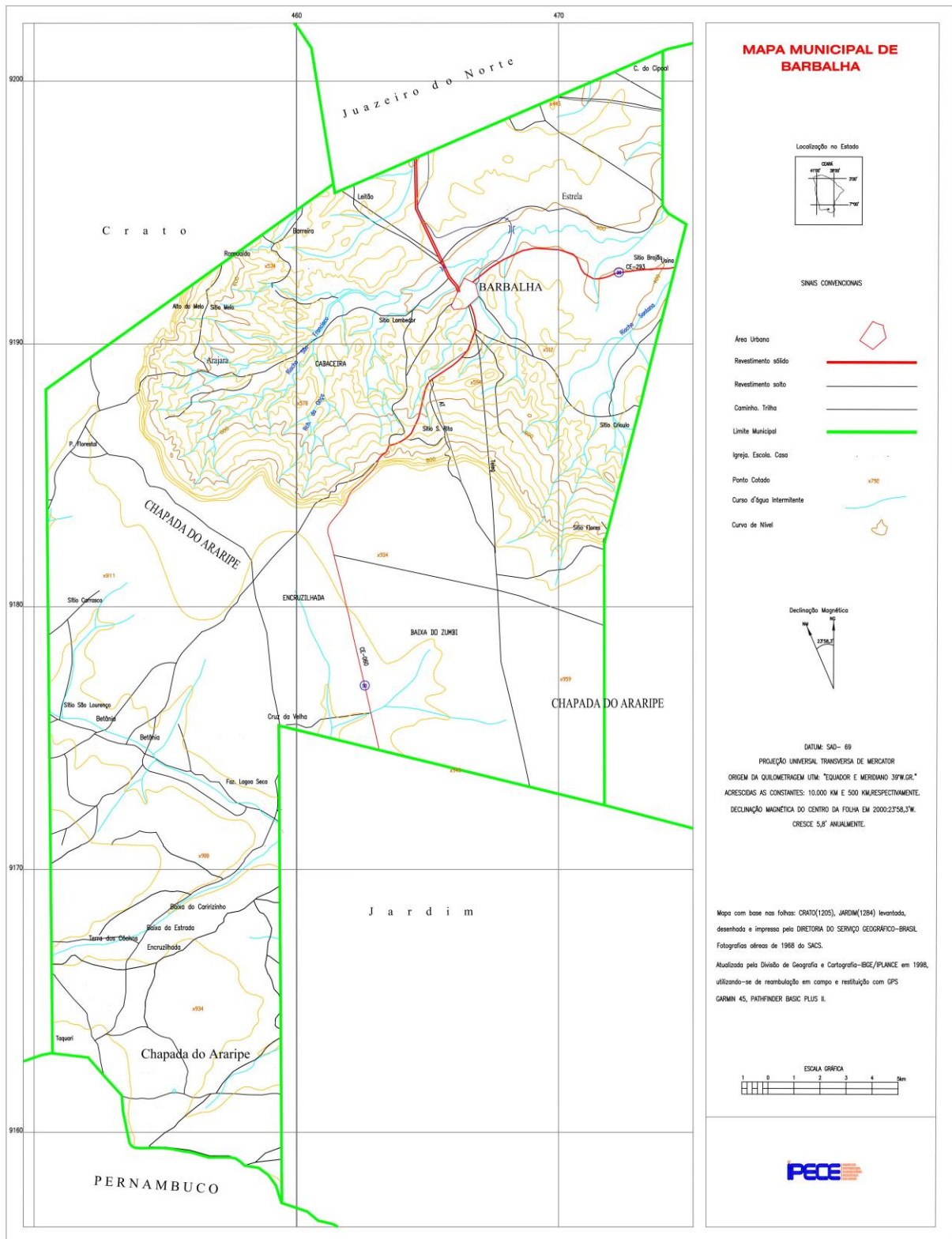
Fonte: IPECE (2007).

Figura 2 - Limites municipais e distritais macrorregião Cariri/Centro Sul (2010)



Fonte: IPECE (2007).

Figura 3 – Mapa Municipal de Barbalha

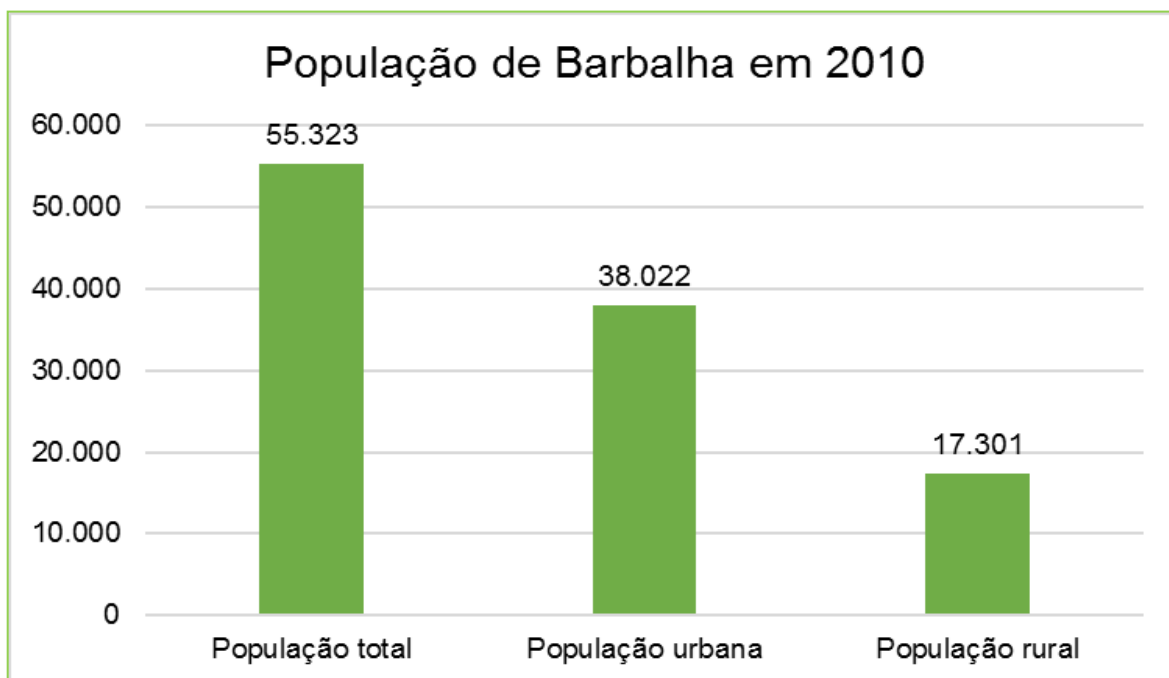


Fonte: IPECE. (<http://www.ipece.ce.gov.br/categoria5/municipais/Barbalha.pdf>).

O Município de Barbalha foi fundado em 17 de Agosto de 1846, possui uma área de 599,3 km² (IBGE, 2010), 55.323 habitantes (IBGE, 2010) ² e densidade demográfica de 92,31 hab./ km², Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2010) de 0,683³ e PIB (Produto Interno Bruto) de 454.410 mil reais em 2010.

Dos 55.323 habitantes de Barbalha, 38.022 vivem na Zona Urbana do Município e 17.301 na Zona Rural, o que equivale a 69% e 31% respectivamente. Porém, ressaltamos que estes dados são uma aproximação da realidade do Município que vivencia ainda um processo de urbanização. Há comunidades que estão localizadas formalmente na Zona Urbana, mas que seus residentes consideram como rurais pela vivência de seu cotidiano, seus costumes, atividades produtivas ligadas à agricultura, etc. (IBGE, 2010)

Tabela 1 – População de Barbalha em 2010



Fonte: Elaborada pela autora a partir do Censo do IBGE (2010).

² Para 2014 a população estimada foi de 58.347 habitantes. (IBGE, 2010).

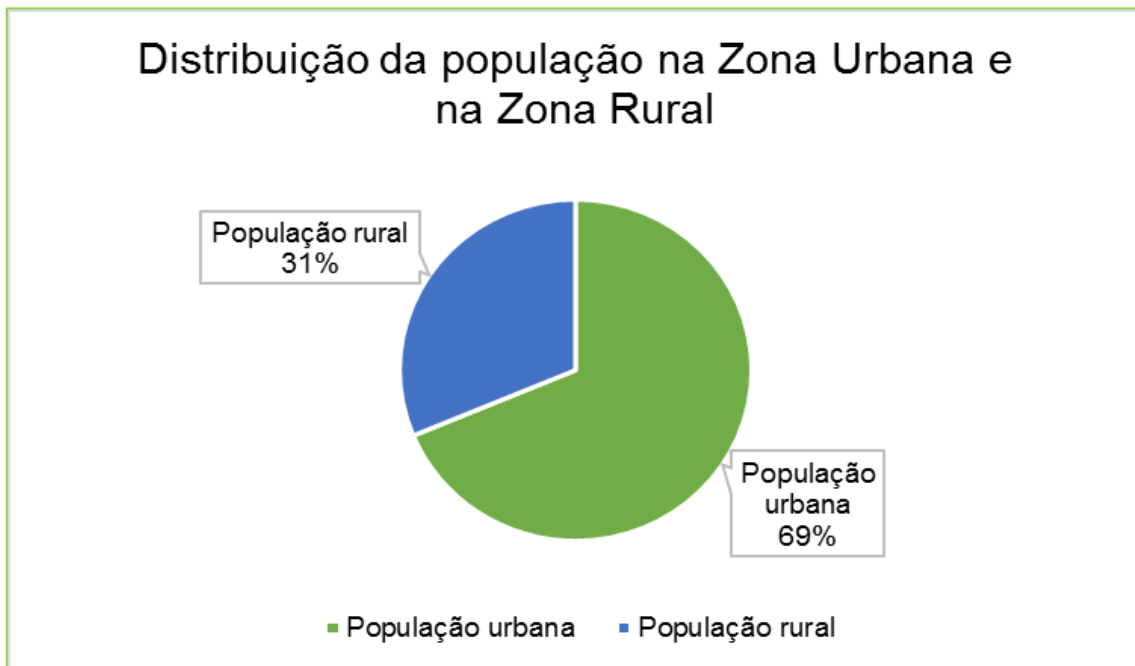


Gráfico 1 - Distribuição da população na Zona Urbana e na Zona Rural

Fonte: Elaborada pela autora a partir do Censo do IBGE (2010).

Os dados do IPECE (2013) indicam que o PIB por setor no município está distribuído da seguinte forma: agropecuária 3,06%, indústria 32,33 % e serviços 64,61%.

De acordo com os dados da FUNCEME e IPECE (2013) em relação às características ambientais e aspectos climáticos, Barbalha caracteriza-se por clima tropical quente semiárido brando, pluviosidade de 1.153,0 mm, temperatura média de 24° a 26°C, sendo mais frequentes as chuvas nos meses de janeiro a abril.

Os componentes ambientais têm como relevo a Chapada do Araripe, tendo os diversos tipos de solos⁴: aluviais, litólicos, latossolo vermelho-amarelo

⁴ Os solos da Chapada do Araripe, nomeados de acordo com o novo Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (2006) são: Neossolos Flúvicos, Neossolos Litólicos, Latossolos Vermelhos Amarelos e Argissolos Vermelhos Amarelos.

e podzólico vermelho-amarelo, a vegetação carrasco, floresta caducifólia espinhosa, floresta subcaducifólia tropical pluvial, floresta subcaducifólia xeromorfa e floresta subperenifólia tropical pluvio-nebular e integrada à bacia hidrográfica do Salgado. (IPECE, 2013).

Em relação ao Programa de Aquisição de Alimentos no âmbito municipal, o PAA foi implantado em 2010 e é operacionalizado através da modalidade denominada compra direta com doação simultânea, essa modalidade visa à aquisição de produtos da agricultura familiar local para abastecer os equipamentos públicos de alimentação e nutrição (bancos de alimentos, cozinhas comunitárias e restaurantes populares) e as ações de acesso à alimentação, empreendidas por entidades da rede socioassistencial do município (BRASIL, 2011).

De acordo com as informações repassadas pelo Secretário de Desenvolvimento Agrário do Município no que se refere à quantidade de agricultores(as) familiares e entidades cadastradas no PAA em 2013, 32 agricultores foram cadastrados(as) e 14 entidades beneficiadas, já em 2014 foram 87 agricultores(as) cadastrados(as) e 15 (quinze) entidades beneficiadas. Para 2015 teve-se 83 agricultores(as) inscritos(as) no Programa, suas propostas foram elaboradas em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Agrário e submetidas a análise da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado. Segundo o Secretário, a Prefeitura Municipal está finalizando em 2016 a construção de um Banco de Alimentos, onde será feita a triagem dos alimentos (separação, lavagem, embalo) provenientes do PAA.

Tabela 2 – Quantitativo de beneficiários(as) produtores(as) e consumidores(as) do PAA em Barbalha-CE

ANO	AGRICULTORES(AS)	ENTIDADES
2013	32	14
2014	87	15

Fonte: Entrevista exploratória com o Secretário de Desenvolvimento Agrário do Município em 12/02/2015.

2.2 As sementes que escolhemos: Métodos

Optamos pela **abordagem qualitativa**, localizando a pesquisa enquanto **estudo de caso**, as escolhas técnicas e metodológicas que utilizamos para a construção desta pesquisa são para a **coleta de dados**: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, formulário, entrevista exploratória e em profundidade e para a **análise de dados**: análise de conteúdo e análise de discurso.

2.2.1 Abordagem Qualitativa

Fraser e Gondim (2004) afirmam que a abordagem qualitativa ou ideográfica, que tomamos como base para a construção e realização desta pesquisa, surge como contraponto à abordagem nomotética que defende a quantificação e o controle das variáveis para que o conhecimento objetivo do mundo seja alcançado. O fundamento da abordagem nomotética está na crença de que o modelo das ciências naturais é pertinente para as ciências sociais e, sendo assim, estas deveriam aderir à proposição de que as leis gerais que regem os fenômenos do universo são necessárias e constantes. Caberia às ciências sociais, então, descobrir as leis gerais do comportamento e das ações humanas por meio da adoção dos procedimentos metodológicos das ciências naturais.

O ponto de vista da abordagem qualitativa e compreensiva, no entanto, é o de que os modelos científicos das duas ciências são diferenciados, dada a natureza distinta de seus objetos. A ação humana é intencional e reflexiva, cujo significado é apreendido a partir das razões e motivos dos atores sociais inseridos no contexto da ocorrência do fenômeno, o que não acontece com os objetos físicos, foco de análise das ciências naturais. Conhecer as razões e os motivos que dão sentido às aspirações, às crenças, aos valores e às atitudes dos homens em suas interações sociais é o mais importante para as ciências sociais. (FRASER; GONDIM, 2004).

Na abordagem qualitativa não se objetiva a quantificação dos resultados e nem a indução dos resultados, por este motivo não se estabelece amostra estatística de representação do universo pesquisado. A intenção com a obtenção de dados é a compreensão dos fenômenos segundo a perspectiva dos participantes da situação em estudo e a coleta de dados sobre pessoas, lugares e processos interativos se dá pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada. (GODOY, 1995).

Dilthey, autor de abordagem compreensiva, defendeu o método histórico-antropológico ao afirmar que os fenômenos humanos são apreendidos ao se integrar a representação, o sentimento e a vontade e inseri-los em uma perspectiva histórica (Amaral, 1987). A abordagem qualitativa ou idiográfica parte da premissa de que a ação humana tem sempre um significado (subjetivo ou intersubjetivo) que não pode ser apreendido somente do ponto de vista quantitativo e objetivo (aqui entendido como independente do percebido e do contexto da percepção). O significado subjetivo diz respeito ao que se passa na mente consciente ou inconsciente da pessoa (individualismo metodológico - o nível de análise é a pessoa) e o significado intersubjetivo se refere ao conjunto de regras e normas que favorecem o compartilhamento de crenças por grupos de pessoas inseridas em determinado contexto sociocultural (holismo metodológico - o nível de análise é a estrutura e os sistemas). (FRASER; GONDIM, 2004).

Outrossim, ao declararmos a opção pela pesquisa qualitativa, estamos afirmando que todo objeto de estudo apresenta especificidades, pois ele: é histórico (está localizado temporalmente, podendo ser transformado); possui consciência histórica (não é apenas o pesquisador que lhe atribui sentido, mas a totalidade dos homens, na medida em que se relaciona em sociedade, e confere significados e intencionalidades a suas ações e construções teóricas). (LIMA; MIOTO, 2007).

Apresenta uma identidade com o sujeito (ao propor investigar as relações humanas, de uma maneira ou de outra, o pesquisador identifica-se com ele); é intrínseca e extrinsecamente ideológico (veicula interesses e visões de mundo historicamente construídas e se submete e resiste aos limites dados pelos esquemas de dominação vigentes); é essencialmente qualitativo (já que

a realidade social é mais rica do que as teorizações e os estudos empreendidos sobre ela). (LIMA; MIOTO, 2007).

Ainda sobre este enfoque metodológico, segundo Bauer, Gaskell e Allum (2012), se comparado ao quantitativo, o método qualitativo é intrinsecamente mais crítico e emancipatório, já que defende a necessidade de compreender as interpretações que os atores sociais possuem do mundo.

Considera-se, portanto, que o processo de pesquisa se constitui em uma atividade científica básica que, através da indagação e (re)construção da realidade, alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade. Assim como vincula pensamento e ação já que nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática (MINAYO, 2001 citado por LIMA; MIOTO, 2007).

2.2.1.1 Amostragem teórica

Visando maior confiabilidade de nossa pesquisa, utilizamos a amostragem por saturação teórica (FONTANELLA *et al.*, 2011), estabelecemos categorias a partir de critérios eleitos como relevantes para subsidiar a teorização almejada e finalizar a coleta de dados no campo de observação.

Seguimos os passos indicados por Fontanella *et al.* (2011) para se realizar a amostragem teórica e verificar sua saturação: após a coleta dos dados através de formulário e entrevista em profundidade e tendo em posse todos os áudios e transcrições, foi feita a imersão nos registros através de leituras e audições individuais, visando a identificação de sentido nas manifestações dos sujeitos participantes.

O terceiro passo foi compilar as análises individuais para cada entrevista que originaram as tabelas que sintetizam as entrevistas realizadas, enumeradas de 15 a 21 que se encontram no Capítulo 4 desta dissertação. Depois foram agregadas as falas sobre cada categoria e verificada a repetição das respostas nas falas coletadas que estão presentes na dissertação no item 5.3 Análise dos formulários e entrevistas em profundidade com os(as) agricultores(as) familiares.

2.2.2 Estudo de Caso

Como estamos avaliando localmente, um programa realizado em todo Brasil, utilizamos o estudo de caso como estratégia de pesquisa, que de acordo com Gerring (2004) citado por Gondim *et al.* (2005), pode ser definido como um estudo intensivo de uma unidade simples (ou um fenômeno delimitado), apropriado para elucidar uma ampla classe de unidades similares. A unidade do caso pode ser o povo, o país, os grupos sociais etc.

Eisenhardt citada por Gondim *et al.* (2005), autora bastante afinada com o princípio de que o estudo de caso é útil à construção de hipóteses e teorias, define estudo de caso como uma estratégia de pesquisa que foca sobre o entendimento da dinâmica presente dentro de um contexto ou cenário singular. Suas principais finalidades são a de descrever o fenômeno, gerar teorias e testá-las. Segue afirmando que para a construção de boas teorias, o estudo de caso precisa estar atento a dois aspectos: demarcar adequadamente o escopo do problema e definir os potenciais fatores ou variáveis a serem observados, não se preocupando em formular, a princípio, relações de implicação, do tipo causa e efeito, entre essas variáveis. Propõe, ainda, que os casos devam ser escolhidos muito mais por razões teóricas (perguntas não respondidas pelas teorias e inconsistências nelas percebidas no confronto com a realidade), do que por razões estatísticas (um caso que ilustra o que é estatisticamente representativo).

De acordo com Gondim *et. al* (2005), Stake (1994, 2000), autor filiado à abordagem qualitativa, introduz uma questão que é essencial à demarcação conceitual dessa abordagem de pesquisa: o que é um caso? A resposta é a de que um caso é ao mesmo tempo, objeto e campo de estudo (GERRING, 2004). Nisto, autores de orientação qualitativa e quantitativa parecem concordar (Yin, 2001). Trata-se, então, de considerar estudos de casos em duas dimensões, por exemplo, o objeto, um conflito entre culturas organizacionais decorrentes de fusões, e o campo, o contexto em que esse fenômeno será estudado (BECKER, 2002).

A elucidação do que seja específico, singular ou peculiar ao caso e que o distinguiria dos demais casos, é uma outra questão fundamental para Stake (2000), pois é essa singularidade, ainda pouco explorada entre os estudiosos do fenômeno, que justifica o estudo de um ou mais casos, de modo que se possa visualizar com clareza o que constitui sua especificidade, ou seja, o que o distingue do padrão comum de outros casos.

Stake (2000) citado por Gondim *et. al* (2005), lista três principais pontos a serem observados na escolha de estudo de casos: **singularidade**: otimizar a compreensão do caso e não necessariamente fazer generalização empírica a partir dele; **tipo de recorte**: nem tudo de um caso pode ser compreendido, e nessa perspectiva, o pesquisador terá que fazer algumas escolhas, priorizando os aspectos que serão estudados em detalhes; e **linhas temáticas de investigação**: um estudo de caso deve dispor de uma estrutura conceitual na qual os problemas de pesquisa ou linhas temáticas de investigação deverão estar organizados.

Opta-se pela construção da pesquisa por meio do estudo de caso, por este método permitir uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – tais ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos (YIN, 2001). Para este autor o estudo de caso é indicado em situações de pesquisa nas quais “faz-se uma questão do tipo ‘como’ e ‘por que’ sobre um conjunto contemporâneo de acontecimentos sobre o qual o pesquisador tem pouco ou nenhum controle”, exatamente como se configura a situação de pesquisa configurada neste projeto.

Nosso estudo de caso retrata o Programa de Aquisição de Alimentos- PAA no município de Barbalha-CE, através avaliação de percepção de agricultores(as) familiares cadastrados(as) como beneficiários(as) produtores(as) do Programa, entre os anos de 2013 a 2015.

Em Barbalha-CE, o PAA foi implantado em 2010 através da modalidade compra com doação simultânea, que visa à aquisição de produtos da agricultura familiar local para abastecer os equipamentos públicos de alimentação e nutrição (bancos de alimentos, cozinhas comunitárias e

restaurantes populares) e as ações de acesso à alimentação, empreendidas por entidades da rede socioassistencial do município (BRASIL, 2011).

2.2.3 Pesquisa bibliográfica

Para dar conta do nosso primeiro objetivo específico: “revisar os conceitos de políticas públicas, desenvolvimento sustentável, agricultura familiar e segurança alimentar;”, nos utilizamos da pesquisa bibliográfica, que segundo Lima e Miotto (2007) implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório e que compreende uma sequência de procedimentos.

De acordo com Salvador (1986) citado por Lima e Miotto (2007), a sequência se dá do seguinte modo: o primeiro deles é a elaboração do projeto de pesquisa (escolha do assunto, formulação do problema de pesquisa e na elaboração do plano que visa buscar as respostas às questões formuladas), seguido da investigação das soluções (coleta da documentação e levantamento da bibliografia, que são determinantes para os resultados da pesquisa, dadas a quantidade e da qualidade dos dados coletados), análise explicativa das soluções (análise da documentação, exame do conteúdo das afirmações) e por fim a construção da síntese integradora (produto final do processo de investigação, resultante da análise e reflexão dos documentos).

A pesquisa é entendida, deste modo, como um processo no qual o pesquisador tem uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente, pois realiza uma atividade de aproximações sucessivas da realidade, sendo que esta apresenta uma carga histórica e reflete posições frente à realidade (MINAYO, 2001 citado por LIMA; MIOTTO, 2007).

2.2.4. Pesquisa documental

Pelo grande número de informações e publicações produzidas acerca do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA a nível nacional e local,

como relatórios de avaliação e acompanhamento de indicadores, entre outras, se mostrou necessária a utilização da pesquisa documental que possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. Já que:

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008 citado por SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p.2.).

“A técnica documental vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor. [...] é uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas” (HELDER, 2006 citado por SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

A partir dos documentos repassados pela Prefeitura Municipal de Barbalha, através da Secretaria de Desenvolvimento Agrário sobre os atores envolvidos na Política Pública, foi possível sistematizar um inventário sobre a distribuição de beneficiários(as) produtores(as) por comunidade e por sexo no Município, e ainda verificar em quais comunidades ocorreu crescimento ou diminuição de participantes ao longo do período analisado. Além de compor o estudo, estas informações foram de grande relevância para a escolha dos(as) respondentes para as etapas subsequentes da pesquisa.

Tabela 3 – Título dos documentos concedidos pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário

TÍTULO DOS DOCUMENTOS	
1	Relação agricultores aprovados PAA 2013 - 1º semestre
2	Entidades aprovadas PAA 2013
3	Pesquisa de preços em 2013 da Superintendência Regional do Estado do Ceará
4	Relação de agricultores cadastrados PAA 2014
5	Relação entidades com representantes legais - PAA 2014
6	Ficha de identificação de gestores e dos representantes da instância de controle social
7	Demanda para participação no Programa de Aquisição de Alimentos 2015
8	Quadro resumo demanda do Programa de Aquisição de Alimentos 2015

Fonte: Elaborada pela autora.

Além dos documentos concedidos pela SDA Barbalha fizemos um levantamento de todas as notícias publicadas com os descritores “PAA e Barbalha” a partir da busca no Google. Estas notícias tiveram caráter exploratório sobre o PAA em Barbalha, auxiliando no delineamento da pesquisa. Tivemos ainda como propósito a conferência dos dados repassados e acompanhamento indireto dos dados do ano de 2015 quando se deu o encerramento da coleta de dados em campo. Foram encontradas 13 notícias que estão anexas à esta dissertação (Anexos de C à M). Dentre estas notícias cinco foram publicadas no site da Prefeitura Municipal de Barbalha-CE.

A Legislação do PAA a nível nacional: Leis nº 10.696 e nº 11.512 e os Decretos nº 6.447, nº 6.959, nº 7.775 e nº 8.026 que nos subsidiou teoricamente para a realização da pesquisa em campo, encontra-se descrita no item 4.1.2 *Legislação do PAA* deste trabalho.

2.2.5 Entrevista exploratória

Objetivando a coleta de informações que pudessem auxiliar na estruturação do estudo, realizamos entrevistas exploratórias com dois representantes da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Município de Barbalha-CE, a fim de verificar informações acerca das atividades realizadas no âmbito da Secretaria e do Programa de Aquisição de Alimentos sob a responsabilidade da mesma, as anotações desta entrevista constam no Apêndice C deste trabalho.

De acordo com os dados repassados e observados através das visitas a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário de Barbalha tem atualmente apenas três integrantes, dentre estes selecionamos dois para a realização das entrevistas exploratórias pela sua responsabilidade na Gestão do Programa: a Coordenadora do PAA no Município e o Secretário Municipal de Desenvolvimento Agrário.

De acordo com Quivy e Campenhoudt (2005) as entrevistas exploratórias devem ajudar a constituir a problemática de investigação e permitem revelar determinados aspectos do fenômeno estudado em que o investigador não teria espontaneamente pensado por si mesmo e, assim, complementar as pistas de trabalho sugeridas pelas leituras.

As entrevistas podem ser realizadas com o próprio público sobre o qual o problema incide ou o público a que o estudo diz diretamente respeito e que podem contribuir para descobrir os aspectos a ter em conta e alargar ou retificar o campo de investigação.

Realizamos visitas à Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Município de Barbalha-CE de fevereiro a setembro de 2015, neste período foram realizadas as entrevistas exploratórias, bem como visitas para a coleta de documentos e ainda para assinatura dos documentos solicitados pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

2.2.6 Formulário

Para realizar o levantamento sobre a família dos(as) agricultores(as), sua atividade de agricultura, a participação no PAA, detalhes sobre a propriedade, comercialização dos produtos, rendimentos da família, participação das mulheres, participação em organizações sociais e políticos, assistência técnica e acesso à informação, entre outros(as), optamos pelo uso dos formulários.

Em relação ao formulário, segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 212) “é o contato face a face entre pesquisador e informante, sendo o roteiro de perguntas preenchido pelo pesquisador no momento da entrevista”. Segundo Gil (2002) o formulário, como instrumento de pesquisa, encontra-se entre o questionário e a entrevista, sendo indicado para pesquisas de opinião pública e de mercado.

O instrumento pode ser definido de maneira simples como a técnica de coleta de dados em que o pesquisador formula questões previamente elaboradas e anota as respostas (GIL, 2002, p. 115).

Marconi e Lakatos (2003, p. 212-213) apontam as vantagens e as limitações em relação ao formulário:

Vantagens – pode ser utilizado em todos os segmentos da população; a presença do pesquisador favorece o esclarecimento de eventuais dúvidas; flexibilidade para ajustar as necessidades da situação; consegue extrair dados complexos; facilita a aquisição de um número representativo de participantes; possibilidade de uma uniformidade nos símbolos utilizados no momento do preenchimento.

Limitações – oferece menos liberdade nas respostas, devido ao contato com o entrevistador; oferece risco de distorções por parte do entrevistador; pouco tempo para os entrevistados pensarem na resposta; pode haver insegurança nas respostas devido à identificação do informante; os participantes podem estar em localidades distantes, gerando dificuldade quanto ao tempo e ao gasto financeiro.

Fachin (2005) ressalta também as potencialidades do formulário ao relatar que na aplicação do formulário a assistência do pesquisador é imprescindível ao pesquisado; logo estabelece um contato pessoal - face a face de ambas as partes. O pesquisador, antes de entrar em contato direto com a população a ser investigada, deve estar bem preparado. Pressupõe, pois, habilidade e a eficiência; deve ser perspicaz em sua observação e, sobretudo, fazer-se especialista no assunto da pesquisa. Quando tem domínio do conhecimento, dificilmente cairá no erro de questionar fatos supérfluos e estranhos ao entendimento habitual da população pesquisada ou omitirá aspectos essenciais que possam interferir no objetivo almejado.

Visando maior confiabilidade de nossa pesquisa, utilizamos a amostragem por saturação teórica (FONTANELLA *et al.*, 2011), buscamos estabelecer critérios para a seleção dos respondentes a partir da categorização das comunidades a partir das características de maior número de participantes em 2014, maior índice de participação feminina, maior disparidade de participantes entre 2014-2013, agricultores(as) organizados de maneira associativa/ cooperativa e comunidade com o menor número de participantes, conforme verificação através da análise da pesquisa documental.

Elegemos estas categorias de amostragem para subsidiar a teorização almejada e finalizar a coleta de dados no campo de observação, seguindo para a análise dos dados, que constam no Capítulo 4 desta dissertação.

A seleção dos(as) respondentes para o formulário se deu da seguinte forma:

Tabela 4 – Critérios para a seleção dos(s) respondentes

CRITÉRIO	RESPONDENTES	COMUNIDADE
Comunidade com o maior número de participantes em 2014 e com maior índice de participação feminina	2 respondentes	Santo Antônio – Arajara
Comunidade com maior disparidade de participantes entre 2014-2013	2 respondentes, sendo um deles não cadastrado em 2014	Sítio Coité – Arajara
Comunidade que presente organização associativa/cooperativa	2 respondentes	Assentamento Boa Vista-Caldas
Comunidade com o menor número de participantes	1 respondente	Sítio Brejinho

Fonte: Elaborada pela autora.

O formulário aqui utilizado é uma adaptação do questionário Instrumento de coleta de informações - Avaliação dos impactos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da agricultura familiar, apêndice B, da dissertação de mestrado de Rossi⁵ (2012) sobre o Programa de Aquisição de Alimentos no Município de São Carlos-SP, por se mostrar desnecessário a elaboração de um novo instrumento, primeiro pela validade do que apreciamos, segundo por este dar conta da quase totalidade das questões que desejávamos indagar na pesquisa ao longo de 18 páginas e 57 questões.

⁵ ROSSI, Fabiana Ribeiro. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Agricultura Familiar no Município de São Carlos: Impactos Socioeconômicos nos Agricultores Familiares Beneficiários.** Dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Engenharia da Produção da Universidade Federal de São Carlos, 2012. Disponível em: <http://www.bdttd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5465>.

No questionário constam perguntas acerca da participação do(a) agricultor(a) no PAA, caracterização dos membros da família demais moradores que residem na propriedade, caracterização da propriedade, área da propriedade, produção da propriedade, produção animal, derivados da produção animal e vegetal, limite financeiro anual do programa, custos de produção, comercialização e consumo dos produtos, rendimentos da família, Crédito Rural, patrimônio da família, práticas agrícolas da propriedade, utilização de insumos, associativismo, assistência técnica, participação das mulheres e acesso à informação nos demonstrou a validade do instrumento.

A fim de facilitar a condução da pesquisa, fizemos uma adaptação do Formulário para uma versão mais condensada, com 61 questões e nove páginas, retirando a parte específica sobre o perfil produtivo dos(as) agricultores que não se incluía no escopo de nossa pesquisa.

Aplicamos os formulários no período de 21 a 23 de setembro de 2015 com um grupo de 7 (sete) agricultores(as) familiares que foram cadastrados(as) no PAA em algum dos anos do período de análise (2013-2015). Buscando o sigilo dos entrevistados, os nomes de todos(as) os(as) entrevistados(as) foram suprimidos dificultando a identificação dos mesmos. Uma lista de anonimização com nomes das pessoas e lugares foi produzida para nosso registro como sugerido por Gibbs (2009) e apreciada pelos(as) orientadores(as) e avaliadores antes da publicização da dissertação.

Os sete formulários originais, acompanhados dos respectivos termos de consentimento livre e esclarecidos assinados pelos(as) respondentes encontram-se em posse da autora que caso seja necessário, poderá disponibilizar para a consulta.

2.2.7 Entrevista em profundidade

Como além das perguntas que podiam ser levantadas através dos formulários, desejávamos conhecer de maneira mais detalhada a vivência dos sujeitos na agricultura familiar e a percepção dos(as) mesmos(as) em relação à política pública estudada, se mostrou necessário incluir à entrevista em profundidade como uma das metodologias utilizadas em nosso estudo.

Utilizamos a entrevista como método de coleta de dados por este privilegiar a fala dos atores sociais e permitir atingir um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível por meio de discursos, sendo apropriada para investigações cujo objetivo é conhecer como as pessoas percebem o mundo. A entrevista dá voz ao interlocutor para que ele fale do que está acessível a sua mente no momento da interação com o entrevistador e em um processo de influência mútua produz um discurso compartilhado pelos dois atores: pesquisador e participante (FRASER; GONDIM, 2004).

Segundo Fraser e Gondim (2004) a entrevista é considerada uma modalidade de interação entre duas ou mais pessoas, uma conversação dirigida a um propósito definido que não é a satisfação da conversação em si, pois esta última é mantida pelo próprio prazer de estabelecer contato sem ter o objetivo final de trocar informações, ou seja, diminuir as incertezas acerca do que o interlocutor diz (HAGUETE, 2001; LODI, 1991). Dito de outro modo, a entrevista é uma forma de interação social que valoriza o uso da palavra, símbolo e signo privilegiados das relações humanas, por meio da qual os atores sociais constroem e procuram dar sentido à realidade que os cerca (FLICK, 2002; JOVECHLOVITCH; BAUER, 2002 citados por FRASER; GONDIM, 2004).

Para Gaskell (2012), o emprego da entrevista qualitativa serve para mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes. Ela fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. Utiliza-se este artifício quando o objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos, já que o mundo social não é um dado natural, sem problemas: “ele é ativamente construído por pessoas em suas vidas cotidianas, mas não sob condições que elas mesmas estabeleceram” (GASKELL, 2012, p. 65), essas construções constituem a realidade essencial das pessoas, seu mundo vivencial.

As entrevistas em profundidade possuem papel relevante em pesquisa qualitativa: tratam de um de seus principais materiais empíricos, práticas capazes de tornar o mundo visível ao permitir acesso às suas representações e descrição das rotinas, experiências e dos significados

presentes nas vidas dos indivíduos (DENZIN; LINCOLN, 2000a). Para estes autores, a entrevista é uma conversa, na qual impera a arte de fazer questionamentos e ouvir; além disso, devido à forte crença da sociedade no seu poder de geração de informações úteis.

As entrevistas em profundidade apresentam como vantagem a possibilidade de o entrevistado demonstrar sua linha de argumentação de forma a permitir que o entrevistador infira as associações, o que oferece oportunidades para identificação de opiniões, atitudes e valores do respondente (VEIGA; GONDIM, 2001).

As entrevistas, igualmente aos formulários, foram realizadas no período de 21 a 23 de setembro de 2015 com um grupo de 7 (sete) agricultores(as) familiares que foram cadastrados(as) no PAA em algum dos anos do período de análise (2013-2015).

Todas as entrevistas foram transcritas em sua totalidade e os áudios arquivados encontram-se em posse da autora que caso seja necessário, poderá disponibilizar para a consulta.

2.2.7.1 Preparação e planejamento

Anterior à realização das entrevistas, foi necessário dedicar um tempo a preparação e planejamento, o que para Gaskell (2012) inclui a criação do tópico guia e a seleção dos entrevistados.

2.2.7.1.1 O tópico guia

O tópico guia de acordo com Gaskell (2012) é uma espécie de roteiro e funciona como um lembrete para o(a) entrevistador(a) e não como um questionário, o que facilita a realização da entrevista de forma menos mecânica, possibilitando uma fluidez e espontaneidade durante a conversa. É fundamentado na combinação de uma leitura crítica da literatura apropriada, um reconhecimento de campo (que poderá incluir observações e/ou algumas conversações preliminares com pessoas relevantes), discussões com colegas mais experientes e pensamento criativo.

Gaskell (2012, p.73) argumenta que, embora o conteúdo mais amplo seja estruturado pelas questões da pesquisa, na medida em que estas constituem o tópico guia, a ideia não é fazer um conjunto de perguntas padronizadas ou esperar que o(a) entrevistado(a) traduza seus pensamentos em categorias específicas de resposta. As perguntas são quase que um convite ao entrevistado para falar longamente, com suas próprias palavras e com tempo para refletir. Além do mais, diferentemente do levantamento, o pesquisador pode obter esclarecimentos e acréscimos em pontos importantes com sondagens apropriadas e questionamentos específicos.

Para a elaboração dos tópicos, é importante que o(a) pesquisador(a) avalie seus interesses de investigação e proceda a uma crítica da literatura sobre o tema (GASKELL, 2012). Além de ser um instrumento orientador para a entrevista, o tópico guia pode ser útil para a elaboração e antecipação de categorias de análise dos resultados.

O autor explica, ainda, que o(a) entrevistador(a) deve usar sua imaginação social científica para perceber quando alguns temas importantes, que não estavam presentes em um planejamento anterior, aparecerem na discussão, trazendo a necessidade da modificação do guia para as entrevistas seguintes. Também o contrário pode acontecer: à medida que as entrevistas forem acontecendo, alguns tópicos que estavam no planejamento, considerados centrais, podem se tornar desinteressantes, porque os entrevistados têm pouca coisa ou nada a dizer sobre eles. Assim, segundo o autor, embora o tópico guia deva ser bem preparado no início do estudo, deve ser usado com alguma flexibilidade.

Os tópicos guias elaborados para esta pesquisa encontram-se no Apêndice C deste documento.

2.2.7.1.2 Seleção dos(as) entrevistados(as)

Após a escolha do procedimento de coleta dos dados – o tópico guia – partiu-se para a seleção dos sujeitos. De acordo com Gaskell (2012, p.67), o termo “seleção” é empregado explicitamente em vez de “amostragem”, porque a amostragem carrega, inevitavelmente, conotações dos levantamentos e

pesquisa de opinião onde, a partir de uma amostra estatística sistemática da população, os resultados podem ser generalizados dentro de limites específicos de confiabilidade. Na pesquisa qualitativa, a seleção dos entrevistados não pode seguir os procedimentos da pesquisa quantitativa por um bom número de razões.

Nesse sentido, o autor explica que, diferentemente da amostra do levantamento, em que a amostra probabilística é aplicada na maioria dos casos, não existe um método para selecionar os entrevistados das investigações qualitativas. Como o número de entrevistados é sempre pequeno, o(a) pesquisador(a) deve usar sua imaginação social científica para montar a seleção dos(as) respondentes, sendo interessante se pensar em termos de ambientes sociais relevantes para os tópicos em questão.

Nessa etapa da pesquisa, então, alguns critérios foram utilizados para a seleção dos(as) respondentes com o objetivo de contemplar casos extremos e contemplar a percepção de agricultores(as) em diferentes situações comunitárias e cadastrais no Programa de Aquisição de Alimentos. A categorização das comunidades a partir das diversas características foram: o maior número de participantes em 2014, maior índice de participação feminina, maior disparidade de participantes entre 2014-2013, agricultores(as) organizados de maneira associativa/ cooperativa e comunidade com o menor número de participantes. Uma tabela com os critérios, quantidade de respondente e comunidade com o perfil indicado foi preparada e encontra-se neste trabalho sob o título de Tabela 4 – Critérios para a seleção dos(s) respondentes.

Acreditamos que os riscos a que os sujeitos da pesquisa estão expostos são mínimos, dados os métodos utilizados (formulários, entrevistas exploratórias e semiestruturadas) e ainda pelos conteúdos abordados (avaliação do Programa, impactos gerados pelo PAA na vida dos(as) beneficiários(as), contribuição do Programa ao desenvolvimento sustentável do Município), porém assumimos que pode haver constrangimento por parte do entrevistado ao dar algumas informações. Para tanto, a pesquisadora compromete-se a seguir os princípios da resolução 4.666 (como por exemplo, em relação ao sigilo e da identificação dos(as) respondentes), informe-se ainda

que os formulários serão aplicados e as entrevistas realizadas na residências dos entrevistados em horários agendados por estes. Se porventura o entrevistado sentir-se constrangido ele(a) pode ser encaminhado(a), caso deseje, ao Serviço de Psicologia Aplicada da Faculdade Leão Sampaio onde são realizados atendimentos à comunidade com valor acessível.

2.2.8 Análise de conteúdo

Como método de análise de dados, em especial para tratamento dos dados coletados através de fontes documentais e da entrevista exploratória, usar-se-á a análise de conteúdo, um conjunto de técnicas de investigação que através de uma descrição sistemática do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas comunicações. (BARDIN, 2009 citado por CÂMARA, 2013).

Para Bardin (2011), o termo “análise de conteúdo” designa: um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 47).

Chizzotti (2006) declara que o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas.

Godoy (1995) citado por Câmara (2013), afirma que a análise de conteúdo, segundo a perspectiva de Bardin, consiste em uma técnica metodológica que se pode aplicar em discursos diversos e a todas as formas de comunicação, seja qual for à natureza do seu suporte. Nessa análise, o pesquisador busca compreender as características, estruturas ou modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagens tomados em consideração. O esforço do analista é, então, duplo: entender o sentido da comunicação, como se fosse o receptor normal, e, principalmente, desviar o olhar, buscando outra significação, outra mensagem, passível de se enxergar por meio ou ao lado da primeira.

Para Bauer (2012), a análise de conteúdo é uma categoria de procedimentos explícitos de análise textual para fins de pesquisa social onde, embora alguns exemplos apresentem descrições numéricas de algumas características do *corpus*⁶ do texto, assumem atenção especial os tipos, qualidades e distinções do conteúdo.

Sobre sua validade, Bauer (2012), comenta, que não deve ser julgada como uma “leitura verdadeira” do texto, porém, deve ser avaliada conforme sua fundamentação nos materiais pesquisados e em sua congruência com a teoria do(a) pesquisador(a) à luz do objetivo de pesquisa. Acrescenta-se que a análise de conteúdo é usada para construir índices e, se focada na fonte ou emissor da mensagem, como é o caso nesta pesquisa, o texto é tido como uma forma de expressão.

O *corpus* de texto é a representação e a expressão de uma comunidade que escreve, e o resultado da análise de conteúdo é a variável dependente, a coisa a ser explicada. O *corpus* de texto contém traços do conflito e do argumento e a análise de conteúdo permite construir indicadores, cosmovisões, valores, atitudes, opiniões, preceitos e estereótipos e compará-los entre comunidades (BAUER, 2012). Por estes motivos, escolhemos a análise de conteúdo como suporte para a interpretação dos dados.

As etapas da análise de conteúdo que seguimos, como indicadas por Bardin (2006) são: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

2.2.8.1 Pré-análise

A pré-análise é a fase em que se organiza o material a ser analisado com o objetivo de torná-lo operacional, sistematizando as ideias iniciais. Trata-se da organização propriamente dita por meio de quatro etapas: (a) leitura flutuante, que é o estabelecimento de contato com os documentos da coleta de dados, momento em que se começa a conhecer o texto; (b) escolha dos

⁶Compreendemos corpus como “... uma coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista, com, (inevitável) arbitrariedade, e com a qual ele irá trabalhar”. (BAUER; AARTS, 2012, p. 44).

documentos, que consiste na demarcação do que será analisado; (c) formulação das hipóteses e dos objetivos; (d) referenciação dos índices e elaboração de indicadores, que envolve a determinação de indicadores por meio de recortes de texto nos documentos de análise (BARDIN, 2006).

2.2.8.2 Exploração do material

A exploração do material constitui a segunda fase, que consiste na exploração do material com a definição de categorias (sistemas de codificação) e a identificação das unidades de registro (unidade de significação a codificar corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade base, visando à categorização e à contagem frequencial) e das unidades de contexto nos documentos (unidade de compreensão para codificar a unidade de registro que corresponde ao segmento da mensagem, a fim de compreender a significação exata da unidade de registro). A exploração do material consiste numa etapa importante, porque vai possibilitar ou não a riqueza das interpretações e inferências. Esta é a fase da descrição analítica, a qual diz respeito ao corpus (qualquer material textual coletado) submetido a um estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos. Dessa forma, a codificação, a classificação e a categorização são básicas nesta fase (BARDIN, 2006).

2.2.8.3 Tratamento dos resultados, inferência e interpretação

A terceira fase diz respeito ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Esta etapa é destinada ao tratamento dos resultados; ocorre nela a condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais; é o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica (BARDIN, 2006).

2.2.9 Análise de discurso

Para a apreciação dos dados das entrevistas em profundidade pretende-se utilizar a análise do discurso que se interessa por estudar a “língua funcionando para a produção de sentidos”. Isto permite analisar unidades além da frase, ou seja, o texto. (ORLANDI, 1999 citado por SILVA, 2005).

Segundo Silva (2005), a análise do discurso considera que a linguagem não é transparente e procura detectar, então, num texto, como ele significa. Ela o vê como detentor de uma materialidade simbólica própria e significativa. Portanto, com o estudo do discurso pretende-se apreender a prática da linguagem, ou seja, o ser humano falando, além de procurar compreender a língua enquanto trabalho simbólico que faz e dá sentido, constitui o homem e sua história.

Gill (2012) afirma que não há uma “análise do discurso”, mas diversos estilos de análise. O que os diferentes estilos de análise compartilham é uma rejeição da noção realista de que linguagem é simplesmente um meio neutro de refletir, ou descrever o mundo, e uma convicção da importância central do discurso na construção da vida social (GILL, 2012).

Sabe-se que a análise do discurso foi constituída também como uma crítica às abordagens positivistas, provocando um grande tremor e se tornando muito utilizada pelo estruturalismo e pós-estruturalismo (POTTER, 1996 citado por GILL, 2012). Para Gill (2012), existem cinquenta e sete formas de análise do discurso. Portanto, tal variedade torna quase impossível traçar as diferenças epistemológicas entre elas.

Desse modo, para facilitar uma análise das diferenças epistemológicas entre as “análises de discurso”, Gill (2012) defende que há três tradições de análises do discurso, são elas: linguística crítica, etnometodologia/ teoria do ato da fala/análise da conversação e o pós-estruturalismo.

A linguística crítica é composta por diversas abordagens de estudo do discurso (GILL, 2012). Incluem-se aqui as abordagens denominadas de semiótica social, ou crítica, e estudos da linguagem, ou seja, a linguística crítica tem como traço a influência do estruturalismo e da semiótica em suas análises (HODGE; KRESS, 1988; KRESS; HODGE, 1979 citados por GILL, 2012).

A etnometodologia e a teoria do ato da fala procuram analisar as estratégias utilizadas no discurso para se obter um determinado intento, não

importando em estudar as relações do discurso com o contexto social/histórico (GILL, 2002). Por último, o pós-estruturalismo descarta a crença de que o homem seja autônomo, coerente e unificado, não se preocupando em procurar hermeneuticamente os discursos, mas sim em interpretá-los de uma forma histórica (FOUCAULT, 1999 citado por GILL, 2012).

Levando em conta a diversidade das abordagens, Gill (2012) destaca características-chave das diversas perspectivas de análise do discurso: 1. postura crítica a um conhecimento considerado como dado, aceito sem qualquer questionamento, e uma profunda descrença de que nossas observações do mundo nos revelam sua natureza autêntica e a verdade; 2. a forma que todos nós compreendemos o mundo é historicamente constituída e culturalmente específica e relativa; 3. uma forte atribuição aos estudos das práticas (vale ressaltar que, conforme visto, cada autor tem uma ideia específica em sua obra do que seria essa prática e que, assim, o conceito de prática social não é único) de forma a explorar as maneiras como os conhecimentos, as construções sociais, os fenômenos e os problemas estão ligados a essas práticas.

Sobre o método Silva (2005) afirma que há uma passagem fundamental entre superfície linguística (o material de linguagem bruto coletado) e o objeto discursivo (o material que já recebeu um primeiro tratamento de análise superficial).

Ao utilizar deste método, o analista é capaz de observar, por meio dos vestígios que deixam no discurso, as formações imaginárias em suas relações de sentido e de forças. Ao construir o objeto discursivo, o analista pode observar o dizível e o não-dizível de tal discurso, o modo como são afetados por diferentes memórias discursivas, os processos de identificação e os jogos simbólicos que estabelecem entre si (os sujeitos) e com a ideologia. Há, aqui, a apreensão do processo discursivo.

Em nossa análise retomamos conceitos e noções e entrelaçamos teoria, *corpus* e análise, conforme indicado por Silva (2005). Comparando, interpretando e contextualizando os dados, ampliando a compreensão da Política Pública estudada a partir da percepção dos respondentes e da interação entre estes com a pesquisadora e de suas respostas com os dados já

coletados anteriormente através das coletas com entrevista exploratória e pesquisa documental.

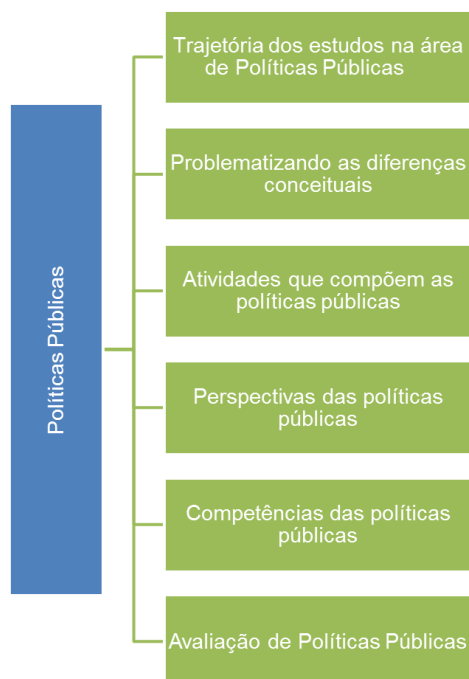
Destaca-se que com o propósito de facilitar a leitura e o entendimento da pesquisa, constam no quarto capítulo desta Dissertação as análises: tanto da pesquisa documental tendo como dados os documentos repassados pela SDA Barbalha e as notícias publicadas, quanto a análise dos formulários e entrevistas em profundidade, realizadas com os(as) agricultores(as).

3 REGANDO NOSSO PLANTIO: POLÍTICAS PÚBLICAS, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AGRICULTURA FAMILIAR E SEGURANÇA ALIMENTAR

Neste capítulo, através da pesquisa bibliográfica, revisaremos os conceitos de políticas públicas, desenvolvimento sustentável, agricultura familiar e segurança alimentar que julgamos essenciais para compreensão desse estudo.

3.1 Políticas Públicas

Figura 4– Mapa conceitual - Políticas Públicas



Fonte: Elaborado pela autora.

Lima (2012) afirma que os estudos sobre política pública são ainda muito recentes, especialmente no Brasil, visto que existem ainda muitas divergências conceituais e é necessário discutir, pensar e repensar sobre o tema. Para Secchi (2014) qualquer definição de políticas públicas é arbitrária, pois não há consenso na literatura especializada sobre questionamentos básicos, que o autor denomina como nós conceituais: 1. sobre os atores que as elaboram, 2. se se referem a omissão ou negligência e 3. que diretrizes (se apenas de nível estratégico ou incluindo o nível operacional) podem ser consideradas políticas públicas.

A princípio é necessário expor com base em Secchi (2014) que o termo “política” na língua portuguesa, assim como em outros países de língua latina, pode assumir duas conotações, que os países de língua inglesa diferenciam usando os termos *politics* e *policy*.

O termo “política” quando com o sentido de *politics* tem na concepção de Bobbio (2002), citado por Secchi (2014, p. 1), o sentido de “atividade humana ligada a obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem”. Para Rua (1998), a política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto aos bens públicos.

Já quando “política” assume o sentido expresso pelo termo *policy*, segundo Secchi (2014), é mais concreto e tem relação com orientações para a decisão e ação, e é esta conotação que se relaciona ao sentido pretendido no termo “política pública” (*public policy*).

De acordo com Secchi (2014, p.1): “Políticas Públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões”.

3.1.1 Trajetória dos estudos na área de Políticas Públicas

Buscando fazer um histórico dos estudos na área de Políticas Públicas, tem-se que segundo Souza (2006), a política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos EUA, rompendo ou

saltando as etapas seguidas pela tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos. O pressuposto analítico que regeu a constituição e a consolidação dos estudos sobre políticas públicas é o de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser (a) formulado cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes.

Souza (2006) resgata que:

A trajetória da disciplina, que nasce como subárea da ciência política, abre o terceiro grande caminho trilhado pela ciência política norte-americana no que se refere ao estudo do mundo público. O primeiro, seguindo a tradição de Madison, cético da natureza humana, focalizava o estudo das instituições, consideradas fundamentais para limitar a tirania e as paixões inerentes à natureza humana. O segundo caminho seguiu a tradição de Paine e Tocqueville, que viam, nas organizações locais, a virtude cívica para promover o “bom” governo. O terceiro caminho foi o das políticas públicas como um ramo da ciência política para entender como e por que os governos optam por determinadas ações (SOUZA, 2006, p. 22).

Há uma diversidade de definições sobre política pública, dentre elas destacamos a de Mead (1995) que a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas, Peters (1986): política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. E a definição de Lasswell (1992): decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. (BAPTISTA; REZENDE, 2011).

Harold D. Lasswell, é considerado um dos “pais” do estudo e da formulação das políticas públicas, história marcada pelo seu texto “A orientação para as políticas”, publicado em 1951. No texto o autor destaca que:

[...] Pode-se vislumbrar que será enfatizado o desenvolvimento do conhecimento que permita a realização mais completa da dignidade humana. Por conveniência, vamos chamar isso de desenvolvimento das ciências de políticas da democracia. (LASSWELL, 1992 citado por VÁZQUEZ; DELAPLACE, 2011, p.35).

Também foi Lasswell em 1951 (no livro *The Policy Sciences*, coeditado com Daniel Lerner) que propôs uma simplificação e divisão do processo de construção e desenvolvimento da política pública em sete

estágios, circunscritos ao âmbito governamental, são estes: informação, promoção, prescrição, invocação, aplicação, término e avaliação.

A proposta foi acusada de entender a construção das políticas governamentais a partir de uma lógica simples e linear e passou por diversas críticas. Uma delas, interna ao campo da análise política em desenvolvimento, mas que também pode ser atribuída à própria concepção de política adotada no âmbito governamental, foi manter a análise restrita a este âmbito, como se toda a política pública se constituísse dentro dos limites do aparelho estatal (PARSONS, 1995 citado por BAPTISTA; REZENDE, 2011).

Baptista e Rezende (2011) enfatizam também que ainda nos anos 1950, Charles Lindblom, outro importante precursor no campo da análise de política, foi um crítico perspicaz do modelo proposto por Lasswell, acusando-o de demasiadamente racional, rejeitando a ideia de pensar a política como se esta fosse um processo meramente administrativo e funcional, dividido em etapas estanques. Lindblom questionou a utilidade deste modelo e propôs uma análise que levasse em consideração o poder e a interação entre as fases. Com isso, destacou que o processo político e decisório é um processo interativo e complexo, sem início ou fim (LINDBLOM, 1959).

Realmente as políticas públicas tem se desenvolvido de maneira interativa? Na prática há participação social no processo de construção e desenvolvimento da política pública? As políticas públicas conseguem atender as demandas da população? Em geral levam em conta as particularidades dos locais que estão sendo “alvo” das políticas públicas? Diria que estas são perguntas frequentes para estudantes da área, sobretudo pelas declarações recorrentes de como as políticas são “bonitas no papel”, mas que na prática não acontecem como deveriam.

Sobre esta questão, Barros e Pimentel (2012) ressaltam que uma política pública deve garantir a participação social em sua elaboração, planejamento, execução, monitoramento e ser estruturada e balizada por meio de lutas coletivas e interesses das diferentes dimensões da sociedade. Essa dimensão pública de uma política se atualiza como uma rede de relações multivetorializadas, exigindo interferências, transversalidade, cogestão e incluindo sujeitos com necessidades, demandas.

Barros e Pimentel (2012) também destacam que as políticas públicas devem ser orientadas para a busca do bem comum, que não é uniforme, mas sim um paradoxo: “uma multiplicidade social se comunica e age em comum ao mesmo tempo em que reverbera diferenças. Esse comum se faz como rede heterogênea, dispersa, complexa e multidirecional”. (BARROS; PIMENTEL, 2012, p. 11).

O comum é assim abertura ao Outro, composição de singularidades, acolhimento à multiplicidade, capacidade de diferir. É alargamento da capacidade de comunicar, de associar, compartilhar, forjar novas conexões e proliferar redes e tem, como condição, a abertura a uma multiplicidade de encontros que não se fecha a um conjunto de pessoas. (GOTARDO, 2011 citado por BARROS; PIMENTEL, 2012).

A partir desta abordagem do trabalho em políticas públicas acredita-se que se tem efetividade quando se busca acessar também o plano comum. “Tal acesso implica a consideração da dimensão processual dos fenômenos e a construção de um mundo comum” (BARROS; PIMENTEL, 2012, p. 13) entre “fazedores de política pública” (que precisam refletir sobre a posição de quem julga a realidade, emite verdades sobre ela) e os demais participantes do processo, ou seja, não produzindo distanciamento entre os envolvidos e interessados.

3.1.2 *Problematizando as diferenças conceituais*

Voltamos aqui à discussão de Secchi (2014) em relação aos questionamentos básicos, que o autor denomina como nós conceituais: 1. sobre os atores que as elaboram, 2. se podem referir-se a omissão ou negligência e 3. que diretrizes (se apenas de nível estratégico ou incluindo o nível intermediário ou operacional) podem ser consideradas políticas públicas.

3.1.2.1 *Que atores podem elaborar e decidir sobre Políticas Públicas?*

No que diz respeito aos autores das Políticas Públicas, Secchi (2014, p. 2) alega que: “alguns atores e pesquisadores defendem a abordagem

estatista, enquanto outros defendem abordagens multicêntricas no que se refere ao protagonismo no estabelecimento de políticas públicas”.

A abordagem estatista (*state-centered policy-making*), segundo Secchi (2014, p. 2) considera as políticas públicas, analiticamente, monopólio de atores estatais. Segundo esta concepção, o que determina se uma política é ou não “pública” é a personalidade jurídica do formulador. Em outras palavras, é política pública somente quando emanada de ator estatal (HECLO, 1972; DYE, 1972; MENY; THOENIG, 1991; HOWLETT; RAMESH, 2003).

Rua (2009), considera que a dimensão pública de uma política é dada pelo seu caráter jurídico imperativo, assim políticas públicas (*policy*) abarcam o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos, assim, ações e decisões privadas, ainda que sejam de interesse público não se confundem com atividade política e com política pública. Ainda para Rua (2009), no caso de uma ação por parte da sociedade para tratar de um problema público, tem-se uma ação privada de interesse público.

Já a abordagem multicêntrica exposta por Secchi (2014, p. 2): “considera que organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas (*policy networks*), juntamente com atores estatais, protagonistas no estabelecimento das políticas públicas” (DROR, 1971; KOOIMAN, 1993; RHODES, 1997; REGONINI, 2001).

A abordagem estatista admite que atores não estatais têm influência no processo de elaboração e implementação de políticas públicas, mas não confere-lhes o privilégio de estabelecer e liderar um processo de política pública. Já a abordagem multicêntrica, admite a possibilidade de que outros atores (ONGs, organizações privadas, etc.) podem sim, ser atores decisórios em uma política pública.

Para a abordagem multicêntrica sugerem-se os nomes: política pública estatal: para as políticas que tendo o objetivo de enfrentar um problema da sociedade tenha como ator protagonista o Estado; e política pública não-estatal para aquelas que, com o mesmo objetivo, não tenha como ator protagonista o Estado. (LIMA, 2012).

Secchi (2014) compartilha da convicção que o Estado deve ter seu papel reforçado, especialmente, para evitar problemas distributivos. No entanto, o autor acredita que o Estado não é o único a protagonizar a elaboração de políticas públicas, mesmo que o Estado moderno se destaca em relação a outros atores no estabelecimento de políticas públicas. Para Secchi, a centralidade do Estado no estabelecimento de políticas públicas é consequência de fatores como, por exemplo, a elaboração de políticas públicas serem uma das razões centrais do nascimento e legitimidade do Estado.

Para Secchi (2014) a essência conceitual de políticas públicas é o problema público. Assim uma política pública, recebe este adjetivo, se tem a intenção de responder a um problema público. “Exatamente por isso, o que define se uma política é *ou não pública* é a sua intenção de responder a um problema público, e não se o tomador de decisão tem personalidade jurídica, estatal ou não estatal.” (SECCHI, 2014, p.5).

3.1.2.2 *Quais ações podem ser consideradas políticas públicas?*

Secchi (2014) ressalta que o debate que ele encara como segundo nó conceitual, inicia quando Dye (1972) afirmou que política pública é: “tudo aquilo que os governos escolhem fazer ou não fazer”, destarte, política pública seria tanto a ação quanto a omissão ou a negligência dos autores das políticas públicas.

Secchi (*ibidem*) cita ainda diversos autores, que, se afiliam a esta concepção (ação como omissão ou negligência), como Fernandes (2010, p. 43) “o Governo que não toma uma atitude pública sobre determinado problema também faz política” e Souza (2007, p. 68), referenciando Bachrach e Baratz (1962), escreve que “não fazer nada em relação a um problema também é uma forma de política pública”.

O autor concorda que a inação de um governante frente a um problema público crônico, gera um questionamento sobre seus interesses na manutenção do *status quo*. Porém não compartilha do posicionamento dos autores que concordam com esta visão, pela concepção de que nestes casos o que se têm são **faltas** de políticas públicas voltadas para a solução dos

problemas ou ainda, a vontade do governante de manter uma política pública que já existe, mesmo que falida. Assim, a partir da concepção de política como diretriz é bastante difícil aceitar a omissão como forma de política pública.

Para esclarecer sua opinião o autor utiliza-se da seguinte explicação:

A lógica desse argumento é: se um problema público é interpretativo, e todos os cidadãos visualizam problemas públicos de forma diferenciada, todo e qualquer problema, por mais absurdo que seja, daria luz a uma política pública. Se todas as omissões ou negligências de atores governamentais e não governamentais fossem consideradas políticas públicas, tudo seria política pública. Ademais, seria impossível visualizar a implementação da política pública, bem como seria impossível distinguir entre impactos da política pública e o curso natural das coisas, a casualidade. (SECCHI, 2014, p.6).

Por fim, o pesquisador esclarece que esse posicionamento não se confunde com a inação derivada da política pública e reforça a visão de que uma política pública é uma diretriz, ou seja, uma orientação de um *policymaker*⁷ à atividade ou à passividade de um *polycytaker*⁸, e também é o conjunto de ações ou inações derivadas dessa diretriz. (SECCHI, 2014).

3.1.2.3 Diretrizes estratégicas, intermediárias e operacionais são políticas públicas?

Esse é considerado o terceiro nó conceitual na compreensão das políticas públicas por Secchi (*ibidem*), uma vez que existem posicionamentos teóricos que interpretam as políticas públicas como somente macrodiretrizes estratégicas, ou conjuntos de programas (COMPARATO, 1997; MASSA-ARZABE, 2002 citados por SECCHI, 2014). Nessa interpretação, a “política pública” é estruturante, e os programas, planos e projetos são apenas seus elementos operativos, não podendo ser considerados políticas públicas individualmente.

Em nosso entendimento, o nível de operacionalização da diretriz não é um bom critério para o reconhecimento de uma política pública. Se fosse

⁷ Fazedores de política pública: atores que protagonizam a elaboração de uma política pública (SECCHI, 2014, p.156).

⁸ Destinatários de uma política pública, ou seja, aqueles atores que protagonizam a elaboração de uma política pública (SECCHI, 2014, p.156).

adotada essa delimitação, excluiria da análise as políticas municipais, regionais, estaduais e aquelas intraorganizacionais que também se configuram como respostas a problemas públicos (SECCHI, 2014).

Deste modo, o autor assume como posicionamento que as políticas públicas são tanto as diretrizes estruturantes (de nível estratégico) como as diretrizes de nível intermediário e operacional e destaca que grande parte da construção teórica dos *policy studies*⁹ acontece sobre a análise de programas, planos e políticas públicas locais ou regionais. E que independentemente do nível de análise, ou do nível de operacionalização, o conceito de política pública está vinculado à tentativa de enfrentamento de um problema público. (SECCHI, 2014).

Concordamos com a visão de que políticas públicas podem ser realizadas por diferentes atores e em diferentes escalas regionais, já que a política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos (SOUZA, 2006), não necessariamente se restringindo a tomada de decisão destes, uma vez que outras instâncias como a mídia, as organizações do terceiro setor, as entidades de representação empresarial, os movimentos sociais, os centros de pesquisa e outras influenciam no processo de implantação e nos resultados das políticas públicas.

As sessões que seguem abaixo tem como principal referência a obra Guia de Políticas Públicas: gerenciando processos, de autoria de Xu Wu, M. Ramesh, Michael Howlett e Scott Fritzen. O Guia apresenta ferramentas, características e competências envolvidas no gerenciamento de políticas públicas e foi traduzido e publicado no Brasil pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

Esta é uma obra de grande relevância para a área porque contribui para o debate e a evolução teórica sobre um tema de grande relevância para o desenvolvimento nacional e fornece uma visão concisa e acessível do ciclo de políticas públicas como um todo, embasando-se ainda em experiências vivenciadas em diversos países os autores contemplam reflexões sobre como

Policy studies ou analista de políticas públicas: profissional ou acadêmico que pratica a análise de políticas públicas (SECCHI, 2014, p.152).

lidar com as dificuldades inerentes aos processos e traz, ainda, novas questões, como a integralidade das políticas públicas. (Portal Brasil, 2014).

3.1.3 Atividades que compõem as políticas públicas

Fundamentados em Wu (2014), acreditamos que as políticas públicas consistem em cinco atividades essenciais: definição de agenda, formulação, tomada de decisão, implementação e avaliação, que acreditamos ocorrer de maneira inter-relacionada para alcance dos objetivos e não em “estágios”, com uma progressão linear de um para o outro. Dentre as atividades listadas, destacaremos a avaliação, por configurar-se como foco desta pesquisa.

Figura 5 - Uma compreensão inter-relacional das políticas públicas.



Fonte: Elaborado pela autora com base em Wu, 2014, p.21.

3.1.3.1 Definição de agenda

Cada sociedade tem literalmente centenas de problemas que alguns(algumas) cidadãos(cidadãs) acreditam ser questões de interesse e a respeito dos quais o governo deve fazer algo. Desses, apenas uma pequena proporção é realmente absorvida ou entra na “agenda” de desenvolvimento de políticas públicas, influenciada pela na mídia, por formuladores de políticas nos

poderes Executivo e Legislativo do governo, por gestores(as) públicos(as) e pelo público em geral (WU *et al.*, 2014).

3.1.3.2 *Formulação de políticas públicas*

De acordo com Wu *et al.* (2014) a formulação de políticas públicas envolve a busca de alternativas para possíveis cursos de ação governamental destinadas a tratar de problemas na agenda do governo. Os formuladores de políticas geralmente têm oportunidades de curta duração para encontrar soluções viáveis devido à competição por sua atenção e/ou urgência dos problemas que enfrentam, e essa pressão pode levar a escolhas erradas a partir de uma perspectiva de longo prazo, tais como quando há falhas que impossibilitam a implementação da ação ou implicações orçamentárias não são previstas corretamente, na pressa de adotar um projeto de lei antes de um prazo legislativo.

3.1.3.3 *Tomada de decisão*

A tomada de decisão envolve indivíduos ou grupos oficialmente sancionados ou autorizados, que decidem adotar um determinado curso de ação para implementação. (WU *et al.*, 2014).

3.1.3.4 *Implementação de políticas públicas*

A implementação é uma atividade-chave no processo de políticas públicas, pois é quando a política pública ganha forma e entra em vigor. O autor destaca que embora a importância central dos(as) gestores(as) públicos(as) na implementação de políticas seja amplamente reconhecida, seu potencial para melhorar os resultados das políticas está muitas vezes longe de ser plenamente utilizado. As inconsistências recorrentes e onipresentes entre a concepção e a implementação de políticas sugerem que muita melhoria pode ser feita por meio de esforços criativos e discernimento dos(as) gestores(as) públicos(as) (*ibidem*).

3.1.3.5 Avaliação de políticas públicas

Para Wu *et al.* (2014) a avaliação de políticas públicas é uma ação fundamental, pois envolve a avaliação do grau em que uma política pública está atingindo os seus objetivos e, se não estiver, o que pode ser feito para melhorá-la. O acesso a informações sobre o desempenho de uma política pública oferece vantagens diferenciadas aos (às) gestores(as) públicos(as) em relação a outros atores-chave nesse conjunto de atividades, e oferece-lhes potencialmente muitas oportunidades de se envolver em diferentes tarefas da parte de criação, tais como a definição de agenda e formulação de políticas, vinculadas à reforma e alteração de políticas.

No entanto, apesar de sua importância, a avaliação de políticas públicas é raramente utilizada para a maioria das decisões e, quando feita, é motivada por exigências processuais ou considerações políticas estreitas; portanto, deixa de contribuir para a contínua aprendizagem em políticas públicas. Muitos governos ao redor do mundo regularmente bloqueiam o acesso à informação, privando os(as) avaliadores(as) da capacidade de realizar avaliações de alta qualidade e se privando de oportunidades de aprendizagem e melhoria de políticas (WU *et al.*, 2014) .

O autor (*ibidem*) credita a pouca utilização da avaliação de políticas públicas em parte ao medo dos(as) gestores(as) públicos(as) de serem prejudicados por avaliações negativas de seu trabalho, mas também, em vários momentos, devido a uma falta de conhecimento de sua parte sobre os aspectos técnicos da avaliação.

3.1.4 Perspectivas das políticas públicas

Wu *et al.* (2014) define as perspectivas das políticas públicas como a segunda camada para sua compreensão. O autor sugere que as perspectivas guiam a participação do(a) gestor(a) público(a) no processo de políticas públicas: organizacional, política e técnica e assegura que “a efetividade das funções dos(as) gestores(as) públicos(as) nas políticas será prejudicada se

qualquer das perspectivas for ignorada ou não adequadamente trabalhada” (p.25).

3.1.4.1 Perspectiva organizacional

A perspectiva organizacional atrai a atenção dos(as) gestores(as) públicos(as) para questões organizacionais necessárias para responder aos desafios enfrentados no processo de políticas públicas, como estrutura organizacional, mudanças organizacionais, gestão de recursos humanos e financeiros, e procedimentos administrativos. A perspectiva organizacional exige que os(as) gestores(as) públicos(as) pensem além de suas funções gerenciais em suas próprias organizações, focando nos desafios e nas oportunidades trazidas pelo contexto institucional mais abrangente do desenvolvimento de políticas (WU *et al.*, 2014).

3.1.4.2 Perspectiva técnica

A perspectiva técnica foca a atenção dos(as) gestores(as) públicos(as) no objetivo utilitário altamente estimado nas políticas públicas: os melhores benefícios para o maior número de pessoas, levando-os a pensar analítica e sistematicamente sobre as causas e consequências das questões de políticas, bem como sobre quais os prováveis resultados das várias opções de políticas disponíveis para se trabalhar (WU *et al.*, 2014).

O autor destaca que apesar da percepção generalizada de que os(as) servidores(as) públicos(as) são técnicos(as) especialistas na área em que trabalham, eles(as) muitas vezes não têm sequer um treinamento geral em análise e gestão de políticas públicas, e muito menos treinamento em análise e gestão do setor em que trabalham. As grandes incertezas e complexidades que caracterizam o mundo das políticas públicas agravam as suas limitações em questões técnicas, mas devem ser superadas a fim de promover melhores políticas e resultados.

3.1.4.3 *Perspectiva política*

Segundo Wu *et al.* (2014) a perspectiva política trata de quem fica com o que durante o processo de políticas públicas. Para compreender a dinâmica política subjacente às atividades das políticas públicas o pesquisador ressalta a necessidade de identificar os principais atores e compreender suas ideologias e interesses essenciais, bem como as relações entre eles, além da compreensão das trocas políticas necessárias para garantir um acordo entre atores e interesses opostos em um determinado curso de ação.

3.1.5 Competências das políticas públicas

Neste item o autor (*ibidem*) destaca um conjunto de habilidades administrativas, incluindo a perspicácia na política, capacidade analítica e experiência gerencial para os(as) gestores(as) públicos(as) efetivamente participarem nas cinco funções das políticas públicas.

3.1.5.1 *Perspicácia nas políticas*

A perspicácia nas políticas públicas consiste no acúmulo de conhecimento e experiência no processo de políticas, incluindo a compreensão dos atores-chave, de seus principais interesses, suas estratégias e recursos. Ela também inclui um vasto entendimento das práticas de políticas de outros países e/ou diferentes setores de política pública. O autor (*ibidem*) define como uma união entre conhecimento e experiência que forma uma base sólida para o julgamento da viabilidade das políticas públicas. Wu *et al.* (2014) acredita que os(as) gestores(as) públicos(as) são, no geral, particularmente fracos no desenvolvimento da perspicácia devido à falta de treinamento em políticas públicas, bem como a vaga experiência em participar ativamente no processo de políticas, ou falta de familiaridade com as experiências de outro país ou setor.

3.1.5.2 Capacidade analítica

A segunda aptidão necessária para participar efetivamente no processo de políticas públicas é a habilidade analítica para diagnosticar uma situação e desenvolver estratégias adequadas. Por exemplo, ferramentas analíticas tais como o mapeamento político e a análise de *stakeholders* permitem que os(as) gestores(as) públicos(as) avaliem o apoio a medidas de políticas existentes e propostas, enquanto a análise de custo-benefício e outras técnicas similares ajudam a comparar as consequências e os custos das várias opções disponíveis (WU *et al.*, 2014).

3.1.5.3 Experiência gerencial

A capacidade dos(as) gestores(as) públicos(as) de desempenhar funções gerenciais fundamentais, como planejamento, organização, alocação de pessoal, direcionamento e controle, também molda significativamente a sua capacidade de participar efetivamente no processo de políticas públicas (WU *et al.*, 2014).

3.1.6 Avaliação de Políticas Públicas

Secchi (2014) embasado na conceituação de Anderson (1979) define a avaliação da política pública como um processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública, bem como sobre o sucesso ou falha de projetos que foram colocados em prática.

Para Costa e Castanhar (2003), a avaliação é uma atividade permanente e não restrita à etapa final do ciclo da política pública, que informa sobre seus avanços e limites. “O propósito da avaliação é guiar os tomadores de decisão, orientando-os quanto à continuidade, necessidade de correções ou mesmo suspensão de uma determinada política ou programa” (COSTA; CASTANHAR, 2003, p. 972).

Já Wu *et al.* (2014) estabelece a avaliação de políticas públicas como um conjunto de atividades, de características políticas e/ou técnicas, realizadas

por uma gama de atores estatais e sociais com o intuito de determinar como uma política pública se saiu na prática, bem como estimar o provável desempenho dela no futuro. A avaliação examina tanto os meios utilizados, como os objetivos alcançados por uma política pública na prática. Os resultados e as recomendações da avaliação são então enviados de volta para novas rodadas de criação de políticas, e podem levar ao aprimoramento do desenho e da implementação de uma política pública, ou, raramente, à sua completa reforma ou revogação.

Frey (2000) citado por Silva e Bassi (2012) descreve a etapa de avaliação e eventual correção como uma possibilidade de indagar os déficits de impacto e os efeitos colaterais indesejados para poder deduzir consequências para ações e programas futuros. A avaliação ou controle de impacto pode, no caso de os objetivos do programa terem sido alcançados, levar ou a suspensão ou ao fim do ciclo político, ou, caso contrário, à iniciação de um novo ciclo, ou seja, a uma nova fase de percepção e definição e à elaboração de um novo programa político ou à modificação do programa anterior.

Costa e Castanhar (2003) definem que a avaliação pode ser *ex ante* (anterior a implementação), *ex post* (posterior à implementação) e a *in itinere* (avaliação formativa ou monitoramento que ocorre durante a implementação).

Mais especificamente, a avaliação contribui para o processo de criação de políticas públicas, pois: sintetiza o que se sabe sobre um problema e a solução proposta de política pública ou programa; desmitifica a sabedoria convencional ou mitos populares relacionados com o problema ou suas soluções; desenvolve novas informações sobre a eficácia do programa ou da política pública; e explica aos atores da política pública as implicações das novas informações obtidas por intermédio da avaliação (WU *et al.*, 2014).

Arretche (1998) citado por Silva e Bassi (2012) ressalta que a avaliação pode tornar-se um instrumento democrático de controle sobre a ação do governo, caso estas avaliações venham a ser discutidas em uma arena pública, onde os cidadãos têm pleno acesso às informações, à metodologia empregada e aos resultados alcançados.

3.1.6.1 Atores na avaliação de políticas públicas

Wu *et al.* (2014) destaca que as avaliações de políticas públicas são realizadas por uma variedade de atores, dentro e fora do governo. Dentro dos governos, a avaliação de rotina geralmente é realizada pelo principal órgão responsável pela implementação da política pública, descrito como “departamento de linha” em muitos países, este órgão funcionaria como uma unidade especializada para realizar todas as avaliações. A maioria dos governos também tem órgãos centrais com maiores ou exclusivas responsabilidades de avaliação, tais como o *Government Accountability Office* (Agência de Prestação de Contas do Governo) nos Estados Unidos. As Agências de Controladoria ou Auditoria Geral (*Comptroller ou Auditor General Offices*), em muitos países, também realizam avaliações, embora normalmente só aquelas voltadas para questões financeiras; cada vez mais, porém é utilizada a variedade mais abrangente *value for money* (custo-benefício). Os governos ocasionalmente também estabelecem comissões *ad hoc* para avaliar as políticas públicas de alto nível, e vários tribunais judiciais e administrativos podem realizar diferentes níveis e tipos de avaliação.

Devido à sua localização em órgãos líderes e centrais, os(as) gestores(as) públicos(as) estão geralmente entre as figuras mais influentes nas avaliações de políticas públicas e desfrutam de várias vantagens importantes, como o acesso a informações relacionadas à implementação, como informações e opiniões sobre a estimativa de fracasso ou sucesso das políticas e ainda a oportunidade e a legitimidade para se envolver em outras etapas do processo de criação de políticas, por meio de suas atividades de avaliação. Isso tudo permite aos(as) gestores(as) públicos(as) alguma margem para reformular qualquer redirecionamento de política subsequente (WU *et al.*, 2014).

No entanto, além dos inúmeros atores governamentais envolvidos na avaliação, existe também um número maior ainda de atores não-governamentais: pesquisadores(as) em universidades e empresas de consultoria oferecem avaliações pagas e não pagas (e às vezes solicitadas, mas também não solicitadas). A mídia também oferece sua própria avaliação

das políticas públicas, especialmente em casos em que ocorrem escândalos ou lapsos de julgamento por parte dos administradores e criadores de políticas (WU *et al.*, 2014).

Os avaliadores não-governamentais mais importantes são, obviamente, os(as) usuários(as) do serviço, que têm a experiência em primeira mão de como o programa em questão está funcionando na prática. Além disso, há o público em geral, que atuam como eleitores durante as eleições, e cujos pontos de vista sobre sucesso e fracasso de políticas têm grande importância para os políticos. Por fim, existem os partidos políticos, que oferecem avaliações de políticas governamentais a fim de ganhar vantagem político-partidária (WU *et al.*, 2014).

3.1.6.2 Tipos de avaliação de políticas públicas

Wu *et al.* (2014) em seu Guia de Políticas Públicas afirma que existem muitos tipos de avaliação de políticas públicas, dependendo da natureza dos atores envolvidos em iniciar ou implementar uma política pública, da quantidade de informação disponível para análise e do que se pretende fazer com as descobertas. No nível mais amplo, pode-se fazer uma distinção entre as avaliações administrativas e políticas. No entanto, também há avaliações judiciais, embora elas geralmente não envolvam diretamente os(as) gestores(as) públicos(as). Todavia, o impacto das decisões judiciais pode ter uma grande influência sobre as atividades administrativas e políticas subsequentes, pela proibição e permissão de certos tipos de atividades, e de outras não.

De acordo com Wu *et al.* (2014) existem cinco tipos principais de avaliações administrativas, que combinam diferentes tipos de atividades de monitoramento e avaliação de impacto:

2. Avaliações de esforços: são tentativas de medir a quantidade de insumos do programa (pessoal, espaço do escritório, comunicação, transporte e assim por diante) todos calculados em termos dos custos monetários que eles envolvem. Seu propósito é estabelecer uma linha de base de dados que

pode ser usada para outras avaliações de eficiência ou qualidade de entrega do serviço.

3. Avaliações de desempenho: examinam os produtos do programa, como o número de leitos hospitalares ou vagas nas escolas, ou o número de pacientes atendidos ou crianças ensinadas –, em vez de insumos. Seu principal objetivo é simplesmente determinar o que a política pública está produzindo, muitas vezes independentemente dos objetivos definidos. Esse tipo de avaliação produz *benchmark* (ponto de referência) ou dados de desempenho, que são utilizados como insumos para as avaliações mais abrangentes e profundas mencionadas abaixo.

4. Avaliações de processo: examinam os métodos organizacionais, incluindo as regras e procedimentos operacionais, utilizados para executar programas. Seu objetivo normalmente é ver se um processo pode ser simplificado e tornado mais eficiente.

5. Avaliações de eficiência: tentam avaliar os custos de um programa e julgar se a mesma quantidade e qualidade de produtos poderia ser alcançada de forma mais eficiente, ou seja, a um custo menor. Avaliações de insumo e produto são o alicerce desse tipo de avaliação.

6. Avaliações de adequação de desempenho (também conhecidas como avaliações de eficácia) comparam o desempenho de um determinado programa aos seus objetivos propostos, a fim de determinar se o programa está atingindo suas metas e/ou se as metas precisam ser ajustadas em função do cumprimento do programa. Esse também é o tipo de avaliação mais difícil de realizar. As necessidades de informação são imensas e o nível de sofisticação exigido para conduzir o processo é mais alto do que o que há geralmente disponível no governo.

Devido à sua maior especificidade, formalidade e foco, a maioria das avaliações administrativas realizadas por atores governamentais geralmente resulta em formas limitadas de aprendizagem, em que as críticas limitadas tipicamente levam a propostas para alterar ou reformar apenas partes de processos de implementação de políticas públicas existentes, a fim de melhor atingir metas do governo (como a criação de novos órgãos ou regulamentos

para lidar com uma questão levantada), ou corrigir um descuido ou erro revelado no processo avaliativo. (*ibidem*).

Em relação aos tipos de avaliação, gostaríamos de ressaltar também, a categorização trazida por Ramos e Schabbach (2012). As autoras distinguem a avaliação a partir das seguintes categorias:

1. *Conforme o agente que avalia e quem participa do processo de avaliação:* avaliação externa quando realizada por especialistas de fora da instituição ou interna quando executada dentro da instituição e conta com maior colaboração das pessoas que participam diretamente do programa ou projeto. É a *avaliação participativa*, usada principalmente em pequenos projetos, e que prevê a participação dos beneficiários no planejamento, execução e avaliação das ações. Essa modalidade não costuma fornecer informações específicas sobre o impacto de um programa, mas sim sobre a opinião/percepção dos participantes.

2. *Conforme a natureza da avaliação:* as avaliações podem ser formativas quando relacionadas com a formação do programa, ou seja, voltadas para a análise e a produção de informações sobre as etapas da implementação aos diretamente envolvidos, fornecendo elementos para a correção de procedimentos. Já as avaliações somativas referem-se à análise e à produção de informações sobre a implementação e etapas posteriores, sendo efetuadas quando o programa está sendo executado há algum tempo ou após, no sentido de verificar se alcançou as metas previstas e julgar seu valor geral.

3. *Conforme o momento de realização da avaliação:* a avaliação ex ante é realizada antes do começo de um programa, com a finalidade de dar suporte à decisão de implementá-lo ou não, e ordenar os vários projetos segundo sua eficiência para alcançar os objetivos determinados. Por sua vez, a avaliação ex post é realizada durante a execução de um programa ou ao seu final, quando as decisões passam a se basear nos resultados alcançados. Quando o programa está em execução, julga-se se ele deve continuar ou não, com base nos resultados obtidos até o momento. Se a resposta for positiva, avalia-se se se deve manter a formulação original ou efetuar modificações, redirecionando os objetivos, propostas e atividades. Quando o programa já foi concluído, examina-se a pertinência do uso futuro da experiência, isto é, se o

mesmo tipo de programa deve ser replicado ou não. A avaliação *ex post* é mais desenvolvida metodologicamente e a que tem tido maior aplicação.

4. *Acerca de que tipo de problema ao qual a avaliação responde: a avaliação de processos*, é realizada durante a implementação do programa e diz respeito à dimensão da gestão, e a avaliação de resultados e de impacto, com objetivos mais ambiciosos, especialmente o de responder se o programa funcionou ou não. A avaliação processual procura detectar, periodicamente, as dificuldades que ocorrem durante o processo, a fim de se efetuarem correções ou adequações. Ela permite identificar os verdadeiros conteúdos do programa, se ele está sendo realizado conforme o previsto, se está atingindo o público-alvo e se os benefícios estão sendo distribuídos corretamente. Acompanhando os processos internos, ela focaliza os fatores que influenciam a implementação, estimulando mudanças, quando necessárias. E a avaliação de resultados procura verificar em que medida o programa alcançou os objetivos e quais foram seus efeitos e consequências, indagando, após sua implementação, se houve modificações na situação-problema que originou a formulação do programa e examinando o sucesso ou fracasso em termos de mudança efetiva nas condições prévias de vida das populações beneficiadas. A avaliação de impacto, que verifica a existência de umnexo causal entre os resultados da implantação do programa ou projeto e as alterações nas condições sociais da população. Tratando-se de avaliação mais complexa, essa modalidade procura responder a três questões fundamentais: a) As mudanças observadas na situação-problema se devem à intervenção ou a outros fatores? b) Uma solução se aplica a outras realidades, ou apenas a determinado contexto? c) As mudanças são permanentes ou temporárias, cessando com a interrupção do programa?

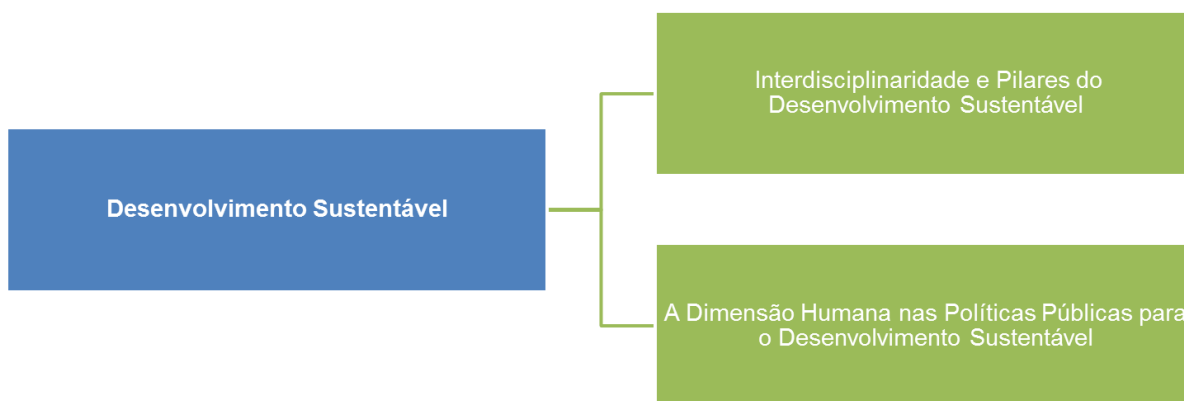
5. *Diferenças entre avaliação e monitoramento: acompanhamento ou monitoramento* é uma atividade gerencial interna, realizada sistematicamente durante o período de execução e operação, para se saber como uma intervenção evolui ao longo do tempo, através de dados da gerência do projeto sobre metas iniciais, indicadores e resultados associados aos programas. Ela é necessária para se dimensionarem as metas de um projeto, os caminhos que uma intervenção percorre e as métricas potenciais para medir os efeitos na

população-objetivo. Por sua vez, a avaliação pode ser realizada antes, durante a implementação ou mesmo algum tempo depois, após o programa provocar todo o seu impacto, e com a preocupação centrada no modo, medida e razão dos benefícios advindos.

Partindo das definições trazidas por Ramos e Schabbach (2012) a avaliação que objetivamos realizar se classificaria: 1. *Conforme o agente que avalia e quem participa do processo de avaliação*: como uma avaliação participativa já que se trata de avaliação de percepção. 2. *Conforme a natureza da avaliação*: se trata de uma avaliação somativa, pois o programa já está sendo executado há algum tempo e a etapa que avaliaremos já foi finalizada e conseqüentemente se caracteriza como uma avaliação *ex post* no que se refere ao item 3. *Conforme o momento de realização da avaliação*. 4. *Acerca de que tipo de problema ao qual a avaliação responde*, esta avaliação estaria entre o tipo de avaliação de impacto e avaliação de resultados.

3.2 Desenvolvimento Sustentável

Figura 6 – Mapa conceitual - Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Elaborado pela autora

Compreender o conceito de Desenvolvimento Sustentável implica em apreender não só os vocábulos “desenvolvimento” e “sustentabilidade” e a mudança de sentido que o segundo provocaria no primeiro, por adjetivá-lo, mas conhecer, pelo menos superficialmente, a significação histórica que este conceito carrega e de sua relevância social e acadêmica.

Para fazer um recorte histórico sobre o conceito de Desenvolvimento Sustentável, tem-se a partir de Barbosa (2008) que o termo “desenvolvimento sustentável” surgiu a partir de estudos da Organização das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas, como uma resposta para a humanidade diante da crise social e ambiental pela qual o mundo passava a partir da segunda metade do século XX.

Ou ainda para Hart e Milstein (2004), de acordo com a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a sustentabilidade global tem sido definida como a habilidade para satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a habilidade das futuras gerações para satisfazerem suas necessidades. Similarmente, o desenvolvimento sustentável é um processo para se alcançar o desenvolvimento humano de uma maneira inclusiva, interligada, igualitária, prudente e segura.

Para Sachs (2008) o conceito de desenvolvimento sustentável é baseado no duplo imperativo ético de solidariedade sincrônica com a geração atual e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras que nos compele a trabalhar com escalas múltiplas de tempo e espaço.

Na Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), também conhecida como Comissão de Brundtland, no processo preparatório a Conferência das Nações Unidas – também chamada de “Rio 92” foi elaborado um relatório intitulado “Nosso Futuro Comum”, que contém informações colhidas pela comissão ao longo de três anos de pesquisa e análise, destacando-se as questões sociais, principalmente no que se refere ao uso da terra, sua ocupação, suprimento de água, abrigo e serviços sociais, educativos e sanitários, além de administração do crescimento urbano (BARBOSA, 2008).

Neste relatório está exposta uma das definições mais difundidas do conceito: “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (BARBOSA, 2008).

Um caminho para uma compreensão ampla do Desenvolvimento Sustentável, pode estar na diferenciação do entendimento de crescimento e

desenvolvimento, trazido à América Latina pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) da Organização das Nações Unidas que:

[...] produz interpretações e análises a partir de critérios e enfoques autóctones, diferenciando conceitualmente *crescimento*, como expansão quantitativa da economia, e *desenvolvimento*, como mudança qualitativa positiva, envolvendo distribuição de renda e avanços sociais. Para transformar o crescimento em desenvolvimento, seria preciso planejar, ou seja, intervir no sistema econômico, promovendo atividades estrategicamente identificadas como motrizes e, eventualmente, condicionando ou inibindo outras, tidas como provocadoras de vulnerabilidades (BARTHOLO JR.; BURSZTYN, 2001, p. 163, grifo dos autores).

Como explicam Bartholo Jr. e Bursztyn (2001) esta diferenciação mostra-se como um importante passo, primeiro pela identificação do Estado como elemento de coordenação e promoção, e ainda pela introdução do fator qualitativo de natureza social na análise econômica. Houve assim nos anos 1960 e 1970 uma patente adoção do planejamento em todo o mundo, contando inclusive com apoio de organismos internacionais, com um aumento do número de agências e programas governamentais voltadas à promoção do desenvolvimento econômico, em escala nacional e regional.

Entretanto, dois tipos de problemas ocorreram: uma excessiva valorização da razão econômica, com preocupação imediatista e uma negligência da dimensão sociocultural institucional. O planejamento, em países com fragilidade político-institucional, falhou em vários aspectos fundamentais, perdendo legitimidade social, credibilidade e, finalmente, saiu do eixo das decisões econômicas para se tornar essencialmente objeto de estratégias políticas (BARTHOLO JR.; BURSZTYN, 2001).

O conceito de “Desenvolvimento Sustentável” encontra no século XXI sua legitimidade, “diante de um quadro de marcantes desafios a serem enfrentados, de problemas não resolvidos, de obstáculos criados pela própria ação do homem, o papel da ciência é posto em evidência em todos os balanços e análises prospectivas.” (BURSZTYN, 2001, p. 9).

Momento marcante, pela percepção da possibilidade de finitude humana e dos recursos necessários a sua sobrevivência que para terem continuidade necessitarão de uma “tomada de consciência”, da responsabilidade necessária para com o outro e a “Terra”, que podem ser resumidas no brilhante trecho extraído da Carta da Terra:

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações (A CARTA DA TERRA, 2002, p.1).

Para Chacon (2007) a gestão ambiental, a conscientização da sociedade para o seu papel como agente de transformação da realidade, bem como o fortalecimento da participação de cada um na tomada de decisão são os pontos que constituem a proposta de mudança inerente ao conceito, que teria como consequência, caso posto em prática, a busca de um crescimento econômico eficiente e racional, por meio de ações que supririam as necessidades da humanidade no presente, sem tirar das gerações futuras o direito de também terem as suas necessidades supridas.

A autora também destaca que quando se pretende alcançar um processo de desenvolvimento que seja considerado sustentável, pressupõem-se ações conjuntas que visem não apenas o aspecto econômico, mas também uma distribuição socialmente justa dos resultados do progresso científico e tecnológico, bem como um processo produtivo que respeite o meio ambiente. É ainda fundamental o respeito à diversidade cultural das sociedades-alvo do processo (CHACON, 2007).

Porém, é possível perceber uma “ingenuidade” ao querer transformar o Desenvolvimento Sustentável numa “palavra mágica” capaz de salvar todos os erros do passado, ignorando a necessidade de uma profunda reflexão sobre os hábitos diários, na nossa relação com a natureza, com os outros seres humanos, com o trabalho, com a política. Assim podemos buscar atitudes mais acertadas na busca pelo desenvolvimento sustentável.

Neste sentido Bursztyn (1999) esclarece que:

A produção do conceito de desenvolvimento sustentável representa, por um lado, uma alienadora tentativa de reconciliar a busca do bem-estar presente com a segurança de condições de vida satisfatórias no futuro. Por outro lado, há uma preocupante tendência a que se torne mais uma panaceia salvacionista, que ilude os alarmados e inibe os

alarmistas, sem necessariamente resolver os problemas que geraram o alarme (BURSZTYN, 1999, p.7).

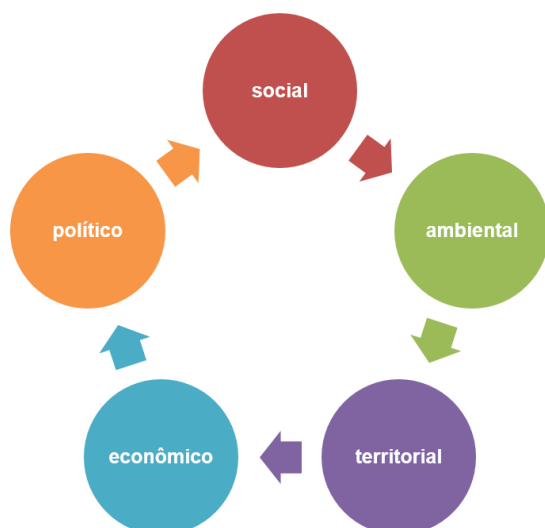
Muitos discursos, campanhas políticas e políticas públicas tem se sustentado no conceito de desenvolvimento sustentável, um conceito que foi apropriado pelo discurso político como uma “fórmula mágica” que abre portas, consegue recursos e tudo justifica, legitimando e revestindo de modernidade o antigo jogo do poder que define as políticas, seja ao nível do “governo mundial” ou nacional, ou ao nível local (CHACON, 2007).

3.2.1 Interdisciplinaridade e Pilares do Desenvolvimento Sustentável

Quanto à interdisciplinaridade no Desenvolvimento Sustentável, Bursztyn (1999) afirma que: “a abertura de espaços institucionalizados para a prática acadêmica interdisciplinar implica resgatar a herança recente de experiências relevantes” (BURSZTYN, 1999, p. 229). Porém, Bursztyn (2001) nos alerta que por um lado à sintonia da Universidade com temas associados ao meio ambiente e à qualidade de vida das futuras gerações tem crescido. Entretanto, há dificuldades de relação do meio acadêmico institucionalizado com esse tipo de tema já que a “organização departamentalizada valoriza as especialidades e é avessa a visões interdisciplinares.” (BURSZTYN, 2001, p. 13).

Desde as discussões e conceituação do desenvolvimento sustentável, percebeu-se a necessidade da complexidade de variáveis necessárias para sua efetivação, os “Pilares do Desenvolvimento Sustentável”: um conjunto de ações que, progredindo simultaneamente são capazes de conduzir a evolução do desenvolvimento sustentável (SACHS, 2008).

Figura 7 – Pilares do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Elaborado pela autora com base em Sachs (2008).

O pilar **social** abrange a visão de que as más situações sociais podem estar relacionadas ao descaso das autoridades, frente à desigualdade social. A questão **ambiental** tem dupla importância, fornece os recursos para a sustentação da vida e é o agente receptor dos resíduos. O pilar **territorial** está ligado à distribuição espacial de recursos naturais, da população e das atividades desenvolvidas. A questão **econômica** viabiliza o acontecimento dos fatos, alertando-se a dar ênfase em critérios macrossociais e a amplitude social dos benefícios. E por fim, o **político**, um governo democrático é de extrema importância para viabilizar os acontecimentos (SACHS, 2008).

3.2.2 A Dimensão Humana nas Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável

Para Zaoual (2006) o que tem acontecido muitas vezes nas Políticas Públicas é o desenvolvimento transposto. Uma tentativa (geralmente fracassada) de transpor mecanicamente, de um espaço para o outro (do Norte para o Sul), modelos de economia e de administração. E reforça essa premissa mostrando a proliferação de formas de vida econômica que não respondem mais ao modelo econômico do desenvolvimento que é considerado como padrão.

Chacon (2007) enfatiza ainda que é necessário ponderar, ao longo do processo de definição de políticas, as características e influências locais tanto quanto as gerais, advindas do ambiente externo ao âmbito direto das políticas. E assim definir o peso da participação de cada instância, não se podendo, a priori, determinar o papel que o local e o global podem exercer no sucesso de uma política. É preciso, portanto, conhecer bem as pessoas e o lugar que serão alvo das políticas, sem, no entanto, negligenciar o todo em que se insere o local. Isto é válido para qualquer política, mas tem maior significância para políticas ambientais e sociais.

Mas antes de pensar qual o lugar do humano nas políticas públicas para o desenvolvimento sustentável, voltaria para algo que acredito ser base para esta indagação, qual o lugar do humano no desenvolvimento sustentável?

Sobre este tema Bartholo Jr. e Bursztyn (2001) trazem em seu texto: “Prudência e Utopismo: ciência e educação para a sustentabilidade” citando Hans Jonas (1979) fazem um chamamento ético em torno do desenvolvimento sustentável e do papel da ciência ao afirmar que:

Se a ética destina-se à ordenação e regulação do poder de agir, as ameaças engendradas pelo poder científico tecnológico crescem num “vácuo ético”, diante do qual Hans Jonas (1979) propõe o reconhecimento da vigência de um novo “princípio responsabilidade” que tenha no mandamento “que exista uma humanidade!” seu imperativo categórico (BARTHOLO JR.; BURSZTYN, 2001, p. 166-167).

Ainda segundo os autores a proposta de Hans Jonas é fundamentar uma modernidade ética apta a restringir a capacidade humana de agir como um destruidor da auto-afirmação do ser, expressa na perenização da vida. Assim, podemos conceber o desenvolvimento sustentável como uma proposta que tem em seu horizonte uma modernidade ética, não apenas uma modernidade técnica (grifo nosso). Pois o princípio “sustentabilidade” implica incorporar ao horizonte da intervenção transformadora do “mundo da necessidade” o compromisso com a perenização da vida. É assim que a responsabilidade por outros e o interesse próprio podem entrelaçar-se na atividade econômica (BARTHOLO JR.; BURSZTYN, 2001).

Nas palavras do autor Edgar Morin (2000), um dos pensadores mais importantes da atualidade, em parceria com Anne Brigitte Kern:

O desenvolvimento é a palavra chave, tornada onusiana, em torno da qual se debateram todas as vulgatas ideológicas da Segunda metade de nosso século. No fundamento da ideia dominante de desenvolvimento está o grande paradigma ocidental do progresso. O desenvolvimento deve assegurar o progresso, o qual deve assegurar o desenvolvimento. O desenvolvimento tem dois aspectos. De um lado, é um mito global no qual as sociedades industrializadas atingem o bem-estar, reduzem suas desigualdades extremas e dispensam aos indivíduos o máximo de felicidade que uma sociedade pode dispensar. De outro, é uma concepção redutora, em que o crescimento econômico é o motor necessário e suficiente de todos os desenvolvimentos sociais, psíquicos e morais. Essa concepção tecno-econômica ignora os problemas humanos da identidade, da comunidade, da solidariedade, da cultura. Assim, a noção de desenvolvimento se apresenta gravemente subdesenvolvida. A noção de subdesenvolvimento é um produto pobre e abstrato da noção pobre e abstrata de desenvolvimento. (MORIN, KERN, 2000, p. 69).

Assim, seria um equívoco da reconstrução do desenvolvimento a partir do desenvolvimento sustentável negligenciar a importância da dimensão humana como caminho e objetivo deste modelo de desenvolvimento, esta posição é apontada também pelo Relatório de Desenvolvimento Humano (2001) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento:

O desenvolvimento humano é muito mais do que o aumento ou quebra dos rendimentos nacionais. Tem a ver com a criação de um ambiente no qual as pessoas possam desenvolver o seu pleno potencial e levar vidas produtivas e criativas, de acordo com as suas necessidades e interesses. As pessoas são a verdadeira riqueza das nações. O desenvolvimento tem a ver, portanto, com o alargamento das escolhas que as pessoas têm para levar uma vida a que deem valor. E tem a ver com muito mais do que o crescimento econômico, que é apenas um meio – ainda que muito importante – de alargar as escolhas das pessoas. (PNUD, 2001, p. 09).

Em sua dissertação de mestrado Grangeiro (2013) declara que sua abordagem (a importância da cultura para o desenvolvimento sustentável) se fundamenta na hipótese de existência de fortes correlações entre a realização do desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento humano, o qual, de sua vez, depende da cultura como elemento que tem um papel-chave, especialmente na aceção da “ação cultural”, entre os muitos significados que este conceito pode assumir.

Ou ainda,

Para alcançar modelos de desenvolvimento que se pretendam sustentáveis é necessário lutar pela construção de uma sociedade igualmente sustentável, constituída por seres humanos capazes de pensar e agir de maneira sustentável. Neste sentido, mais do que nunca precisamos rever esse conceito de sustentabilidade. (GRANGEIRO, 2013, p. 36).

O autor descreve ainda que o ser humano precisa estar no centro do futuro, e se a sustentabilidade é condição para este futuro, ele deve assumir papel central nesse paradigma. Para tanto declara que é preciso empoderar as pessoas de forma a que elas venham a atuar enquanto sujeitos do desenvolvimento, outrossim, elas devem estar fortalecidas, no que diz respeito à afirmação das suas identidades culturais (GRANGEIRO, 2013)

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) afirma que: a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. A renda é importante, mas como um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim. É uma mudança de perspectiva: com o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento econômico, ou da renda, para o ser humano (PNUD, 2013).

O desenvolvimento humano é assim entendido como um processo de constituição, ou resgate, da autoestima, das capacidades e inteligências múltiplas dos sujeitos, de forma a empoderá-los para assumir responsabilidades individuais e coletivas (GRANGEIRO, 2013).

Pode-se ainda sustentar essa reflexão através do Índice de Desenvolvimento Humano, tem-se segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano intitulado “A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano”:

A partir de 1990, o entendimento público do desenvolvimento foi reformulado pelo aparecimento do primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano. Conduzido pelo visionário Mahbubul Haq, o documento teve um profundo impacto sobre a forma como os formuladores de políticas, os funcionários públicos e os meios de comunicação, bem como os economistas e outros cientistas sociais, vêm o progresso social. Em vez de se concentrar somente nuns poucos indicadores de progresso econômico tradicionais (...), o registo do “desenvolvimento humano” propõe uma análise sistemática de um manancial de informação acerca do modo como vivem os seres humanos em cada sociedade e de quais as liberdades substantivas de que desfrutam. (...) Os Relatórios de Desenvolvimento Humano abriram espaço para uma grande variedade de informação e análises relacionadas com diversos aspectos da vida humana (SEN, 2010, p. VI).

A busca de uma nova “medida” que caracterizasse o desenvolvimento foi visto inicialmente como um problema, pela dificuldade de substituir um número simples como o PIB por uma avalanche de tabelas e suas

análises. Assim, para rivalizar com o PIB, foi concebido explicitamente um índice simples, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), concentrado apenas na longevidade, no ensino básico e no rendimento mínimo. Sem surpresas, o IDH, que se revelou muito popular na discussão pública, sofre de uma “rusticidade” que é algo semelhante à do PIB (SEN, 2010).

Se por um lado o IDH como conhecemos hoje merece admiração por ter ampliado a visão de desenvolvimento, por outro podemos dizer que este ainda se torna insuficiente para pensar toda a complexidade de uma visão atual do desenvolvimento.

Ou como diria Sen (2010):

Como alguém que privilegiou o trabalho com Mahbub na concepção do IDH, afirmaria que, não obstante a sua simplicidade, o IDH fez o que se esperava dele: funcionar como uma medida simples semelhante ao PIB, mas, ao contrário deste, sem deixar de fora tudo o que não sejam rendimentos e bens. Contudo, a enorme amplitude da abordagem do desenvolvimento humano não deve ser confundida, como por vezes acontece, com os limites estreitos do IDH (SEN, 2010, p. VI).

Assim, pode-se perceber ainda um distanciamento entre “amplitude da abordagem do desenvolvimento humano” e o desenvolvimento sustentável, porém isso não se restringe só as medidas, mas ainda à prática, por exemplo, em intervenções em Projetos Sociais ou na Educação, assim traz-se abaixo uma possibilidade de ação e reflexão nestes campos construindo caminhos para a religação entre o Desenvolvimento Humano e Sustentável.

Para Sachs (2004) o conceito de desenvolvimento sustentável é baseado no duplo imperativo ético de solidariedade sincrônica com a geração atual e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras, o que nos compele a trabalhar com escalas múltiplas de tempo e espaço. O conceito de “Desenvolvimento Sustentável” encontra no século XXI sua legitimidade, “diante de um quadro de marcantes desafios a serem enfrentados, de problemas não resolvidos, de obstáculos criados pela própria ação do homem, o papel da ciência é posto em evidência em todos os balanços e análises prospectivas.” (BURSZTYN, 2001, p. 9).

O desenvolvimento humano é parte essencial de todas as dimensões que compõem o desenvolvimento sustentável. As pessoas são as “verdadeiras riquezas das nações”, e devem ser estimuladas a desenvolver

plenamente seu potencial e a levar vidas produtivas e criativas, de acordo com as suas necessidades e interesses (PNUD, 2001). O ser humano precisa estar no centro do futuro, e se a sustentabilidade é condição para este futuro, ele deve assumir papel central nesse paradigma. Para tanto é preciso empoderar as pessoas para que elas venham a atuar enquanto sujeitos do desenvolvimento. (GRANGEIRO, 2013).

Para Chacon (2007) as pessoas começaram a incorporar em suas preocupações diárias as questões ambientais e, posteriormente, também as sociais, mas ainda não entenderam por que. As preocupações se baseiam no perigo gerado pela predominância de comportamentos baseados no egoísmo e no individualismo, que estão na essência do sistema econômico que hoje é hegemônico e que comandou boa parte das ações que deram origem à crise que agora assusta.

As prioridades que se destacam são manter a fonte de matéria-prima e diminuir a pressão dos pobres sobre a sociedade produtiva. Não há ainda a noção de que o outro precisa de cuidados pelo simples fato de que é um ser da mesma espécie e, como tal, faz parte de uma rede de responsabilidade mútua. Da mesma forma, a natureza não pode ser vista apenas como fonte de recursos para nosso bem-estar, e que apenas por essa razão deve ser preservada. A natureza é nossa casa e nós não podemos abandoná-la, depredá-la (CHACON, 2007).

Ainda para a autora os avanços no sentido de equacionar melhor o processo de desenvolvimento já pode ser percebido, mas os resultados alcançados até agora podem ser questionados. “Muitas vezes os objetivos de políticas que visam promover o desenvolvimento para uma certa região ainda não incorporam devidamente todos esses aspectos, e menos ainda no que se refere ao respeito às pessoas, à sua cultura e à sua história.” (CHACON, 2007, p. 128)

Um dos motivos de nosso distanciamento do “humano” pode ser o modelo de desenvolvimento globalizado que não entende o homem como “apenas mais um elemento”, assim como também é a natureza, que deve ser preservado, úteis que são para a definição e reprodução de um modelo de exploração que se sustenta há séculos, desde que o homem passou a se julgar

acima da natureza, desde que achou que a dominava e ela estava a seu dispor. Nessa lógica, ele incluiu também a dominância de seus semelhantes, achando-se também acima deles e, assim, perdendo aos poucos a noção do que é ser humano. (CHACON, 2007).

Exemplificando as políticas para/no sertão nordestino Chacon (2007) ressalta que grande parte das pessoas e o próprio ambiente natural foram excluídos pelo sistema econômico e social vigente e pela sua própria história. Porém, sofrem as consequências negativas da intervenção de políticas públicas inadequadas à realidade local, que a autora acredita estarem equivocadas, por tender a repetir, sem reflexão, modelos de desenvolvimento aplicados a outras regiões.

Além disso, os programas governamentais são grandemente tragados pela corrupção e mesmo pela incompetência de governos ainda fixados em práticas assistencialistas e patrimonialistas, pelas quais os recursos públicos “não tinham dono” (CHACON, 2007, p. 76).

3.3 Agricultura Familiar

Figura 8 – Mapa conceitual – Agricultura Familiar



Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com Warderley (2001) a agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação.

A discussão em torno do conceito de agricultura familiar e a sua importância no desenvolvimento do país vem ganhando força nos últimos anos,

devido ao debate sobre o desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local (SIQUEIRA, 2004).

De acordo com Olalde (2004) muitas terminologias foram empregadas historicamente para se referir ao mesmo sujeito: camponês/camponesa, pequeno(a) produtor(a), lavrador(a), agricultor(a) de subsistência, agricultor(a) familiar. A substituição de termos obedece, em parte, à própria evolução do contexto social e às transformações sofridas por esta categoria, mas é resultado também de novas percepções sobre o mesmo sujeito social.

A agricultura familiar pode ser definida, conforme Lamarche (1997), a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. Já Abramovay (1997) a compreende como aquele tipo de agricultura onde a propriedade, a gestão e a maior parte do trabalho vêm de pessoas que mantêm entre si vínculos de sangue ou de casamento. Abramovay (*ibidem*) relata ainda que a participação da agricultura familiar é essencial para o Brasil rural, uma vez que ela garante a existência de um tecido social que vai gerar diversas atividades além da própria agricultura, ele acredita que não é um momento transitório que será suprimido quando o progresso chegar, já que isso não aconteceu nos países desenvolvidos e não acredita que aconteceria aqui.

A agricultura familiar conseguiu se afirmar em setores extremamente modernos: na produção de aves, suínos, fumo, produtos ligados a mercados internacionais. De maneira geral, no Brasil, esse segmento responde por cerca de um terço do valor da produção de toda a agricultura. No coração do capitalismo mundial (as planícies norte-americanas, centro e norte da Europa) a agricultura é de natureza familiar e o trabalho assalariado excepcional. Historicamente o estigma que permeia as atividades dos(as) agricultores(as) familiares(as) é a dificuldade da apropriação social dos bens produzidos. (ABRAMOVAY, 1997).

Conforme o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2008 (BANCO MUNDIAL, 2008), o aumento da produtividade, lucratividade e sustentabilidade da agricultura dos pequenos proprietários é o principal caminho para sair da pobreza usando a agricultura para o desenvolvimento.

No contexto brasileiro, a expressão agricultura familiar toma força em meados da década de 90 (DENARDI, 2001; SCHNEIDER, 2003), mobilizando no país um interesse por essa categoria de produtores(as), refletido na criação de políticas públicas como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1996, no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999, em um revigoramento da reforma agrária e em um grande esforço por parte da comunidade acadêmica nacional na formulação de conceitos para delimitar esses(as) produtores(as) no espaço agrário do país (OLALDE, 2004).

Dentre as políticas públicas, o Pronaf, que foi criado com o intuito de fornecer crédito e assistência técnica, pode ser considerado um marco de afirmação da importância dos(as) produtores(as) familiares, que foram por muitos anos menos beneficiados(as) pelas políticas públicas agrícolas. A partir de 2000, os movimentos sociais da agricultura familiar passaram a reivindicar ações que ultrapassavam o escopo de atividades exercidas pelo Pronaf, exigindo apoio à comercialização dos seus produtos, acesso aos mercados e garantia de preços (MULLER, 2007).

De acordo com o texto-base da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – I CNDRSS publicado pelo CONDRAF¹⁰ (2008) Em termos produtivos, nota-se que o segmento da agricultura e produção familiar é responsável pela produção de cerca de 70% dos alimentos básicos consumidos pela população brasileira, contribuindo para garantir o abastecimento interno, a segurança alimentar e a estabilidade dos preços, embora nem sempre os preços recebidos atinjam o custo de produção, causando prejuízos e descapitalização do(a) agricultor(a) familiar. Um indicador da capacidade produtiva do país é o fato de que apenas 5% do total das

¹⁰ Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), criado em 1999 com o objetivo de propor diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas ativas. Órgão colegiado integrante da estrutura básica do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Conselho é um espaço de concertação e articulação entre os diferentes níveis de governo e as organizações da sociedade civil para o desenvolvimento rural sustentável, a reforma agrária e a agricultura familiar. Informações disponíveis em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/condraf/apresenta%C3%A7%C3%A3o#sthash.816PaSpo.dpuf>.

importações brasileiras (na média dos últimos três anos) são de produtos agrícolas.

Um Estudo feito pela FIPE/NEAD-MDA (2007) citado pela CONDRAF (2008) demonstra, ainda, que em 2005 a participação das cadeias produtivas da agricultura familiar representou cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e um terço do total do PIB das cadeias produtivas agropecuárias, indicando importantes interrelações do segmento familiar com os segmentos industrial e de distribuição. Mesmo assim, ainda são observadas dificuldades para a integração dos(as) agricultores(as) familiares aos mercados.

Para o referido Conselho, a mudança do cenário no que se refere à agricultura familiar começa a mudar nos últimos anos porque houve uma alteração na trajetória do Estado brasileiro em relação ao desenvolvimento rural com a incorporação, ainda que parcial e incompleta, dos interesses e das demandas das populações rurais, através de um conjunto de políticas públicas voltadas para a garantia de seus direitos fundamentais e para o fortalecimento das esferas ambiental, econômico e social.

Para o CONDRAF (2008) em curso a recuperação da capacidade de ação do Estado brasileiro que se evidencia na ampliação e retomada das atribuições institucionais e do orçamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário e, em particular do INCRA; na estruturação de novas políticas públicas de reforma agrária; de apoio à produção e comercialização; de segurança hídrica; de garantia de renda e de promoção da igualdade de gênero, geração, raça e etnia; de respeito à cidadania, fruto de uma nova orientação do governo federal e das lutas dos movimentos sociais. No entanto, ressalta-se que esses avanços ainda não são suficientes para atender todas as necessidades dos agricultores familiares e dos povos e comunidades tradicionais.

Uma das principais inovações foi o processo de participação social na construção e implementação dessas políticas e a busca pela integração das ações de outros órgãos federais, em especial do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e dos agentes financeiros – Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia -, associados à importante

participação do CONDRAF e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. Convém salientar, entretanto, que o processo de participação coletiva e de organização de alguns segmentos ainda é limitado e frágil. (*ibidem*)

A combinação destas políticas de desenvolvimento rural com as políticas de inclusão social, em que se destaca o grande alcance do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e do Bolsa Família, e a ampliação do acesso à previdência rural explicam, em parte, a melhoria das condições de vida e a crescente redução das desigualdades no meio rural já identificadas pela PNAD/IBGE. Entretanto, alguns segmentos sociais específicos, como povos e comunidades tradicionais, ainda não foram incluídos adequadamente nessas políticas (*ibidem*).

Esses avanços nas políticas públicas, combinados com a vitalidade dos movimentos sociais e das organizações não-governamentais, distinguem a experiência recente brasileira de outras importantes experiências em curso. Entretanto, essas conquistas são ainda insuficientes para impulsionar todas as mudanças necessárias à superação das desigualdades sociais existentes no país e para viabilizar um novo padrão de desenvolvimento do meio rural.

Atenção especial ainda deve ser dada ao tema da participação da sociedade civil na implementação das políticas públicas, pois os avanços conquistados estão ameaçados pela inadequação do marco regulatório e pela postura conservadora dos órgãos de execução, fiscalização e controle, do legislativo e do executivo, os quais desqualificam a atuação das organizações não-governamentais e dificultam a ampliação destas parcerias.

Há que se fazer uma agenda de aperfeiçoamento de cada um destes instrumentos e dos mecanismos de seu monitoramento, para que sejam mais eficientes e eficazes e para que absorvam as especificidades e diversidades socioculturais e regionais. Há, também, uma pauta específica voltada para a articulação e integração das políticas de acesso a direitos e de apoio à agricultura familiar, incorporando efetivamente a abordagem territorial na sua concepção e gestão. O grande desafio é fazer com que este conjunto de políticas públicas ganhe a dimensão necessária e um sentido estratégico

comum orientado para a transição do modelo agrícola e agrário em direção a um novo modelo de desenvolvimento rural sustentável e solidário.

É diante desse contexto de novas reivindicações por parte dos(as) agricultores(as) familiares(as), aliado a um novo comportamento do governo e da sociedade diante do problema da fome, que surge em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Agricultura Familiar, concebido dentro de um grupo de políticas estruturantes do Programa Fome Zero (MATTEI, 2007).

3.3.1 Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável

Para Olalde (2004) a formulação das políticas favoráveis à agricultura familiar e à Reforma Agrária obedeceu, em boa medida, às reivindicações das organizações de trabalhadores rurais e à pressão dos movimentos sociais organizados, mas está fundamentada também em formulações conceituais desenvolvidas pela comunidade acadêmica nacional e apoiada em modelos de interpretação de agências multilaterais, como a FAO¹¹, o IICA¹² e o Banco Mundial¹³.

Olalde (2004) nos esclarece que, no entanto, não se pode afirmar que este segmento tenha sido reconhecido como prioridade pelos governos,

¹¹ *Food and Agriculture Organization of the United Nations* - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, criada em 1945, atua como um fórum onde países, desenvolvidos e em desenvolvimento, se reúnem para negociar acordos, debater políticas e impulsionar iniciativas estratégicas. A FAO lidera os esforços internacionais de erradicação da fome e da insegurança alimentar e a busca pelo desenvolvimento das áreas rurais e o aperfeiçoamento e modernização das atividades agrícolas, florestais e pesqueiras, para assegurar uma boa nutrição a todos e o desenvolvimento agrícola e rural sustentável. Informações disponíveis em: <<https://www.fao.org.br>>.

¹² Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) é um organismo internacional, fundado em 1942, especializado em agricultura e bem estar rural vinculado à Organização dos Estados Americanos (OEA). Informações disponíveis em: <<http://www.iicabr.iica.org.br>>.

¹³ O Banco Mundial (*World Bank*) criado em 1944, tem se expandido a partir de cinco instituições: o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), a Associação Internacional de Desenvolvimento, a Corporação Financeira Internacional (IFC), a Agência Multilateral de Garantia (MIGA), e do Centro Internacional para a Resolução de Disputas sobre Investimentos (ICSID). Informações disponíveis em: <<http://www.worldbank.org/pt/country/brazil>> e <<http://www.worldbank.org/en/about/history>>.

haja vista que a agricultura patronal tem concentrado, nos últimos anos, mais de 70% do crédito disponibilizado para financiar a agricultura nacional.

Para a autora (*ibidem*), há hoje dois projetos em combate no Brasil. O primeiro é um enfoque setorial, cuja preocupação central está na expansão da produção e da produtividade agropecuária, na incorporação de tecnologia e na competitividade do chamado *agribusiness*. Este enfoque se articula em torno dos interesses empresariais dos diversos segmentos que compõem o agronegócio e está claramente representado no Ministério da Agricultura. Em contraposição, o segundo enfoque enfatiza os aspectos sociais e ambientais do processo de desenvolvimento, de acordo com o que vem se denominando a sustentabilidade do desenvolvimento rural, que procura equilibrar a dimensão econômica, social e ambiental do desenvolvimento. (OLALDE, 2004).

Esta segunda abordagem tem escolhido a agricultura familiar como um dos seus pilares chaves. Uma pesquisa realizada pela FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), cujo objetivo principal era estabelecer as diretrizes para um “modelo de desenvolvimento sustentável”, escolheu-se como forma de classificar os estabelecimentos agropecuários brasileiros a separação entre dois modelos: “patronal” e “familiar”.

Os primeiros teriam como característica a completa separação entre gestão e trabalho, a organização descentralizada e ênfase na especialização. (OLALDE, 2004).

Já o modelo familiar teria como característica a relação íntima entre trabalho e gestão, a direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários, a ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar e a tomada de decisões imediatas, ligadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo (FAO/INCRA, 1994).

A escolha da agricultura familiar está relacionada com multifuncionalidade da agricultura familiar, que além de produzir alimentos e matérias-primas, gera mais de 80% da ocupação no setor rural e favorece o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a

diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético.

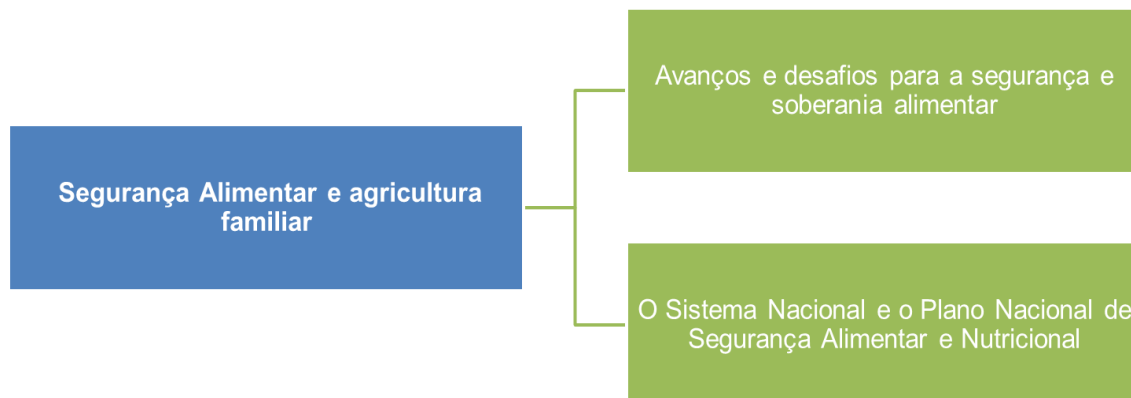
Assim, o meio rural, sempre visto como fonte de problemas, hoje aparece também como portador de soluções, vinculadas à melhoria do emprego e da qualidade de vida (WANDERLEY, 2002). Este enfoque é representado também pelo Prof. José Eli da Veiga e colaboradores no documento “O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento”, onde os autores sugerem que o projeto de desenvolvimento para o Brasil rural deve visar a maximização das oportunidades de desenvolvimento humano em todas as regiões do país diversificando as economias locais a começar pela própria agropecuária. (OLALDE, 2004).

A agricultura familiar está associada ainda, à dimensão espacial do desenvolvimento, por permitir uma distribuição populacional mais equilibrada no território, em relação à agricultura patronal, normalmente associada à monocultura. Estas ideias devem ser contextualizadas no debate sobre os caminhos para a construção do desenvolvimento sustentável. (*ibidem*).

Ultimamente, vem sendo defendida uma perspectiva que reforça as ideias acima apresentadas é a dimensão territorial do desenvolvimento rural, onde as atividades agrícolas e não-agrícolas devem ser integradas no espaço local, perdendo sentido a tradicional divisão urbana/rural e ultrapassando o enfoque predominantemente setorial (agrícola) do espaço rural. No âmbito das políticas públicas, isto se traduziu na criação da SDT (Secretaria do Desenvolvimento Territorial), subordinada ao MDA. (OLALDE, 2004).

3.4 Segurança Alimentar e agricultura familiar

Figura 9 – Mapa conceitual - Segurança Alimentar e agricultura familiar



Fonte: Elaborado pela autora.

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) perpassa por inúmeros temas, de legislação em direitos humanos a tratados internacionais, de cultura alimentar a características regionais, da questão da água, do meio ambiente e melhor qualidade de vida a alimentação nas escolas e creches, restrição a alimentos transgênicos e organização de conselhos municipais, estaduais e nacional de SAN.

Segundo Castro citado em Andrade (2003), o conceito de segurança alimentar surgiu durante a primeira guerra mundial (1914-1918), período em que começou a haver maior dedicação na produção de armamentos e inovação tecnológica, ocorrendo aumento na oferta de produtos industrializados. Esse conceito pode ser resumido em três requisitos básicos: disponibilidade local de alimentos, para que se possam ter produtos de qualidade a preços acessíveis; multiplicação dos mecanismos de compra e venda direta e; circulação da economia local, através de mecanismos que evitem o vazamento de bens para outras regiões.

No Brasil, a segurança alimentar ganhou foco a partir da segunda metade do século XX, período de publicação do livro de Josué de Castro, "Geografia da Fome", em 1946, no qual identifica a migração de muitos trabalhadores rurais para as grandes cidades, e do crescimento das

comunicações, fator que contribuiu para a mudança de costumes e hábitos alimentares que se difundiram pelo território nacional. As pessoas passaram a consumir maior quantidade de produtos industrializados, fato que gerou considerável estreitamento tanto na oferta, quanto na demanda por produtos da agricultura familiar (CASTRO, 2008).

Em sua outra obra “Geopolítica da Fome”, Castro (1965) considera que, com exceção das psicoses, a subnutrição é uma das doenças mais graves que a humanidade sofre, pois ela predispõe a deixar o indivíduo vulnerável a outras doenças e enfermidades. Para o autor, a deficiência alimentar origina-se de dois tipos de fome: aquela que atinge diretamente - a fome aguda - e aquela que atinge de forma indireta - a fome oculta. Embora muitos autores deem pouca importância a essa última, Castro (1965) diz que “é exatamente nas áreas do mundo economicamente menos desenvolvidas que essa espécie de fome cobra seus mais altos tributos”, já que esta é resultado do inadequado suprimento das proteínas de certas gorduras, dos sais minerais e de determinadas vitaminas.

Então, para ser adequada, a alimentação deve oferecer ao organismo o total de energia de que ele necessita e o total das variadas substâncias indispensáveis ao seu equilíbrio material: Calcula-se que cerca de quarenta princípios essenciais são indispensáveis ao perfeito equilíbrio nutritivo do ser humano. O sujeito que não recebe o total de energia necessária aos seus gastos sofre do chamado tipo de fome global ou energética. Se a deficiência é acentuada, estamos diante dos casos de semiinanição; e, se é total, de completa inanição (CASTRO, 1965).

Dando sequência na abordagem de segurança alimentar, Ananias (2004) definiu SAN como a garantia de acesso a uma alimentação de boa qualidade, através de ações na área de abastecimento e de articulação com a produção, para que cada cidadão tenha condições de reagir aos estímulos de reinserção na comunidade e no sistema produtivo. Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2010), SAN é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que

respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

O artigo 3 A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. De acordo com Betto (2003), calcula-se que haja no Brasil cerca de 44 milhões de pessoas em estado de subnutrição, o que equivaleria a quase dez milhões de famílias. O fato é que morrem, todo ano, cerca de 180 mil crianças por subnutrição. Já na visão de Pontes (2004), 100 mil crianças morrem por ano no Brasil por causas ligadas a má alimentação. Para este autor, a desigualdade e exclusão social, no mundo, têm feito com que 516 milhões de pessoas (1/6 da humanidade) sofram de insegurança alimentar, não por falta de alimentos, mas, como diz Belik (2004), por falta de acesso ao alimento em quantidade adequada, equilíbrio nutritivo, regularidade de oferta e dignidade na forma de obtê-lo.

Tendo como base os princípios que norteiam a soberania alimentar, é necessário desenvolver programas de transferência de renda, de atenção à desnutrição, além de iniciativas que visem à inclusão de pessoas produtivas (desde a agricultura familiar até a agricultura urbana) para a geração de alimentos que possam atingir pessoas em estado de insegurança alimentar e, também, em estado de segurança alimentar. “As políticas emergenciais de SAN são indispensáveis para o enfrentamento de problemas que não podem esperar o tempo de resposta das medidas estruturais” (MATTEI, 2007, p. 4).

Segundo Vogt e Souza (2007), uma das principais contribuições do ponto de vista da segurança alimentar e nutricional, na formulação recente de programas sociais no Brasil, foi a criação do Programa Fome Zero e a elaboração do Plano de Safra da Agricultura Familiar em 2003, o qual, impulsionado pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), se diferenciou dos planos de safra convencionais, voltados essencialmente para a produção extensiva.

A exemplo de tais programas, pode-se destacar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que assume fundamental importância no fomento à produção agropecuária em escala local por envolver, de um lado, os produtores rurais que têm dificuldades para comercializar a produção e, de outro, as instituições assistenciais que necessitam adquirir produtos no mercado. Desta forma, procura-se estimular a organização coletiva dos produtores rurais, em consonância com as concepções mais recentes das políticas direcionadas para o espaço rural.

3.4.1 Avanços e desafios para a segurança e soberania alimentar

Aumentou a compreensão de que há múltiplas funções associadas à atividade agrícola e ao mundo rural que vão além do aspecto produtivo e mercantil, e que dizem respeito à ocupação social do espaço agrário, ao patrimônio natural e à herança cultural. Vários países membros da OMC têm proposto a inclusão da segurança alimentar e nutricional no âmbito das chamadas “considerações não-comerciais” dos acordos agrícolas. Algumas entidades e redes internacionais vão mais além, propondo a retirada completa dos alimentos do âmbito dos acordos comerciais da OMC, em nome do princípio da soberania alimentar e nutricional.

Ao considerar a dimensão internacional, é inevitável que se incorpore questões de soberania à noção de segurança alimentar e nutricional.

Os enfoques da segurança alimentar e nutricional e da soberania alimentar introduzem os seguintes elementos:

- Valorizar as dimensões social, ambiental e cultural da produção própria de alimentos.
- Ampliar o acesso da população a alimentos de qualidade, de modo coordenado com o apoio às formas equitativas e sustentáveis de produção agroalimentar.
- Estimular a diversidade de hábitos alimentares, paralelamente à promoção de práticas alimentares saudáveis.

A médio e longo prazos, a segurança alimentar e nutricional está intimamente ligada ao processo de desenvolvimento dos países, para o qual o

sistema agroalimentar cumpre um papel destacado. O desafio é definir estratégias alternativas de enfrentamento da problemática alimentar, mesmo admitindo o contexto de sociedades e economias mais abertas ao exterior.

3.4.2 O Sistema Nacional e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Criado por meio da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), em 2006, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional SISAN¹⁴ foi instituído com os objetivos de formular e implementar política e planos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, monitoramento e a avaliação da Segurança Alimentar e Nutricional no país.

O primeiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, resultado de pactuação intersetorial no âmbito do Governo Federal, sob coordenação da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), é considerado o principal instrumento de planejamento, gestão e execução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN).

Com a mesma vigência do Plano Plurianual 2012-2015 (PPA) e estreitamente relacionado às metas e iniciativas nele definidas, o primeiro Plano Nacional de SAN consolida programas e ações relacionadas às diretrizes da PNSAN, explicitando as responsabilidades dos órgãos e entidades da União (CAISAN, 2011).

Está organizado a partir de uma lógica que busca a superação dos grandes desafios para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional por meio de iniciativas que atendam metas prioritárias, para o alcance de objetivos estratégicos, cujos resultados devem ser monitorados e avaliados para permitir a realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), assim como permitir o constante aperfeiçoamento da PNSAN.

¹⁴ O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, foi criado pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada.

Ao instituir a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o Decreto nº 7.272/2010 estabeleceu suas diretrizes que foram usadas como base para a orientação da elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Para cada diretriz, foram definidos, em consonância com o Plano Plurianual 2012-2015, objetivos, metas prioritárias e iniciativas que buscam dar concretude a elas.

São diretrizes da PNSAN (2010):

Tabela 5 - Diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	
Diretriz 1	Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;
Diretriz 2	Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos;
Diretriz 3	Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada;
Diretriz 4	Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e assentados da reforma agrária;
Diretriz 5	Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais políticas de segurança alimentar e nutricional;
Diretriz 6	Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura;
Diretriz 7	Apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais;
Diretriz 8	Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Decreto nº 7.272/2010.

4 O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA

Neste ponto falaremos acerca das influências que levaram a elaboração do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, a legislação que regulamenta o programa e a caracterização do mesmo.

4.1 Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Figura 10 – Mapa conceitual – Programa de Aquisição de Alimentos – PAA



Fonte: Elaborado pela autora.

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, ação integrante do Programa Fome Zero, é um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, atualizado através da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011) e regulamentado pelos Decretos: nº 6.447,

de 07 de maio de 2008, nº 6.959, de 15 de setembro de 2009 e nº 7.775, de 4 de julho de 2012.

No quadro abaixo estão listadas as propostas do Programa Fome Zero, para que seja possível localizar suas afinidades com a agricultura familiar.

Tabela 6 – Esquema de propostas do Programa Fome Zero

PROGRAMA FOME ZERO			
	Pequenas e médias cidades	Metrópoles	
POLÍTICAS LOCAIS	Áreas rurais Apoio à agricultura familiar; Apoio à produção para auto-consumo.	Banco de alimentos; Parcerias com varejistas; Modernização dos equipamentos de abastecimento; Novo relacionamento com as redes de supermercados; Agricultura urbana.	Restaurantes populares; Bancos de alimentos; Parcerias com varejistas; Modernização dos equipamentos de abastecimento; Novo relacionamento com as redes de supermercados.
POLÍTICAS ESTRUTURAIS	Geração de emprego e renda; Intensificação da reforma agrária; Previdência social universal; Bolsa escola e renda mínima.		
POLÍTICAS ESPECÍFICAS	Programa cupom de alimentação; Ampliação do PAT; Doação de cestas básicas emergenciais; Combate à desnutrição infantil e materna; Manutenção de estoques de segurança; Ampliação da merenda escolar; Segurança e qualidade dos alimentos; Educação para o consumo e educação alimentar.		

Fonte: Adaptado de Instituto da Cidadania, 2001, p.84.

Para melhor compreensão do Programa, trataremos a seguir das influências que levaram a elaboração do PAA, a legislação que regulamenta o programa e a caracterização do mesmo.

4.1.1 Influências para elaboração do PAA

De acordo com Schmitt (2005) a criação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) em 2003 resultou da confluência de dois debates importantes da década de 1990 no Brasil. O primeiro teve como questões centrais o combate à fome e a garantia da segurança alimentar e

nutricional da população brasileira. Essa discussão intensificou-se a partir do final da década de 1980, ganhou impulso nos anos 1990 e encontrou maior espaço no Governo Lula, envolvendo um amplo leque de atores sociais. O segundo debate foi dirigido ao reconhecimento da agricultura familiar como categoria social pelas políticas governamentais.

Para a autora, esse setor que até então não havia sido considerado pelo Estado como objeto de políticas públicas específicas, começou a receber maior atenção quando da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1996, processo que teve como saldo importante a própria construção da definição oficial do conceito de agricultura familiar, que desde então passou a ser incorporada como referência no planejamento da ação governamental.

Registra-se a partir desse momento, mas principalmente depois de 2003, um esforço importante de implantação de diferentes instrumentos específicos de política pública direcionados a essa categoria de produtores(as), a exemplo do Seguro da Agricultura Familiar, da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) e do próprio PAA. Esses avanços foram, em grande medida, resultado da capacidade de mobilização, intervenção política e negociação de diversas organizações sociais representativas dos(as) produtores(as) familiares (SCHMITT, 2005).

4.1.2 Legislação do PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no âmbito do Programa Fome Zero foi instituído pelo artigo 19 da **Lei nº 10.696**, de 02 de julho de 2003, que dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências e atualizado através da **Lei nº 12.512**, de 14 de outubro de 2011, que institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, alterando as Leis nº 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006.

Está regulamentado pelos Decretos: **nº 6.447**, de 07 de maio de 2008, que regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que

institui o Programa de Aquisição de Alimentos; o **nº 6.959**, de 15 de setembro de 2009, que atualiza a regulamentação do art. 19 da Lei nº 10.696 e **nº 7.775**, de 4 de julho de 2012 que mais uma vez atualiza o art. 19 da Lei no 10.696 e o Capítulo III da Lei no 12.512, e dá outras providências. E por fim, o decreto **nº 8.026**, de 6 de junho de 2013, que traz a regulamentação em vigência do PAA, a partir da alteração dos decretos nº 7.775 (citado acima), nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a criação do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar; nº 7.644, de 16 de dezembro de 2011, que regulamenta o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; e dá outras providências.

Figura 11 - Quadro explicativo da Legislação do PAA

Lei nº 10.696 (02/07/2003)	<ul style="list-style-type: none"> •Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural. •Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (artigo 19).
Lei nº 12.512 (14/10/2011)	<ul style="list-style-type: none"> •Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.
Decreto nº 6.447 (07/05/2008)	<ul style="list-style-type: none"> •Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o PAA.
Decreto nº 6.959 (15/09/2011)	<ul style="list-style-type: none"> •Atualiza a regulamentação do art. 19 da Lei nº 10.696.
Decreto nº 7.775 (04/07/2012)	<ul style="list-style-type: none"> •Atualiza o art. 19 da Lei no 10.696 e o Capítulo III da Lei no 12.512.
Decreto nº 8.026 (06/06/2013)	<ul style="list-style-type: none"> •Regulamentação em vigência do PAA, a partir da alteração dos decretos nº 7.775, nº 5.996, de 20/12/06, que dispõe sobre a criação do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar; nº 7.644, 16/12/11, que regulamenta o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.

Fonte: Elaborada pela autora.

Desde a sua institucionalização em 2003, o PAA já utilizou mais de 3,5 bilhões de reais em sua operacionalização (MDS, 2011), tornando-se foco de diversos estudos, tanto por parte do governo federal, através da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), vinculada ao MDS, como pelo meio acadêmico. Essas pesquisas buscam analisar, de uma maneira geral, vários aspectos do programa como: eficácia, efetividade, gargalos, impactos, pontos de melhoria, etc.

4.1.3 Caracterização do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA é um programa coordenado pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome pelo qual o Governo Federal compra alimentos e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição (MDS, 2015).

O PAA também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores(as) familiares(as) e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar. O PAA prioriza as compras da produção da agricultura familiar, de forma a incentivar este segmento da sociedade brasileira. Além disso, o Programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e também redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o associativismo (MDS, 2015).

O Programa tem como finalidades: incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda e incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar; promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável; promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar; constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores(as) familiares(as); apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; e fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização (BRASIL, 2011).

O regimento do PAA é definido por um Grupo Gestor (GGPAA), órgão colegiado de caráter deliberativo e constituído por representantes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Fazenda; e Ministério da Educação. (BRASIL, 2012).

O PAA é desenvolvido em cinco modalidades diferentes: Doação Simultânea, Compra Direta, Apoio à Formação de Estoques; Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite - PAA Leite e Compra Institucional.

De acordo com as informações divulgadas no site Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (2015), o orçamento do PAA é composto por recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.

4.1.3.1 Funcionamento do PAA

O PAA compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação. Esses alimentos são distribuídos a pessoas ou famílias que precisam de suplementação alimentar (porque estão em situação de insegurança alimentar e nutricional) e também a entidades de assistência social, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, entre outros. (MDS, 2015).

Além disso, o PAA contribui para formar estoques públicos de alimentos e estoques das próprias cooperativas ou associações da agricultura familiar.

O PAA é executado por estados e municípios que fazem convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, que firma Termo de Cooperação com o MDS e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Ou seja, são os estados, os municípios e a Conab que, com recursos financeiros repassados pelo Governo Federal, compram os alimentos dos(as) agricultores(as) familiares (MDS, 2015).

Recentemente, o MDS começou a substituir seus convênios pelo instrumento Termo de Adesão, que poderá ser firmado com estados, municípios ou consórcios públicos. Esse novo modelo substituirá os atuais convênios à medida que forem finalizados. No novo modelo, os recursos não são repassados para estados e municípios, o pagamento é feito pelo MDS diretamente ao(à) agricultor(a) familiar e/ou suas organizações, por meio de um cartão bancário próprio para o recebimento dos recursos do PAA (MDS, 2015).

A inclusão de agricultores(as) no PAA deve se dar por intermédio dos estados e municípios que firmarem Termo de Adesão com o MDS, apesar de o pagamento ser feito diretamente ao(à) agricultor(a) familiar. As organizações da agricultura familiar não podem formalizar Termo de Adesão diretamente com o Ministério (MDS, 2015).

4.1.3.2 Beneficiários do PAA

De acordo com Brasil (2012), o PAA possui dois públicos beneficiários: os(as) fornecedores(as) e os(as) consumidores(as) de alimentos.

Os(as) beneficiários(as) fornecedores(as) são os(as) agricultores(as) familiares, assentados(as) da reforma agrária, silvicultores(as), aquicultores(as), extrativistas, pescadores(as) artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

Os(as) beneficiários(as) fornecedores(as) podem participar do PAA individualmente ou por meio de suas cooperativas e outras organizações formalmente constituídas como pessoa jurídica de direito privado.

Para participar do Programa individualmente, os(as) beneficiários(as) fornecedores devem possuir a Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP, instrumento que qualifica a família como da agricultura familiar. Já as organizações de agricultores(as), para participarem do PAA, devem deter a Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Especial Pessoa Jurídica.

Para a maior parte dos(as) agricultores(as) familiares, a DAP pode ser obtida junto a instituições previamente autorizadas, entre as quais estão as entidades oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural ou as Federações e Confederações de agricultores(as), por meio de seus sindicatos.

Para públicos específicos, a DAP também pode ser fornecida por outras organizações, tais como: a FUNAI, para populações indígenas; a Fundação Cultural Palmares, para populações remanescentes de Quilombos; o Ministério de Aquicultura e Pesca ou Federação de Pescadores e suas colônias

filiadas, para pescadores artesanais; o INCRA, para acampados e assentados da reforma agrária.

Para poderem vender alimentos para o PAA, os(as) agricultores(as) devem procurar uma Unidade Executora do Programa (governo municipal, governo estadual ou a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB) para se cadastrarem.

4.1.3.3 Adesão Municipal ao PAA

O processo se inicia com a manifestação formal do Ente ou do consórcio, sobre seu interesse em aderir ao Programa por meio de ofício assinado pelo(a) chefe(a) do poder executivo ou presidente(a) do consórcio, conforme o caso. Nesse mesmo ofício, o(a) prefeito(a) ou governador(a) indica o órgão/entidade e a equipe que será responsável pela gestão do programa.

A adesão é feita a partir do cadastramento de informações no sistema de gestão do programa: SISPA. As primeiras senhas de acesso ao sistema serão geradas pelo MDS para os(as) gestores(as) indicados(as). O processo para a obtenção das senhas pode ocorrer paralelamente à manifestação de interesse em aderir ao programa.

4.1.3.4 Controle social do PAA

Divulga-se no site do MDS (2015) que pela intersectorialidade e abrangência, o PAA é um Programa que conta com ampla participação da sociedade civil. São instâncias de controle do PAA os conselhos de segurança alimentar e nutricional nas esferas nacional, estadual e municipal.

Na hipótese de inexistência desses, os Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável ou os Conselhos de Assistência Social poderão ser responsáveis pelo acompanhamento da execução do PAA.

O PAA conta ainda com a participação social no Comitê composto por representantes governamentais e da sociedade civil, de caráter consultivo, que assessora o Grupo Gestor e acompanha a implementação do Programa.

O Controle Social localmente deve ser exercido pelo CONSEA – Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Barbalha-CE.

4.1.3.5 Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos – GGPA

O regramento do PAA é definido por um Grupo Gestor, órgão colegiado de caráter deliberativo e formado por representantes dos seguintes Ministérios: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Fazenda; e Ministério da Educação. (MDS, 2015).

O Grupo Gestor tem como objetivo principal orientar e acompanhar a execução do PAA, normatizando-o por meio de suas Resoluções.

4.1.3.6 Modalidades do PAA

Têm-se enquanto modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos, de acordo com o MDS (2015): compra com doação simultânea, compra direta, apoio à formação de estoques, incentivo à produção e ao consumo de leite - PAA Leite e compra institucional.

4.1.3.6.1 Modalidade Compra com Doação Simultânea

A Compra com Doação Simultânea tem como finalidade o atendimento de demandas locais de suplementação alimentar, promovendo o direito humano à alimentação adequada.

A Modalidade incentiva que a produção local da agricultura familiar atenda as necessidades de complementação alimentar das entidades da rede socioassistencial, dos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos) e, em condições específicas definidas pelo Grupo Gestor do PAA, da rede pública e filantrópica de ensino.

Podem ser adquiridos pela Modalidade produtos alimentícios próprios para o consumo humano, incluindo alimentos perecíveis e característicos dos hábitos alimentares locais. Podem estar *in natura* ou processados.

Os alimentos devem ser de produção própria dos(as) agricultores(as) familiares e devem cumprir os requisitos de controle de qualidade dispostos nas normas vigentes.

A modalidade é desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em parceria com governos de estados e municípios e com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), e são utilizados dois tipos de instrumentos para sua implementação: a Celebração de Termos de Adesão com órgãos ou entidades da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, e consórcios públicos e a formalização de Termo de Cooperação com a Conab.

Por meio de Decreto Presidencial nº 8.026, de junho/2013, foi alterado o Decreto nº 7.775, de 04/07/2012, que regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos, subindo de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) para R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) o valor máximo que os(as) agricultores(as) familiares(as) podem vender para o PAA, nesta modalidade, por unidade familiar/ano. Os(as) agricultores(as) entregam os alimentos em uma Central de Distribuição, onde são pesados e separados para serem doados.

No âmbito dos Termos de Adesão, o pagamento é feito pela União, por intermédio do MDS, diretamente ao(à) agricultor(a), que o recebe por meio de um cartão bancário próprio para o recebimento dos recursos do PAA. No âmbito do Termo de Cooperação, os recursos financeiros para execução do PAA são repassados pelo MDS para a Conab, que fica responsável pelo pagamento aos(às) agricultores(as). Para participar da Compra com Doação Simultânea pela Conab, os(as) agricultores(as) familiares devem estar organizados em cooperativas ou associações. Essas organizações precisam encaminhar Proposta de Participação à Conab.

Aprovada a Proposta de Participação, a organização emite uma Cédula de Produto Rural (CPR-Doação) e passa a fornecer alimentos às

entidades conforme definido na Proposta. Após a confirmação da entrega dos produtos, a Conab disponibiliza os recursos pactuados na conta da organização, que realiza o pagamento aos(às) agricultores(as). Na execução pela Conab, as organizações de agricultores(as) entregam os produtos diretamente nas entidades beneficiárias.

Em junho/2013 o limite de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) por unidade familiar/ano para acesso ao PAA por meio de organizações fornecedoras foi alterado para R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) por unidade familiar/ano.

Quando as aquisições forem realizadas por meio de organizações cujo percentual de beneficiários fornecedores cadastrados no CADÚNICO for maior ou igual a 50 %, o limite anual de vendas ao PAA será de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por unidade familiar/ano.

Quando as aquisições forem realizadas junto a organizações fornecedoras que trabalhem com produtos exclusivamente orgânicos e/ou agroecológicos ou da sociobiodiversidade, o limite de vendas será de R\$ 8.000,00 por unidade familiar/ano.

Outras alterações desta Modalidade envolvem a retirada da restrição de aquisição de sementes, mudas e materiais propagativos somente de culturas alimentares, para ser possível adquirir produtos para alimentação animal. Pretende-se adquirir e doar a agricultores(as) familiares sementes e mudas que permitam a recuperação de pastagens e a manutenção da alimentação animal, visando à recuperação da capacidade produtiva da Agricultura Familiar em regiões assoladas por desastres climáticos.

4.1.3.6.2 Modalidade Compra Direta

A Compra Direta tem como finalidade a sustentação de preços de uma pauta específica de produtos definida pelo Grupo Gestor do PAA, a constituição de estoques públicos desses produtos e o atendimento de demandas de programas de acesso à alimentação.

Dentre os produtos adquiridos pela Modalidade estão o arroz, feijão, milho, trigo, sorgo, farinha de mandioca, farinha de trigo, leite em pó integral,

castanha de caju, castanha-do-brasil e outros que venham a ser definidos pelo Grupo Gestor do PAA.

Os alimentos devem ser de produção própria dos(as) agricultores(as) familiares(as) e devem cumprir os requisitos de controle de qualidade dispostos nas normas vigentes.

Para execução dessa Modalidade, os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA repassam, por meio de Termos de Cooperação, recursos financeiros para a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, responsável pela operacionalização.

A Compra Direta permite a aquisição de produtos até o limite anual de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por unidade familiar. Para participar, os(as) agricultores(as) familiares(as) podem estar organizados, em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais, mas também podem participar individualmente.

Quando o preço de mercado de algum dos produtos amparados pela Modalidade está abaixo do seu preço de referência, a Conab divulga amplamente na região afetada que instalará um Polo de Compra (Unidade Armazenadora própria ou credenciada, depósito ou outro local indicado pela Conab), para onde os(as) agricultores(as) familiares(as) interessados se deslocam de posse de seus produtos bem como da documentação exigida.

A Conab analisa a documentação e providencia a classificação do produto. Se tudo estiver em conformidade com as exigências, emite Nota Fiscal de aquisição. Os produtos passam a compor os estoques públicos que são gerenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, em articulação com o MDA e o MDS.

Quando constituídos por alimentos adquiridos com recursos do MDS, os estoques devem ser prioritariamente doados, podendo ser vendidos somente em casos excepcionais, mediante autorização do Ministério. Esses alimentos têm sido utilizados especialmente para compor as cestas distribuídas a grupos populacionais específicos.

Quando constituídos por alimentos adquiridos com recursos do MDA, os estoques devem ser prioritariamente vendidos, admitida a doação, em

situações de risco de perda de qualidade dos alimentos estocados; de impossibilidade de remoção, manutenção ou venda de forma econômica ou de necessidade de atendimento a ações de promoção de segurança alimentar e nutricional. A venda dos alimentos adquiridos no âmbito do PAA é realizada por leilões eletrônicos ou em balcão. O valor de venda dos produtos em balcão segue metodologia definida pelo Grupo Gestor do Programa.

4.1.3.6.3 Modalidade Apoio à Formação de Estoques

A Formação de Estoques tem como finalidade apoiar financeiramente a constituição de estoques de alimentos por organizações da agricultura familiar, visando agregação de valor à produção e sustentação de preços. Posteriormente, esses alimentos são comercializados pela organização de agricultores(as) para devolução dos recursos financeiros ao Poder Público.

Podem ser adquiridos produtos alimentícios da safra vigente, de produção própria dos(as) agricultores(as) familiares e que cumpram os requisitos de controle de qualidade dispostos nas normas vigentes.

Para execução dessa Modalidade, os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA repassam, por meio de Termos de Cooperação, recursos financeiros para a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, responsável pela operacionalização.

Ao identificar a possibilidade de formação de estoque de determinado produto, a organização de agricultores(as) envia uma Proposta de Participação à Conab. A Proposta deve conter a especificação do produto, sua quantidade, o preço proposto, o prazo necessário para a formação do estoque e os(as) agricultores(as) a serem beneficiados(as).

Com a aprovação da Proposta, a organização emite a Cédula de Produto Rural (CPR-Estoque) e a Conab disponibiliza o recurso para que a organização compre a produção dos(as) seus(suas) agricultores(as) familiares, beneficie os alimentos e os mantenha em estoque próprio.

A CPR-Estoque tem prazo de vencimento de 12 meses, devendo ser quitada pela organização ao final desse prazo. Quando a operação é feita com

recursos do MDS, o pagamento deve ser feito em produtos, ou seja, a organização deve entregar para os estoques públicos parte dos alimentos beneficiados.

Quando a operação é feita com recursos do MDA, o pagamento da CPR é feito financeiramente, ou seja, a organização deve vender o alimento beneficiado no mercado convencional e devolver ao Poder Público o recurso que lhe foi repassado pela Conab, acrescido de encargos de 3% (três por cento) ao ano.

O limite financeiro de participação por unidade familiar é de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por unidade familiar/ano. O valor total da Proposta de Participação não pode ultrapassar R\$ 1,5 milhão por cada organização/ano.

4.1.3.6.4 Modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite - PAA Leite

O PAA Leite tem como finalidade contribuir com aumento do consumo de leite pelas famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e também incentivar a produção de agricultores familiares.

A Modalidade é executada no território da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, sendo beneficiados todos os estados da região Nordeste e também o norte de Minas Gerais. No momento, não há previsão de expansão do Programa para outros estados por motivos orçamentários.

O PAA Leite adquire leite de vaca e também de cabra, que deve ser de produção própria dos(as) agricultores(as) familiares e deve cumprir os requisitos de controle de qualidade dispostos nas normas vigentes.

A partir de 2013, para execução dessa Modalidade, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS firmou Termos de Adesão com os Estados, que substituíram os convênios à medida que foram finalizados.

Os Estados que fazem parceria com o MDS para execução do PAA Leite contratam laticínios que são responsáveis por receber, coletar, pasteurizar, embalar e transportar o leite para os pontos de distribuição, locais

pré-definidos onde as famílias beneficiadas retiram sua cota diária de leite, geralmente um litro.

O(a) agricultor(a) familiar selecionado(a) pelo(a) gestor(a) estadual deve entregar sua produção diária de leite no laticínio contratado mais próximo da sua propriedade ou depositar o produto em tanques de resfriamento, de onde será coletado pelo laticínio em caminhões adequados para o transporte.

Para participar do PAA Leite, o(a) agricultor(a) familiar deve seguir as seguintes exigências: possuir Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP, produzir no máximo 150l de leite/dia e ter comprovante de vacinação dos animais.

O(a) produtor(a) pode receber pela venda de seu produto até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por unidade familiar/semestre, diferente das demais modalidades nas quais o limite é anual. Caso este valor não seja utilizado totalmente no semestre, não poderá ser compensado no semestre seguinte.

O valor do litro de leite é prefixado pelo Grupo Gestor do PAA e atualizado semestralmente, de acordo com a média dos preços praticados pelo mercado local. O laticínio recebe cerca de 40% desse valor e os outros 60% são repassados ao(à) agricultor(a) familiar participante.

4.1.3.6.5 Modalidade Compra Institucional

A Modalidade Compra Institucional foi uma inovação do Decreto nº 7.775/2012. Sua finalidade é garantir que estados, Distrito Federal e municípios, além de órgãos federais também possam comprar alimentos da agricultura familiar, com seus próprios recursos financeiros, dispensando-se a licitação, para atendimento às demandas regulares de consumo de alimentos. Poderão ser abastecidos hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros.

Podem ser adquiridos pela Modalidade produtos alimentícios próprios para o consumo humano, incluindo alimentos perecíveis e característicos dos hábitos alimentares locais. Podem estar “*in natura*” ou processados.

Os alimentos devem ser de produção própria dos(as) agricultores(as) familiares e devem cumprir os requisitos de controle de qualidade dispostos nas normas vigentes.

Após a definição da demanda, o órgão comprador elabora Edital de Chamada Pública, que deve ser divulgado em locais de fácil acesso a organizações da agricultura familiar. As organizações da agricultura familiar elaboram suas propostas de venda de acordo com os critérios da Chamada Pública.

O órgão comprador habilita as propostas que contenham todos os documentos exigidos no edital e preços de venda dos produtos compatíveis com o mercado. O órgão responsável pela compra realiza, no mínimo, três pesquisas no mercado local ou regional. Para produtos orgânicos ou agroecológicos, caso não tenha como fazer pesquisa de preço, é possível o acréscimo em até 30% do valor do produto em relação ao preço dos produtos convencionais.

O(a) comprador(a) e o(a) fornecedor(a) assinam o contrato que estabelece o cronograma de entrega dos produtos, a data de pagamento aos(as) agricultores(as) familiares e todas as demais cláusulas de compra e venda.

O início da entrega dos produtos deve atender ao cronograma previsto e os pagamentos são realizados diretamente aos(as) agricultores(as) ou suas organizações.

Seu limite financeiro por unidade familiar/ano é R\$ 8.000,00 (oito mil reais), independente dos fornecedores participarem de outras modalidades do PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Um resumo das modalidades do PAA é encontrado no quadro abaixo.

Tabela 7 – Modalidades de compra do PAA

MODALIDADE DE COMPRA	DETALHAMENTO
Compra com Doação Simultânea	<i>Finalidade:</i> promove a articulação entre a produção da agricultura familiar e a destinação dessa produção, visando o atendimento direto às demandas de alimentação ou de suplementação alimentar e nutricional dos programas sociais e o desenvolvimento da economia local. <i>Desenvolvida por:</i> Ministério do Desenvolvimento Social e

<p>Compra Direta</p>	<p>Combate à Fome (MDS) em parceria com governos de estados e municípios e com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).</p> <p><i>Limite anual de comercialização:</i> R\$ 5,5 mil unidade familiar/ ano.</p> <p><i>Finalidade:</i> sustentação de preços de uma pauta específica de produtos definida pelo Grupo Gestor do PAA, a constituição de estoques públicos desses produtos e o atendimento de demandas de programas de acesso à alimentação.</p> <p><i>Desenvolvida por:</i> Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA repassam, por meio de Termos de Cooperação, recursos financeiros para a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, responsável pela operacionalização.</p> <p><i>Limite anual de comercialização:</i> R\$ 8 mil por unidade familiar/ ano.</p>
<p>Apoio à Formação de Estoques</p>	<p><i>Finalidade:</i> apoiar financeiramente a constituição de estoques de alimentos por organizações da agricultura familiar, visando agregação de valor à produção e sustentação de preços.</p> <p><i>Desenvolvida por:</i> Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA repassam, por meio de Termos de Cooperação, recursos financeiros para a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, responsável pela operacionalização.</p> <p><i>Limite anual de comercialização:</i> R\$ 8 mil por unidade familiar/ ano.</p>
<p>PAA Leite</p>	<p><i>Finalidade:</i> contribuir com aumento do consumo de leite pelas famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e também incentivar a produção de agricultores familiares.</p> <p><i>Desenvolvida por:</i> Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, sendo beneficiados todos os estados da região Nordeste e também o norte de Minas Gerais.</p> <p><i>Limite anual de comercialização:</i> R\$ 4 mil por unidade familiar/ semestre.</p>
<p>Modalidade Compra Institucional</p>	<p><i>Finalidade:</i> garantir que estados, Distrito Federal e municípios, além de órgãos federais também possam comprar alimentos da agricultura familiar, com seus próprios recursos financeiros através de Chamada Pública.</p> <p><i>Desenvolvida por:</i> Estados, Distrito Federal, municípios e órgãos federais.</p> <p><i>Limite anual de comercialização:</i> R\$ 8 mil por unidade familiar/ano, independente dos fornecedores participarem de outras modalidades do PAA e do PNAE.</p>

Fonte: Elaborado pela autora com base em MDS (2015).

5 NOSSA COLHEITA: ANÁLISES

5.1 Análise da pesquisa documental

A partir dos documentos repassados pela Prefeitura Municipal de Barbalha, através da Secretaria de Desenvolvimento Agrário sobre os atores envolvidos na Política Pública e tendo como apoio as notícias publicadas, sobretudo no site da Prefeitura acerca do PAA, foi possível sistematizar um mapeamento sobre a distribuição de beneficiários(as) produtores(as) por comunidade e por sexo no Município, e ainda verificar em quais comunidades ocorreu crescimento ou diminuição de participantes ao longo do período analisado. Além de compor o estudo, estas informações foram de grande relevância para a escolha dos(as) respondentes para as etapas subsequentes da pesquisa.

Como no Município de Barbalha-CE, a modalidade do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA que fora é implantada é a modalidade compra direta com doação simultânea que se propõe a realizar a obtenção de produtos da agricultura familiar local para abastecer os equipamentos públicos de alimentação e nutrição e as ações de acesso à alimentação, empreendidas por entidades da rede socioassistencial do município (BRASIL, 2011), para fins didáticos, dividiremos nossa análise a partir dos dois públicos beneficiários: os(as) fornecedores(as) e os(as) consumidores(as) de alimentos.

5.1.1 Dados do ano de 2013

5.1.1.1 Beneficiários Consumidores - Entidades beneficiadas

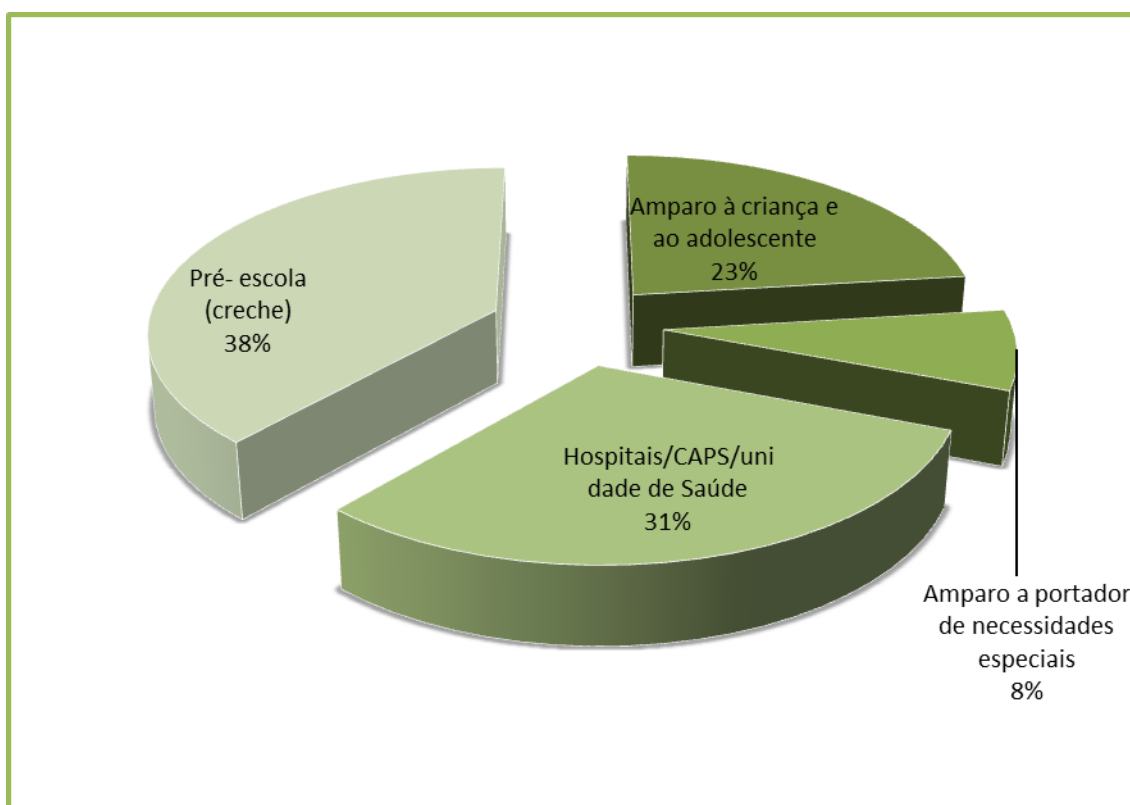
No que se refere aos(as) beneficiários(as) consumidores(as), ou seja, as entidades beneficiadas, como pode ser verificado na tabela e no gráfico abaixo 14 (quatorze) entidades foram cadastradas em 2013, dentre estas: 38% são instituições pré-escolares (creches), 23% são de amparo à criança e ao adolescente, 31% em entidades ligadas à saúde (Hospitais/ CAPS/ Unidade de Saúde) e 8% em instituições de amparo a portador de necessidades especiais.

Tabela 8 – Caracterização das entidades – 2013

CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES	QUANTIDADE
Pré-escola (creche)	5
Hospitais/CAPS/unidade de Saúde	4
Amparo à criança e ao adolescente	3
Amparo a portador de necessidades especiais	1
Total	14

Fonte: Elaborada pela autora

Gráfico 2 - Caracterização das entidades – 2013



Fonte: Elaborado pela autora.

5.1.1.2 Beneficiários(as) produtores(as) – Agricultores(as) familiares

No que se refere aos(às) beneficiários(as) produtores(as), ou seja, os agricultores(as) familiares, como pode ser verificado nas tabelas e gráficos abaixo, 32 (trinta e dois) agricultores(as) foram cadastrados(as) no ano de 2013, dentre estes: 5 (cinco) residem na comunidade da Arajara, 5 (cinco) Sítio Coité, 4 (quatro) na Estrela, 3 (três) Caldas, 3 (três) no Sítio Saco e 3 (três) no Sítio Santo Antônio da Arajara, 2 (dois) no Assentamento Boa Vista – Caldas, 2 (dois) no Assentamento Estrela, 2 (dois) no Sítio Boa Esperança, 1 (um) no Barro Vermelho, 1 (um) no Sítio Brejão e 1 (um) no Sítio Frutuoso. Destes(as) 32 agricultores(as) cadastrados(as), 27 são do sexo masculino, o que corresponde a 84% e 5 do sexo feminino que corresponde a 16%, uma representação massiva do público masculino, porém nos encontros em que tivemos oportunidade de participar é possível perceber uma grande participação das mulheres nas reuniões, nas atividades agrícolas e até mesmo no momento de responder o formulário que era destinado ao agricultor cadastrado. Um detalhamento da distribuição de agricultores(as) por sexo em cada comunidade consta na tabela 10 e no gráfico 6 deste capítulo.

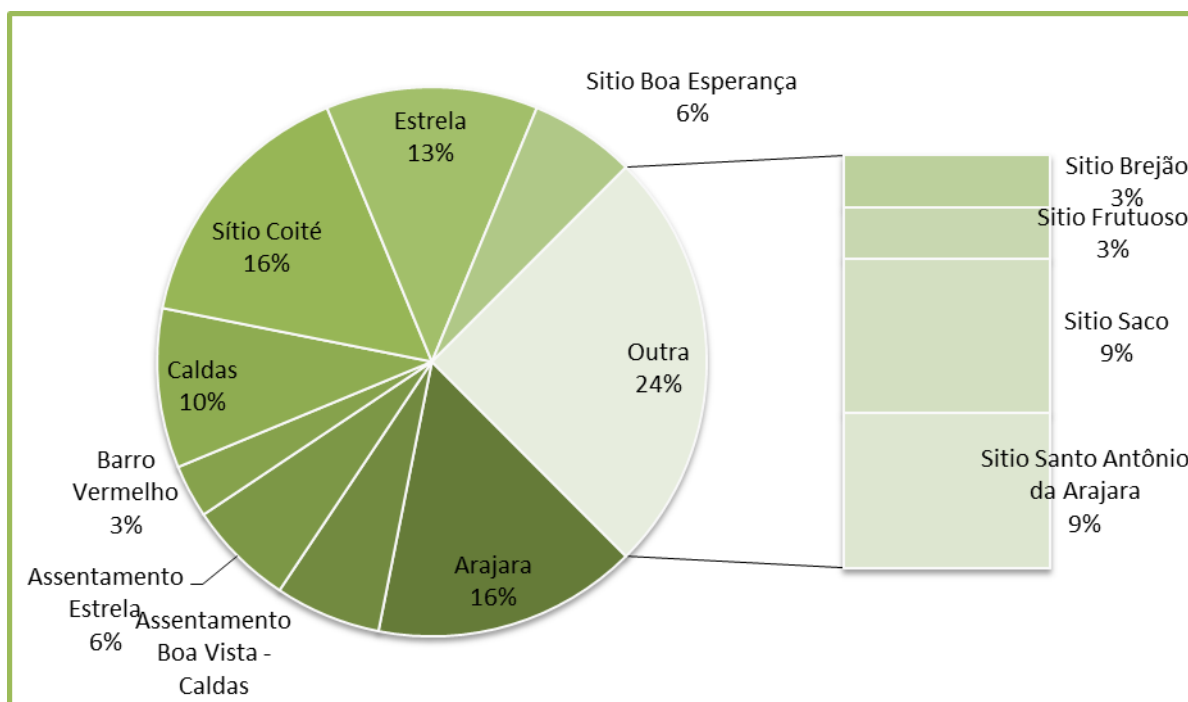
Tabela 9 – Quantidade de agricultores em cada comunidade - 2013

COMUNIDADE	QUANTIDADE DE AGRICULTORES(AS)
Arajara	5
Sítio Coité	5
Estrela	4
Caldas	3
Sítio Saco	3
Sítio Santo Antônio da Arajara	3
Assentamento Boa Vista - Caldas	2
Assentamento Estrela	2
Sítio Boa Esperança	2
Barro Vermelho	1

Sítio Brejão	1
Sítio Frutuoso	1
Total	32

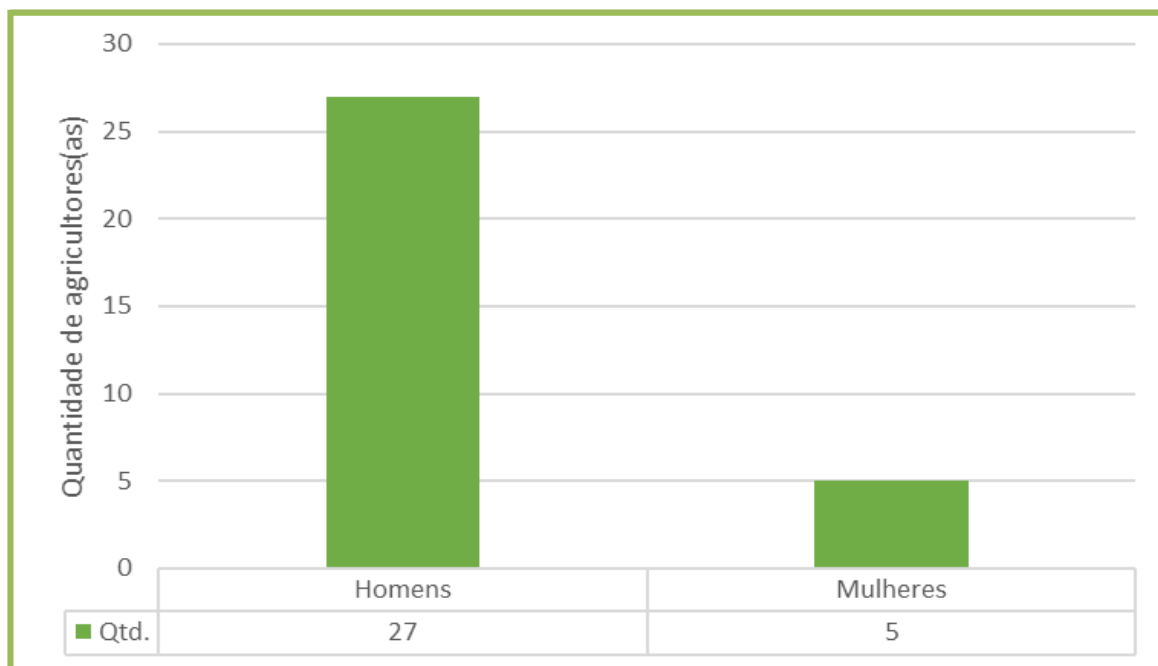
Fonte: Elaborada pela autora.

Gráfico 3 - Distribuição de Agricultores(as) por Comunidade - 2013



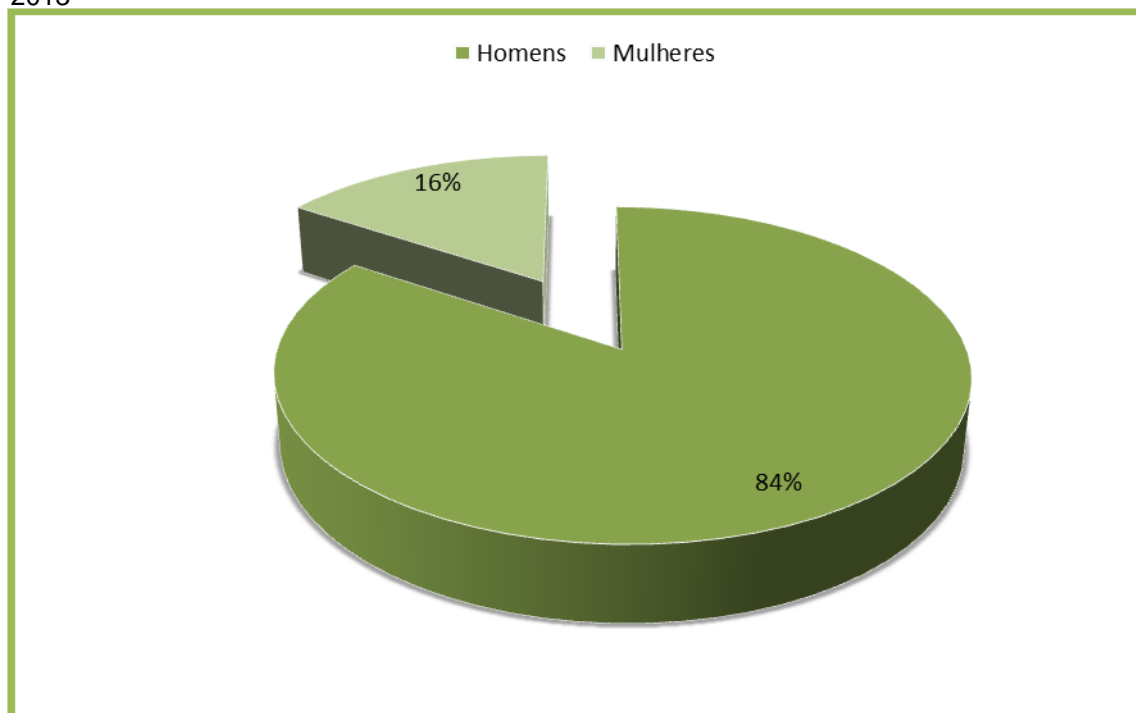
Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 4 – Quantidade de Agricultores(as) por sexo - 2013



Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 5 – Distribuição por sexo – porcentagem – 2013



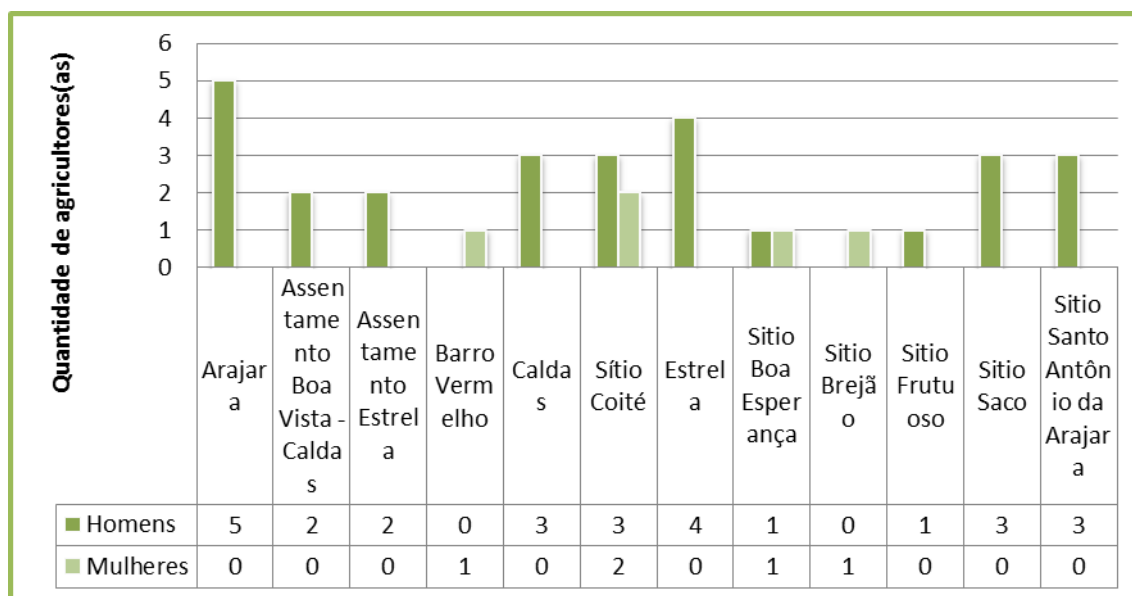
Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 10 – Distribuição de agricultores(as) por sexo em cada comunidade - 2013

COMUNIDADE	HOMENS	MULHERES
Arajara	5	0
Assentamento Boa Vista – Caldas	2	0
Assentamento Estrela	2	0
Barro Vermelho	0	1
Caldas	3	0
Sítio Coité	3	2
Estrela	4	0
Sítio Boa Esperança	1	1
Sítio Brejão	0	1
Sítio Frutuoso	1	0
Sítio Saco	3	0
Sítio Santo Antônio da Arajara	3	0
Total	27	5

Fonte: Elaborada pela autora.

Gráfico 6 – Distribuição de Agricultores(as) - Comunidade/Sexo - 2013



Fonte: Elaborado pela autora.

5.1.2 Dados do ano de 2014

5.1.2.1 Beneficiários Consumidores - Entidades beneficiadas

No que se refere aos(às) beneficiários(as) consumidores(as), ou seja, as entidades beneficiadas, podemos examinar na tabela e no gráfico abaixo 15 (quinze) entidades foram cadastradas em 2014, dentre estas: 33% são instituições pré-escolares (creches), 20% são de amparo à criança e ao adolescente, 20% em entidades ligadas à saúde (Hospitais/ CAPS/ Unidade de Saúde), 20% são outras instituições (associações, institutos e paróquias) e 7% em instituições de amparo a portador de necessidades especiais.

Quanto a manutenção do número de entidades, tendo em vista o significativo aumento de agricultores(as), a SDA Barbalha justifica que a quantidade de alimentos entregue para as entidades representa apenas uma parte do que estas necessitam para suprir as demandas necessárias para garantir a segurança alimentar de seus(as) usuários(as).

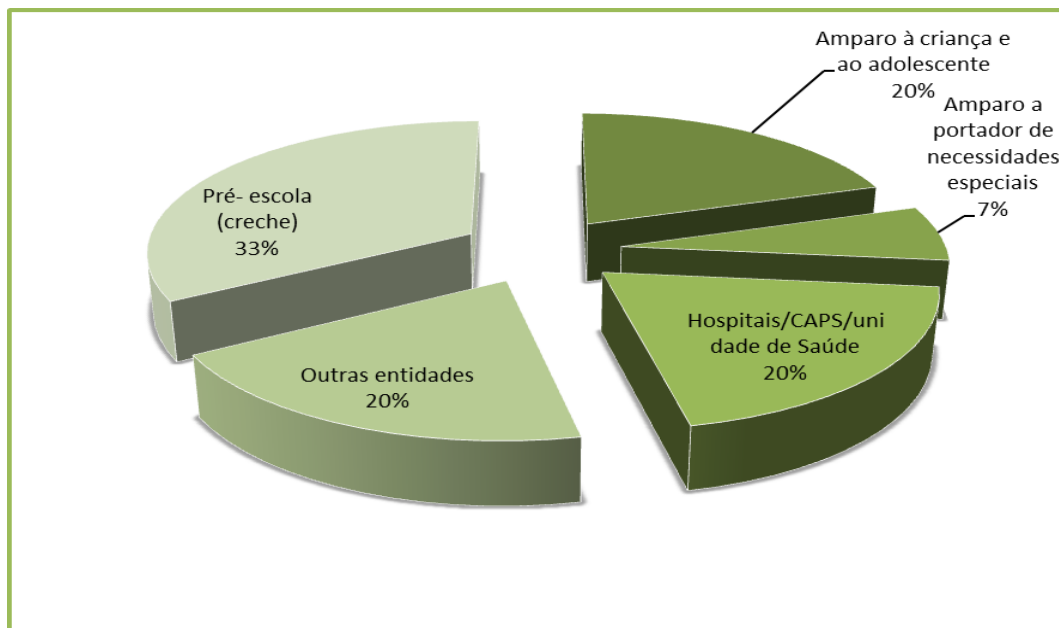
É possível perceber esta assertiva, tomando como base dois documentos: o primeiro sobre a demanda para participação no PAA de cada entidade onde estão descritos o número de pessoas beneficiadas em cada local e o segundo sobre o levantamento das entidades e público a serem atendidos, encontra-se que as quinze entidades atendem 9.953 pessoas, fornecendo 277.140 refeições por mês.

Tabela 11 – Caracterização das entidades – 2014

CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES	QUANTIDADE
Amparo à criança e ao adolescente	3
Amparo a portador de necessidades especiais	1
Hospitais/CAPS/unidade de Saúde	3
Outras entidades	3
Pré-escola (creche)	5
Total	15

Fonte: Elaborada pela autora.

Gráfico 7–Caracterização das entidades - 2014



Fonte: Elaborado pela autora.

5.1.2.2 Beneficiários(as) produtores(as) – Agricultores(as) familiares

Em relação aos(as) beneficiários(as) produtores(as), ou seja, os agricultores(as) familiares, como pode ser observado nas tabelas e gráficos abaixo, 85 (oitenta e cinco) agricultores(as) foram cadastrados(as) no ano de 2014, dentre estes: 17 (dezesete) residem no Sítio Santo Antônio da Arajara, na comunidade da Arajara, 11 (onze) na Estrela, 9 (nove) na Malhada, 8 (oito) na Comunidade Boa Vista, 5 (cinco) no Barro Vermelho, 4 (quatro) na Comunidade Boa Esperança, 4 (quatro) no Santo Antônio do Caldas, 3 (três) no Santo Antônio, 3 (três) no Tabuleiro, 2 (dois) no Assentamento Boa Vista, 2 (dois) no Sítio Coité, 2 (dois) na Rua Nova, 2 (dois) no Saco I, 2 (dois) na Santa Cruz, 2 (dois) no Taquari, 2 (dois) no Zabumba, 1 (um) no Baixio dos Cordas, 1 (um) no Brejinho, 1 (um) no Buriti, 1 (um) no Caldas, 1 (um) no Pelo Sinal, 1 (um) no Santa Tereza, 1 (um) na Vila Frei Damião. Destes(as) 85 agricultores(as) cadastrados(as), 65 são do sexo masculino, o que corresponde a 76% e 20 agricultoras que corresponde a 24% do total. Um detalhamento da

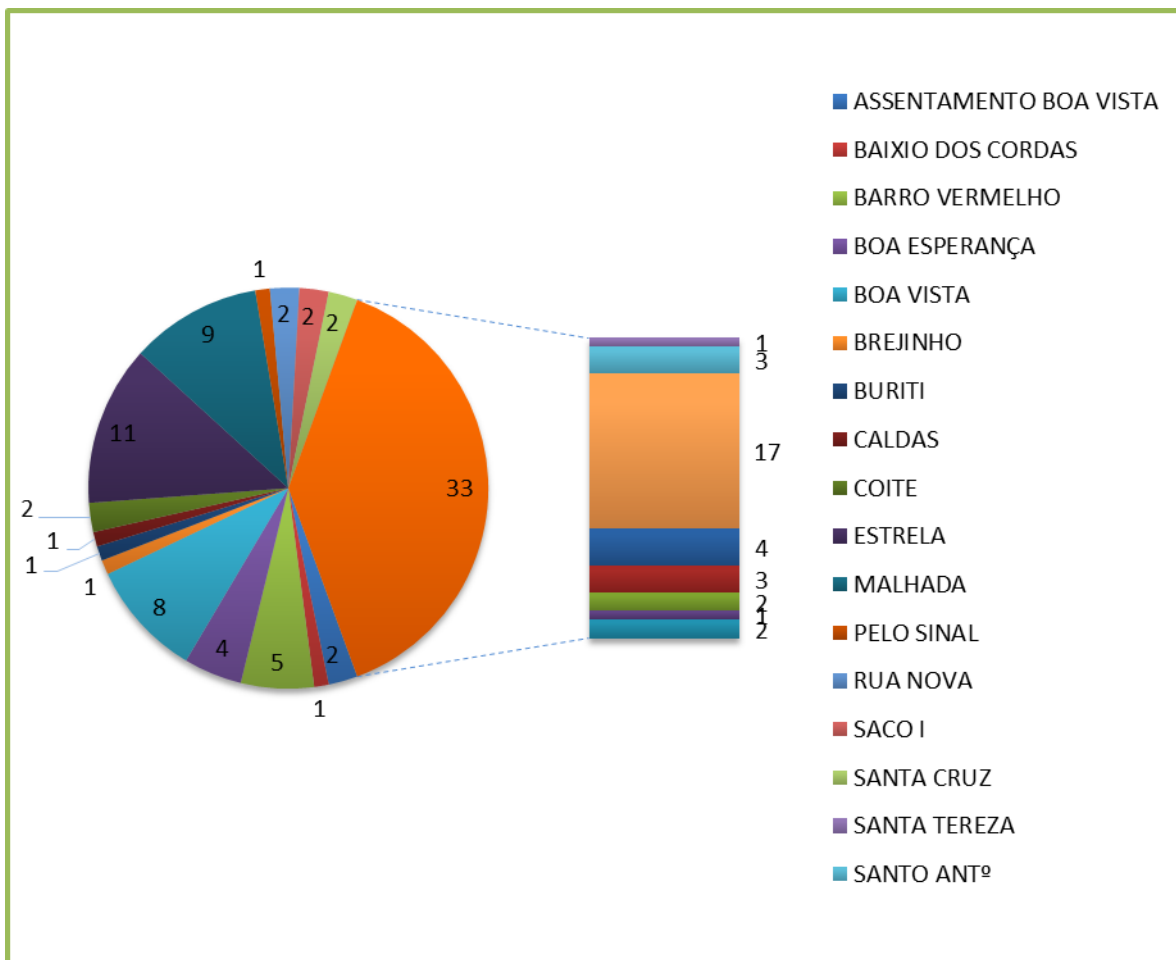
distribuição de agricultores(as) por sexo em cada comunidade consta na tabela 13 e no gráfico 11 deste capítulo.

Tabela 12 – Quantidade de agricultores em cada comunidade - 2014

COMUNIDADE	QUANTIDADE DE AGRICULTORES(AS)
Santo Antônio da Arajara	17
Estrela	11
Malhada	9
Boa Vista	8
Barro Vermelho	5
Boa Esperança	4
Santo Antônio do Caldas	4
Santo Antônio	3
Tabuleiro	3
Assentamento Boa Vista	2
Coite	2
Rua Nova	2
Saco I	2
Santa Cruz	2
Taquari	2
Zabumba	2
Baixio dos Cordas	1
Brejinho	1
Buriti	1
Caldas	1
Pelo Sinal	1
Santa Tereza	1
V. Frei Damiao	1
TOTAL	85

Fonte: Elaborada pela autora.

Gráfico 8 - Distribuição de Agricultores(as) por Comunidade - 2014



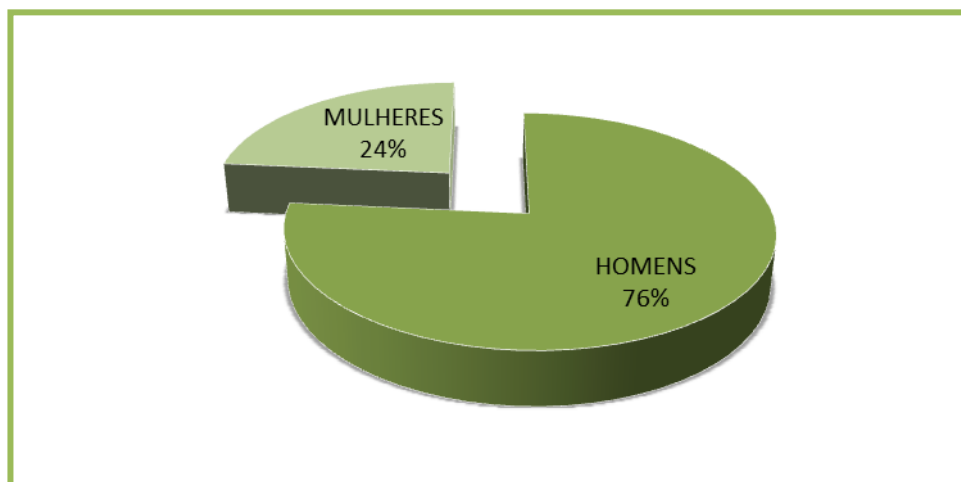
Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 9 – Quantidade de Agricultores(as) por sexo - 2014



Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 10 – Distribuição de Agricultores(as) por sexo - porcentagem – 2014



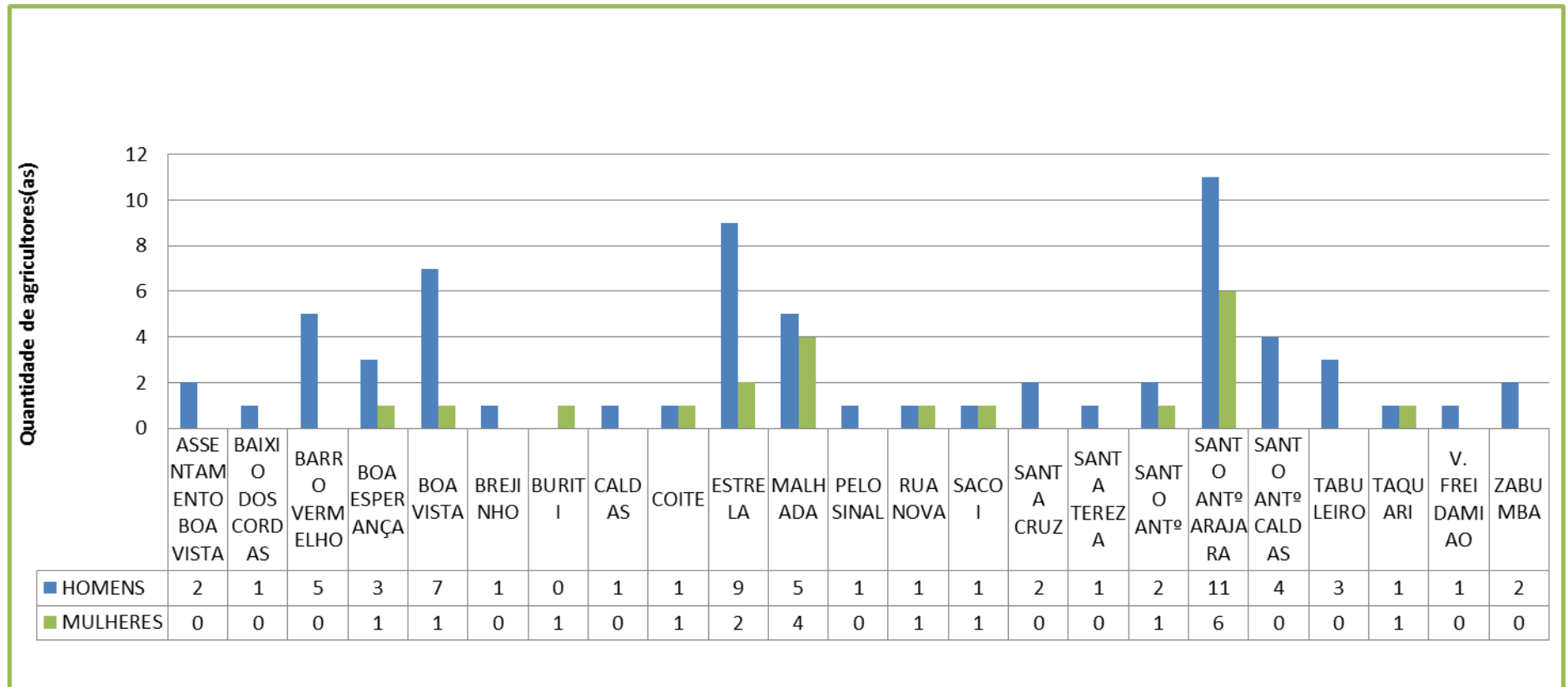
Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 13 – Distribuição de Agricultores(as) - Comunidade/sexo - 2014

COMUNIDADES	HOMENS	MULHERES
Santo Antônio Arajara	11	6
Estrela	9	2
Boa Vista	7	1
Barro Vermelho	5	0
Malhada	5	4
Santo Antônio Caldas	4	0
Boa Esperança	3	1
Tabuleiro	3	0
Assentamento Boa Vista	2	0
Santa Cruz	2	0
Santo Antônio	2	1
Zabumba	2	0
Baixio dos Cordas	1	0
Brejinho	1	0
Caldas	1	0
Coité	1	1
Pelo Sinal	1	0
Rua Nova	1	1
Saco I	1	1
Santa Tereza	1	0
Taquari	1	1
V. Frei Damião	1	0
Buriti	0	1
Total	65	20

Fonte: Elaborada pela autora.

Gráfico 11 - Distribuição de Agricultores(as) - Comunidade/sexo - 2014



Fonte: Elaborado pela autora.

4.1.3 Dados do ano de 2015

Quando realizávamos a coleta dos dados até junho de 2015, ainda não havia sido liberado o resultado da análise das propostas, elaboradas pelos(as) agricultores(as) familiares em conjunto com à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário, por parte da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado não havia no Programa que passarão sob.

Já os beneficiários consumidores, de acordo com os dados da Coordenadora do PPA em entrevista exploratória, só são cadastrados após o aceite das propostas dos(as) agricultores(as) no Sistema da SDA-CE.

Porém, gostaríamos de ressaltar algumas informações em relação ao documento de cadastro dos(as) agricultores(as) familiares a que tivemos acesso referente ao ano de 2015, não constavam os dados sobre os bairros dos(as) beneficiários(as) produtores(as), porém, buscando realizar o comparativo e contribuir com os estudos do PAA em Barbalha, comparamos as listas de 2014 e 2015, 67 agricultores(as) se mantiveram e por este motivo foi possível fazer uma previsão da abrangência do PAA nas comunidades do Município de Barbalha que resultaram nas tabelas e gráficos abaixo.

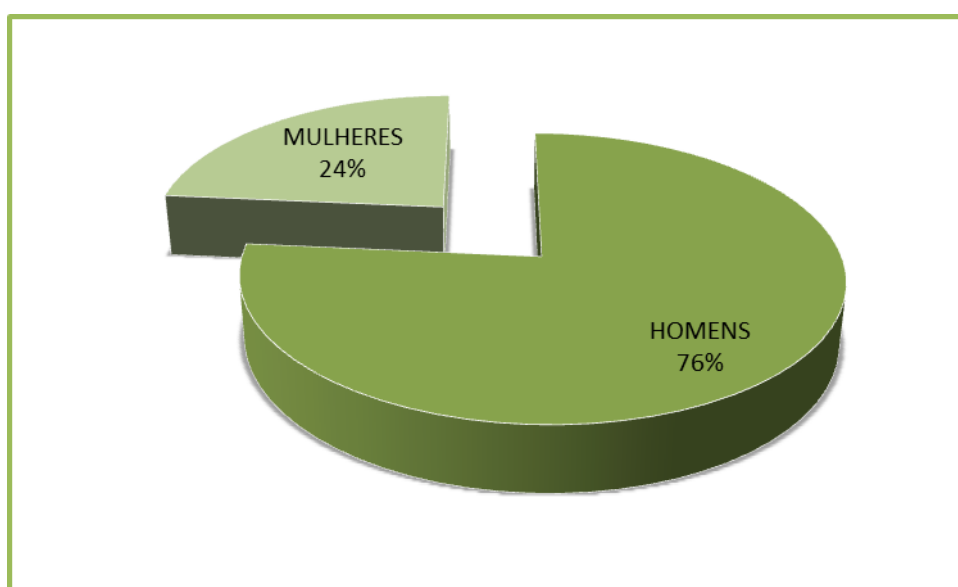
83 (oitenta e três) agricultores(as) foram inscritos(as) no ano de 2015, dentre estes: 17 (dezessete) residem no Sítio Santo Antônio da Arajara, na comunidade da Arajara, 11 (onze) na Estrela, 9 (nove) na Malhada, 8 (oito) na Comunidade Boa Vista, 5 (cinco) no Barro Vermelho, 4 (quatro) na Comunidade Boa Esperança, 4 (quatro) no Santo Antônio do Caldas, 3 (três) no Santo Antônio, 3 (três) no Tabuleiro, 2 (dois) no Assentamento Boa Vista, 2 (dois) no Sítio Coité, 2 (dois) na Rua Nova, 2 (dois) no Saco I, 2 (dois) na Santa Cruz, 2 (dois) no Taquari, 2 (dois) no Zabumba, 1 (um) no Baixio dos Cordas, 1 (um) no Brejinho, 1 (um) no Buriti, 1 (um) no Caldas, 1 (um) no Pelo Sinal, 1 (um) no Santa Tereza, 1 (um) na Vila Frei Damião. Destes(as) 85 agricultores(as) cadastrados(as), 65 são do sexo masculino, o que corresponde a 76% e 20 agricultoras que corresponde a 24% do total. Um detalhamento da distribuição de agricultores(as) por sexo em cada comunidade consta na tabela 13 deste capítulo.

Poder-se-ia perguntar a partir destas inscrições o que explicaria a não participação/renovação por 18 agricultores(as), o que explica um aumento relevante

em uma comunidade Sítio Santo Antônio da Arajara e uma diminuição facilmente perceptível nas comunidades da Estrela, Taquari e Coité, por exemplo?

Ao fazer a visita e conversar com os(as) agricultores(as) percebemos que o entendimento se amplia através da escuta deles, por isso a partir da análise qualitativa dos dados que seguem abaixo, imaginamos que conseguiremos chegar a algumas respostas sobre as muitas questões que levantamos até aqui.

Gráfico 12 – Distribuição de Agricultores(as) por sexo - porcentagem – 2015



Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 14 – Distribuição de Agricultores(as) por comunidade/sexo - 2015

COMUNIDADE	HOMENS	MULHERES
Assentamento Boa Vista	2	0
Baixio dos Cordas	1	0
Barro Vermelho	5	0
Boa Esperança	3	1
Boa Vista	7	1
Brejinho	1	0
Buriti	0	1
Caldas	1	0
Coite	1	1
Estrela	9	2
Malhada	5	4
Pelo Sinal	1	0
Rua Nova	1	1

Saco I	1	1
Santa Cruz	2	0
Santa Tereza	1	0
Santo Ant ^o	2	1
Santo Ant ^o Arajara	11	6
Santo Ant ^o Caldas	4	0
Tabuleiro	3	0
Taquari	1	1
V. Frei Damiao	1	0
Zabumba	2	0
TOTAL	65	20

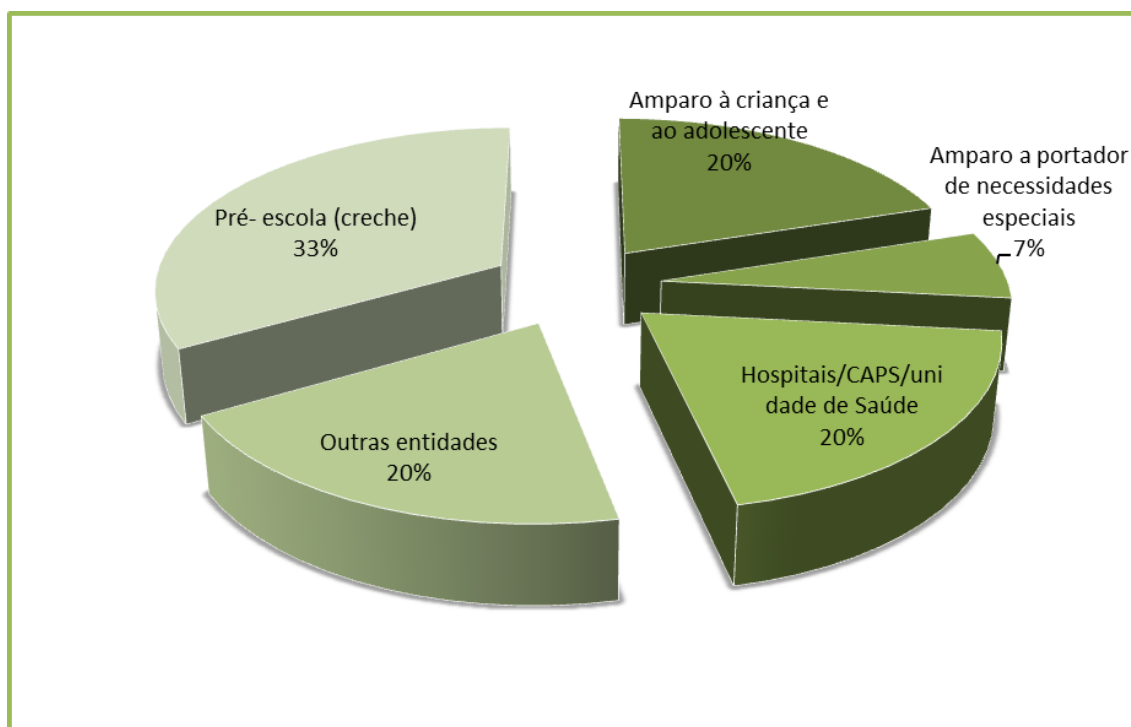
Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 15 – Caracterização das entidades – 2015

CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES	QUANTIDADE
Amparo à criança e ao adolescente	3
Amparo a portador de necessidades especiais	1
Hospitais/CAPS/unidade de Saúde	3
Outras entidades	3
Pré- escola (creche)	5
Total	15

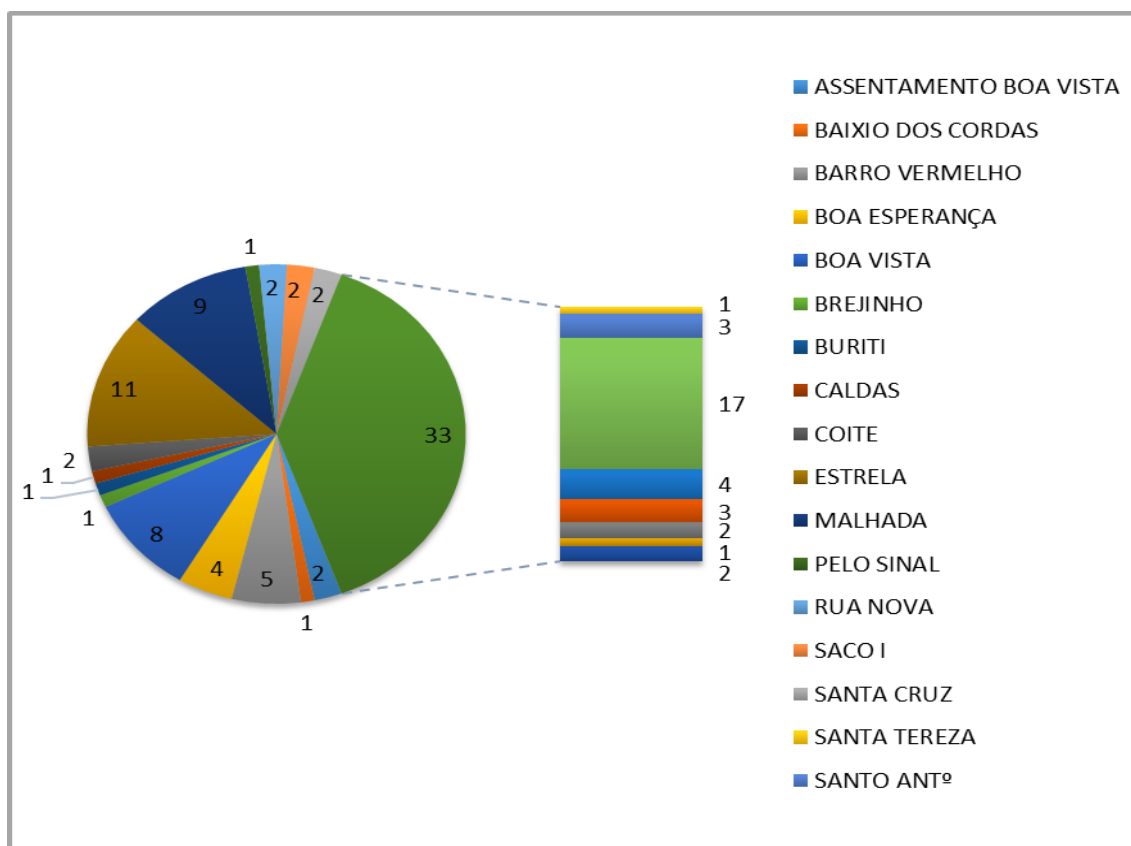
Fonte: Elaborada pela autora.

Gráfico 13 – Caracterização das entidades - 2015



Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 14 - Distribuição de Agricultores(as) por Comunidade - 2015



Fonte: Elaborado pela autora.

5.2 Participação I Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional De Barbalha-CE

No percurso desta pesquisa tivemos a oportunidade de participar, à convite da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, da I Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Barbalha-CE, intitulada Comida de verdade no campo e na cidade, por direitos e soberania alimentar.

O evento foi realizado no dia 15 de maio de 2015, na Cozinha Comunitária do Bairro Malvinas. Iniciamos por uma rápida apresentação do conceito de segurança alimentar, posteriormente foi realizada a discussão do regimento interno.

A conferência Municipal foi orientada por três eixos temáticos:

1. Comida de verdade: avanços e obstáculos para a conquista da alimentação adequada e saudável e da soberania alimentar;
2. Dinâmicas em curso, escolhas estratégicas e alcances da política pública;
3. Fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

De acordo com o regimento interno, os debates da Conferência deveriam ser orientados pelas seguintes premissas: equidade, diversidade, sustentabilidade soberania alimentar, direito humano à alimentação adequada, participação e controle social, descentralização e intersetorialidade.

Sobre a condução dos grupos de trabalho, foram designados pela coordenação do evento um coordenador que deveria conduzir as discussões, controlar o tempo e estimular a participação e o relator a quem caberia à síntese dos trabalhos e o encaminhamento à comissão de relatoria, foram escolhidas como relatora de um de um dos grupos.

Estive no grupo 2 (dois). Dinâmicas em curso, escolhas estratégicas e alcances da política pública, onde fui designada relatora, em torno de 8 (oito) pessoas ficaram no nosso grupo, nesse grupo ficaram uma nutricionista da Secretaria de Assistência Social do município, a coordenadora do PAA em Barbalha e outros seis participantes, a maioria deles agricultores(as). Entre os pontos levantados por estes, e que podem ser relevantes para a nossa pesquisa, destaca-se a dificuldade do PAA em manter-se apenas em parte do ano, a dificuldade que

eles têm de acesso à orientação/ assistência técnica e, declaram ainda que se sentem pouco ouvidos.

A coordenadora do PAA, concorda com o problema da descontinuidade da política pública entre os meses de novembro à março, porém explica que este problema não se dá por nenhuma dificuldade do poder público municipal, sobre as outras reclamações dos agricultores(as) a mesma afirma que alguns cursos e eventos foram promovidos pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Município¹⁵, porém sem a participação dos Agricultores que não comparecem aos eventos, inclusive tendo citado aquele espaço, como exemplo, em que eles(as) tinham sido convidados(as) então que eles mesmos não se fazem representar, porque não vão para as instâncias em que são convidados.

Desta conferência deveriam sair os(as) delegados(as) para a Conferência Territorial de Segurança Alimentar e Nutricional que ocorreu em Juazeiro-CE, unindo os municípios da Região do Cariri e desta última os representantes para a V Conferência Estadual em Fortaleza-CE e a V Conferência Nacional em Brasília - DF.

5.3 Análise dos formulários e entrevistas em profundidade com os(as) agricultores(as) familiares

A aplicação dos formulários e a realização das entrevistas em profundidade ocorreram no período de 21 a 23 de setembro de 2015 em quatro diferentes comunidades do Município de Barbalha.

Todas as entrevistas foram gravadas e também foram preenchidos os formulários que encontram-se arquivados em segurança pela pesquisadora, juntamente com os termos de consentimento livre esclarecido assinado pelos(as) respondentes. Conforme orientado no livro Análise de Dados Qualitativos de Gibbs (2009), foi elaborado um quadro que organiza o sistema de anonimização das pessoas e dos locais envolvidos afim de proteger os(as) entrevistados(as) que foi avaliada pelos(as) orientadores(as) e avaliadores na banca de pré-defesa da dissertação.

¹⁵ Em uma das visitas realizadas à Secretaria de Desenvolvimento Agrário, a Coordenadora afirmou que eles tem uma dificuldade de acompanhar os agricultores(as) em suas propriedades por conta da baixa quantidade de funcionários(as) na Secretaria, sendo apenas ela – Coordenadora do PAA, o Secretário e mais um funcionário.

Alguns pontos relevantes das entrevistas realizadas, além de um resumo de cada um delas, constam abaixo:

A maioria dos referenciais, inclusive o Decreto nº 8.026 destacam como finalidades do Programa no que se refere diretamente ao(à) agricultor(a) e sua condição socioeconômica: incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, à geração de renda; incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar (BRASIL, 2011).

Rossi (2012), também menciona que o PAA tem causado impactos na renda familiar oriunda da atividade agropecuária dos agricultores(as) familiares beneficiados por meio do acréscimo do valor da renda obtida pelos produtores com relação ao metro com a sua produção em função do PAA. Porém, esses pontos não foram destacados pelos(as) agricultores(as) entrevistados(as) ao longo de nossa pesquisa.

Alguns pontos nos surpreenderam na realização das entrevistas, por estarem opostos à fala da Prefeitura, do que tínhamos lido na legislação do Programa e até mesmo em outros estudos de caso sobre o PAA, como as ocorrências que seguem: os(as) entrevistados(as) alegam não ter havido alterações na quantidade de cômodos, em condições da moradia, no fornecimento de água e/ou energia elétrica, ou ainda no saneamento básico de seus domicílios.

Por exemplo, no estudo realizado por Rossi (2012), trabalho no qual utilizamos como referência para construção do nosso formulário, em sua dissertação de mestrado Rossi¹⁶ (2012) faz uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos no Município de São Carlos-SP junto a agricultores(as) familiares. Tomando como exemplo esta pesquisa, foi observado que o aumento da média da quantidade de cômodos da moradia dos produtores beneficiários foi estatisticamente significativo entre os dois períodos estudados 16,3 a 7,1 cômodos. Enquanto em nosso caso em tela, os(as) agricultores(as) não citavam modificação significativa no número de cômodos entre os períodos antes e depois do PAA, tendo 5 (cinco) dos 7 (sete)

¹⁶ ROSSI, Fabiana Ribeiro. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Agricultura Familiar no Município de São Carlos: Impactos Socioeconômicos nos Agricultores Familiares Beneficiários.** Dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Engenharia da Produção da Universidade Federal de São Carlos, 2012. Disponível em: <http://www.btdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5465>.

entrevistados(as) declarado não ter havido nenhuma modificação na quantidade de cômodos, tendo feito apenas melhorias na construção já existente. A totalidade dos(as) entrevistados(as) declarou ficar sabendo do PAA através da comunicação com a Prefeitura ou através de colegas, que integram uma mesma Associação, Sindicato, etc.

Durante a Conferência Municipal e nos documentos cita-se a existência de uma Instância de Controle Social, o CONSEA - Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Barbalha, porém a maior parte dos(as) agricultores(as) entrevistados afirmam não conhecer o CONSEA de Barbalha-CE e um deles cita que é apenas um órgão figurativo submetido à prefeitura para aprovar o que é necessário.

Outro ponto que nos chamou atenção é a afirmação por parte dos(as) agricultores(as) de que não é realizado nenhum tipo de assistência técnica por parte do Poder Público, nem mesmo relacionada ao programa. O PAA seria apenas uma forma de pagamento pelos produtos e deixaria, enquanto política pública, de promover o desenvolvimento da qualidade dos produtos, ou ainda, deixaria de cumprir uma das finalidades do Programa, segundo o Decreto nº 8.026: incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade (BRASIL, 2011). Como atender a esta finalidade pode ser atendida, sem indicações do adequado manejo do solo, de formas sustentáveis de plantio, colheita, etc?

Como pode ser destacado pelo *Respondente A* do Sítio Brejinho, que declara nunca ter recebido assistência técnica nem antes e nem depois de entrar para o PAA, sendo que o mesmo participa desde 2012 como beneficiário do Programa.

Grande parte dos(as) entrevistados(as) declararam acreditar que hajam problemas com a gestão do Programa pela Prefeitura de Barbalha, através da Secretaria de Agricultura. Como por exemplo, os *Respondentes F e G* do Assentamento da Malhada, alegam que todos os associados que faziam entrega para o PAA em 2014 não foram convidados a renovar para o ano de 2015 e que só são procurados pela Prefeitura no período eleitoral.

Muitos(as) declararam ainda haver diferenças entre os preços praticados no PAA, executado pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário e o PNAE, Programa Nacional de Alimentação Escolar, que é executado pela Secretaria de

Educação Municipal, mas alegam que para ser beneficiário do PNAE é necessário ter "contatos dentro da prefeitura".

Sobre este questionamento o *Respondente B*, declara não ter recebido por parte do poder público nenhuma formação sobre sua produção, nem a gestão da mesma. Mas que tem recebido estudantes do Curso de Agronomia da UFCA em sua propriedade, apenas para visitas do curso, mas nunca para realizar nenhuma melhoria, nem ter sido convidado para cursos, eventos ou outra contrapartida da Universidade.

Em outra comunidade onde estivemos, os(as) moradores(as), em sua maioria agricultores(as) e de artesãos/artesãs, estão organizados de maneira associativa e na Associação são realizadas atividades de artesanato em palha, preparação de polpa de frutas, sequilhos e outras comidas regionais, etc. Os(as) agricultores(as) desta localidade que faziam entrega de polpa de frutas para o PAA, não tiveram seu cadastro confirmado para 2015. A compra deste produto foi descontinuada pela necessidade da vigilância de um técnico em alimentos, os profissionais desta área com licença para atuar e aprovar a qualidade deste produto cobram em média R\$ 500,00 para uma visita semanal às comunidades, segundo afirmações do *Respondente E*. O alto preço cobrado pela análise (levando-se em conta a renda dos/as produtores/as) inviabilizando assim a compra do produto pela Prefeitura e comprometendo a renda dos(as) produtores(as).

Como pode ser verificado na fala do *Respondente D* do Sítio Coité e do *Respondente F* do Assentamento da Malhada, outra demanda de capacitação é na área de informática que serviria para ampliar o acesso à projetos, editais, assistência técnica e outros tipos de informações. A maioria dos(as) agricultores(as) entrevistados(as) sobretudo os(as) que fazem parte de Associações declaram ter acesso a computador, entretanto dizem não saber fazer o uso do mesmo. Eles destacam que os(as) jovens da comunidade não manifestam o desejo de auxiliar nas atividades de Agricultura e eles(as) não terem conhecimento para utilizar ferramentas necessárias que poderiam desenvolver sua atividade a partir da ampliação de informações com o uso da internet.

Em algumas comunidades há um agravo nas dificuldades rotineiras do acesso aos serviços de saúde, educação, que em geral estão localizadas na sede do Município, há uma dependência de transporte coletivo, que também é precário. Também é problemático ter acesso a farmácias, supermercados e em alguns casos

até a comunicação por telefone celular e chegar às comunidades é desafiador, por isso ampliar os meios de comunicação da comunidade com outros locais, através da internet e de rádios comunitárias, poderia ser uma grande melhoria para as localidades e uma maneira de envolver a juventude rural¹⁷.

Os(as) agricultores(as) relatam ainda ter dificuldades em relação ao atraso com que são repassados os recursos referente ao Programa de Aquisição de Alimentos bem como as datas de início e a vigência do mesmo que muitas vezes começam em junho de um ano e terminam em novembro do mesmo, fora do período em que há a colheita e ainda pela preocupação dos(as) agricultores(as) se refere aos meses nos quais o Programa não está atuando e eles precisam revender os produtos, muitas vezes pela metade do preço praticado no PAA. Por esse motivo, alguns relatam que o Programa impacta positivamente em suas vidas, porém, muitas vezes, é um dinheiro incerto que eles entendem como uma poupança para suas famílias, mas que não podem contar com ele para a sua sobrevivência (*Respondente E*).

A maioria dos(as) agricultores(as) entrevistados(as) residem na propriedade que produzem, tem moradia própria, fossa séptica, porém destacam precariedade no sistema de saneamento básico, tendo muitas vezes o esgoto a céu aberto, a iluminação das casas era e continua sendo através de energia elétrica através da Coelce – Companhia Energética do Ceará e a fonte água que abastece a moradia ou é proveniente de poço ou nascente ou de rede de fornecimento público através da Cagece - Companhia de Água e Esgoto do Ceará.

Todos(as) os(as) agricultores(as) entrevistados(as) também declararam utilizar todo o limite financeiro anual para o PAA, em alguns casos alegaram que necessitariam muito mais para vender toda a sua produção para o PAA. No que se refere a destinação para o consumo da família, a média de utilização dos(as) entrevistados(as) é de apenas 10% de toda produção vegetal, alguns/algumas demonstraram dificuldades para responder a pergunta por afirmar que seria muito pouco.

¹⁷ Alguns Projetos/Programas de Extensão da UFCA tem trabalhado nesta temática, como o Programa "Nas ondas da Terra: Comunicação Radiofônica em Assentamentos Rurais" aprovado no ProExt e "A voz da juventude no assentamento 10 de abril: uma experiência de rádios comunitárias" aprovado no CNPq, ambos de iniciativa da Profª. Rosane Nunes.

Os(as) respondentes(as), em sua maioria, declararam que o preço pago pelo produto fora inferior ao preço pelo PPA no caso de entrega para supermercados, feirantes, entre outros. O *Respondente B*, que demonstra ter melhores condições socioeconômicas em relação aos(as) demais entrevistados(as), declara que a partir das feiras livres geralmente consegue um valor quase o dobro do PAA, mas que na Ceasa - Central de Abastecimentos do Cariri vende os produtos pela metade do preço.

Parte dos(as) agricultores não fornece ou forneceu produtos via PNAES para merenda escolar, apesar do interesse em ser beneficiário(a) do programa, pelo valor que pode ser comercializado e pela rapidez no pagamento.

Sobre a questão da renda, alguns recebem aposentadoria, Bolsa Família, além da renda mensal total da propriedade que varia de R\$ 400,00 à R\$ 2.000,00 reais entre os(as) sete entrevistados(as).

Muitos(as) declaram ter realizado investimentos em equipamentos, ampliação e um deles fez compra de terras agricultáveis. Parte dos entrevistados declararam já possuir conta bancária antes de entrar no PAA e declaração de aptidão ao Pronaf, pois muitos deles já haviam solicitado empréstimo via Agropólos do Banco do Nordeste.

Além de fazer parte do Sindicato Rural, atividade de participação obrigatória para que estes(as) para que possam aposentar-se como trabalhadores(as) rurais, muitos declaram já ter participado de associações de agricultores, partidos políticos, entre outros. De acordo com as informações repassadas nas entrevistas a maioria das mulheres que fazem parte das famílias visitadas participam apenas das atividades domésticas.

Na opinião dos(as) entrevistados sobre a facilidade informações sobre o PAA, a forma de funcionamento, documentos necessários, entre outros é contrastante enquanto alguns declaram ser difícil ter acesso, outros apontam que hoje em dia só não participa do PAA em Barbalha o(a) agricultor(a) que não quiser fazer parte do mesmo.

Na entrevista em profundidade indagamos os(as) agricultores(as) sobre o impacto do Programa na sua vida, nos formulários haviam perguntas sobre a moradia, a renda, o acesso a assistência técnica, a relação com intermediários e outros questionamentos que objetivavam verificar o impacto do PAA.

Porém as respostas demonstravam, na maior parte dos casos se encontravam visões conflituosas sobre a percepção do Programa: durante o preenchimento do formulário eles indicavam que não havia alterações em sua renda, condições de moradia, acesso a informações antes ou depois do PAA, os canais para a comercialização dos produtos e a relação com os comerciantes antes e depois do PAA, porém na entrevista eles(as) afirmam a importância do Programa em sua vida e de sua família, descrevendo o Programa como “uma benção”, “uma poupança para minha família” e um “direito do agricultor”.

Eles avaliam positivamente o Programa baseados no preço pago pelos produtos, que em geral é maior do que eles venderiam fora do PAA entregando para comerciantes locais e vendendo nos Centros de Abastecimento (Ceasa) e pela facilidade de venda dos produtos que são entregues em quantidade para um mesmo local, evitando um maior custo com transporte e percas de produtos pelo tempo sem venda e o desgaste que eles(as) alegam ser a venda em feiras-livres.

Parte das críticas e das vulnerabilidades do Programa, de acordo com os(as) produtores(as) rurais deve-se ao funcionamento do PAA em apenas uma parte do ano, assim nos meses em que ele não está vigente eles precisam continuar comercializando a partir de outros canais, a demora para iniciar a entrega dos produtos, muitas vezes em desacordo com sua colheita, há anos em que o Programa começou em junho e até agosto e eles afirmam que a maior parte das frutas e legumes plantados são retirados em março e abril de cada ano.

Grande parte dos(as) entrevistados(as) declararam ainda, acreditar que hajam problemas com a gestão do Programa pela Prefeitura de Barbalha, através da Secretaria de Agricultura, que por exemplo por envolvimento político excluía ou incluía grupos. Ressaltam ainda a necessidade de assistência técnica por parte da Prefeitura ou instituição parceira.

Abaixo sistematizamos um quadro-resumo de cada entrevista:

Tabela 16 – Síntese da entrevista com o *Respondente A* - Sítio Brejinho

AGRICULTOR(A)	<i>Respondente A</i>
LOCALIDADE	Sítio Brejinho
O Respondente A declara que participa do PAA desde 2012, que ficou sabendo através do Programa através de um funcionário da Prefeitura e que resolveu participar do PAA por conta do convite da prefeitura. Diz não saber se está inscrito no PAA vigente (2005), pois até o	

momento ninguém havia solicitado nenhuma entrega.

Afirma que a família tem três membros, um deles está no ensino médio, reside na propriedade que produz, mora em casa própria, com nove cômodos, fossa rudimentar, esgoto a céu aberto, iluminação elétrica e água através de poço ou nascente e área total da propriedade de 26,4 hectares.

O agricultor revela que em 2014 utilizada R\$ 5.000,00 como limite financeiro anual do PPA, comercializa seus produtos para o PAA e supermercados do Município. Declara que o preço pago pelos produtos no PAA é maior do que pago fora do PAA, não acredita que sua entrada no PAA mudou a relação com os comerciantes. Um dos membros da família recebe aposentadoria. Fez apenas um investimento nos últimos anos que foi a compra de uma máquina forrageira no valor de R\$ 840,00. Já possuía conta bancária anteriormente e declaração de aptidão ao Pronaf tinha uma e passou a ter duas, após o PAA. Solicitou Crédito Rural no valor de R\$ 10.000,00 para plantio de cana-de-açúcar via Agropólos¹⁸, participa do Sindicato de Trabalhadores Rurais e já participou da Cooperativas de Agricultores de Barbalha e do PPS. A mulher que integra a família, irmã do agricultor, participa apenas das atividades domésticas. O mesmo declara não ter recebido assistência técnica, ter dificuldade de acesso à informação, não ter acesso à internet e acredita ser difícil obter informações sobre o PAA. Ao final da entrevista ele me pergunta para onde vão os alimentos que eles entregam ao PAA.

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 17 – Síntese da entrevista com o *Respondente B* - Sítio Santo Antônio - Caldas

AGRICULTOR(A)	<i>Respondente B</i>
LOCALIDADE	Sítio Santo Antônio – Caldas
<p>O Respondente B afirma que participa do PAA desde 2011, que ficou sabendo através do Programa através da Prefeitura e que resolveu participar do PAA por conta do convite da prefeitura e pelo preço pago pelos produtos. E que está inscrito no PAA vigente que terá início em agosto de 2015.</p>	
<p>Afirma que a família tem quatro membros, dois deles estudando atualmente no ensino fundamental, atualmente não reside na propriedade que produz, mora em casa própria, com cinco cômodos, fossa séptica, iluminação elétrica e água através de poço ou nascente e área total da propriedade que produz de nove tarefas.</p>	
<p>O agricultor revela que em 2014 utilizada R\$ 5.500,00 como limite financeiro anual do PPA, que declara ser insuficiente para que o mesmo possa fornecer toda sua produção para o programa afirmando que sua produção anual chega R\$ 120.000,00 e apenas 10% desse valor é absorvido pelo PAA, 20% dos alimentos produzidos por este agricultor são vendidos em feiras livres e de 70 a 80% no atacado através do Ceasa.¹⁹ Este agricultor declara em relação ao preço do produto, o da feira é melhor ou igual ao do PAA, o do PAA por sua vez é melhor é de 60 a 50% menor do que os preços pagos fora do PAA. Porém, expressa que sua entrada no PAA não mudou a relação com os comerciantes já que o PAA é desenvolvido apenas em</p>	

¹⁸ O Instituto Agropolos do Ceará, fundado em 2002 como uma organização social sem fins lucrativos, foi criado para fortalecer as cadeias produtivas, tanto da Agricultura Familiar quanto do Agronegócio. <http://www.institutoagropolos.org.br/>

¹⁹ Este agricultor na verdade tem um grupo de funcionários que trabalham em sua propriedade de 10 tarefas que não é a mesma em que reside, várias pessoas da sua família trabalham com agricultura, ele parece ser o que conta com a melhor estrutura de maquinário, maior propriedade, entre outros fatores.

uma parte do ano.

Mesmo havendo declarado tem uma renda anual de R\$ 120.000,00 com a propriedade, ele declara gastar de 70 a 80 mil para manter e fez alguns investimentos como irrigação no valor de R\$ 8.000,00 parcelado e empréstimos no valor de R\$ 160.000,00 ao Pronaf e tem como patrimônio da família um caminhão, uma moto, uma roçadeira mecânica.

Em alguns dos últimos anos ele fez algumas instalações e benfeitorias na propriedade como cerca, irrigação, construção de um barreiro e construção de sua casa própria, ele participa de Sindicato Rural e Partido Político (nas palavras dele que não seja do PT).

A esposa do respondente participava das atividades produtivas e de atividades domésticas, mas atualmente trabalha fora de casa. O entrevistado declara ter recebido assistência técnica apenas uma vez, quando participou de um projeto da Ematerce, mas nunca através do poder público, nem mesmo através de sua vinculação ao PPA e declara ser fácil obter informações sobre o PAA.

Ele foi o único agricultor que me perguntou se eu era da Prefeitura, ao responder que eu era da Universidade ele me perguntou o que eu fazia na Universidade e se eu estava fazendo essa pesquisa a pedido da Prefeitura de Barbalha. No início da entrevista ele se negou a dar algumas informações e só depois de convencido de que eu não fazia parte do poder público municipal ele finalizou a entrevista, mesmo que antes do início da entrevista tenha sido lido termo de consentimento livre esclarecido onde são explicitados os objetivos da pesquisa e minha vinculação ao Programa de Mestrado.

Acredito a necessidade de gravação das entrevistas pode ser um dos motivos dele ter se sentindo intimidados, porém este foi o único caso em que eu tive que detalhar a pesquisa, mostrar os documentos e acredito que ele tenha acreditado após nossa conversa se tratava de um trabalho da Universidade.

Ao final da entrevista ele me pergunta a minha avaliação do Programa, já que eu estou fazendo esse estudo e lendo sobre o assunto e ouvindo as pessoas.

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 18 – Síntese da entrevista com o *Respondente C* - Sítio Santo Antônio - Caldas

AGRICULTOR(A)	<i>Respondente C</i>
LOCALIDADE	Sítio Santo Antônio - Caldas
	A única mulher entrevistada, e infelizmente, no momento atual não trabalha diretamente com a agricultura. No início do PAA ela ainda estava na roça, mas agora são seus filhos que trabalham e ela apenas se responsabiliza pelo cadastro.
	A Respondente declara que participa do PAA desde 2010 e está inscrito no PAA vigente (2005), que ficou sabendo através do Programa através da Prefeitura e que resolveu participar do PAA por conta do convite da prefeitura, da facilidade da venda dos produtos e do preço pago pelos mesmos.
	Afirma que seu núcleo familiar é composto por dois membros, nenhum deles está estudando no momento, não residem na propriedade que produzem, moram em casa própria, com seis cômodos, fossa séptica, iluminação elétrica e água através de poço ou nascente e área total da propriedade de oito tarefas.
	A agricultor revela que em 2014 utilizava R\$ 5.000,00 como limite financeiro anual do PPA, comercializava seus produtos para o PAA e em feiras livres. Declara que o preço pago pelos produtos no PAA é maior do que pago fora do PAA. Não saberia informar se sua entrada no

PAA mudou a relação com os comerciantes. Já forneceu produtos via PNAE, mas diz preferir PAA. Um dos membros da família recebe aposentadoria e pensão. Já possuía conta bancária anteriormente e declaração de aptidão ao Pronaf tinha uma e passou a ter duas, após o PAA. Solicitou Crédito Rural no valor de R\$ 6.000,00 para irrigação, arame. E ter como patrimônio uma roçadeira mecânica e ter feito uma ampliação da plantação.

Participa do Sindicato de Trabalhadores Rurais e da Associação/Cooperativa de Agricultores de Barbalha, tendo ocupado o cargo de secretária suplente. Disse que há alguns anos cuidava da roça e das atividades de casa, mas agora só da casa dela e dos netos enquanto os filhos trabalham na roça e a esposa de um deles na “Rua” (sede do Município). A mesmo declara ter recebido assistência técnica apenas da Ematerce.

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 19 – Síntese da entrevista com o *Respondente D* - Sítio Coité

AGRICULTOR(A)	<i>Respondente D</i>
LOCALIDADE	Sítio Coité
	<p>O Respondente D afirma que participa do PAA desde 2012, que ficou sabendo do Programa através da conversa com os colegas e que resolveu participar do PAA pelo preço pago pelos produtos e porque “<i>é um direito nosso participar das coisas</i>”. E que está inscrito no PAA vigente que terá início em agosto de 2015 e também já participou do PNAE, mas depois de alguns problemas com gestores da Prefeitura Municipal de Barbalha não mais foi convidado para fazer entrega no Programa Nacional de Alimentação Escolar.</p>
	<p>Afirma que a família tem seis membros, nenhum deles estudando atualmente. Além da área em que reside e produz, a família trabalha em outra propriedade, mora em casa própria, que passou de quatro para quatorze cômodos nos últimos quatro anos, que tem a seguinte infraestrutura: fossa séptica, iluminação elétrica e água através de poço ou nascente.</p>
	<p>Além de uma tarefa de terra própria, onde trabalha com produção vegetal e animal (criação de galinhas), esse agricultor trabalha para o dono de uma grande propriedade de 313 tarefas, o dono, que não reside na comunidade, arrenda duas tarefas de terra para agricultores que moram no entorno recebendo deles 50% de sua produção.</p>
	<p>O agricultor revela que em 2014 utilizava R\$ 4.500,00 como limite financeiro anual do PPA e em 2015 R\$ 6.500,00, este valor representa metade da produção da família, além do PAA, eles fazem venda para feiras-livres e recebem consumidores na propriedade. 10% da produção vegetal é destinada para o consumo da família. Para eles o valor praticado no PAA é igual ao valor praticado fora.</p>
	<p>O <i>Respondente D</i> já forneceu para o PNAE e declara preferir este programa por este ter um pagamento mais rápido. A renda total da propriedade, segundo a afirmação do agricultor é de R\$ 2.000,00, recebem ainda o bolsa família no valor de R\$ 189,00.</p>
	<p>O agricultor diz já possuir conta bancária anterior ao PAA e declaração de aptidão ao Pronaf. Solicitou Crédito Rural para subsidiar a criação de porco e galinha, e ter pedido em momentos anteriores também ao Crediamigo e ao Agroamigo, tendo também investido numa máquina de pulverizar, a aquisição de uma máquina forrageira, e espaço adequado para criação de galinhas aplicação de piso cerâmica, trocado portas e ter construído as duas cisternas do Programa um Milhão de Cisternas, que ele destaca como essenciais para a sobrevivência de sua família e do início da atividade agrícola.</p>
	<p>Participa de Sindicato Rural, de Associação/Cooperativa de Agricultura. A esposa do respondente participa ativamente das atividades produtivas, de atividades domésticas e na</p>

preparação de derivados da produção, além de participar das feiras onde eles fazem a venda da produção. O entrevistado declara receber assistência técnica através de um projeto que a Associação da Comunidade realiza em parceria com a Ceart²⁰, e de outros projetos em que se envolve inclusive através de projetos da Universidade Federal do Cariri como ITEPS e Enactus, mas pelo PAA declara não ter participado de nenhum.

Participam de eventos pelo menos três vezes ao ano, entre feiras agroecológicas, congressos, palestras, congressos, são membros do Fórum Caririense de Economia Solidária. Ele declara ter uma boa relação com a Secretaria de Desenvolvimento Agrário do município mas expõe ter passado por alguns problemas com o Prefeito do Município de Barbalha, na opinião deste é fácil obter informações sobre o PAA.

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 20 – Síntese da entrevista com o *Respondente E* - Sítio Coité

AGRICULTOR(A)	<i>Respondente E</i>
LOCALIDADE	Sítio Coité
	<p>O Respondente E afirma que participa do PAA desde 2014, que ficou sabendo do Programa através da Associação da Comunidade e que resolveu participar do PAA pela facilidade do produto, para fortalecer a associação e para melhorar a renda. O agricultor não está inscrito no PAA 2015, que terá início em agosto de 2015 e também já participou do PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar.</p>
	<p>Afirma que a família tem cinco membros, três deles estudando atualmente no ensino fundamental. Reside na propriedade que produz, mora em casa própria, com quatro cômodos, fossa séptica e esgoto a céu aberto, iluminação elétrica e água através de poço ou nascente e tem ainda cisterna na casa e área total da propriedade de 1/2 tarefas.</p>
	<p>O agricultor revela que em 2014 utilizava R\$ 5.500,00 como limite financeiro anual do PPA e, este valor representa 30% da produção da família. Além do PAA, eles fazem venda para feiras-livres e recebem consumidores na propriedade. 50% da produção vegetal é destinada para o consumo da família. Para eles o valor praticado no PAA é menor do que o valor praticado fora.</p>
	<p>O <i>Respondente E</i> já forneceu para o PNAE, mas declara preferir O PAA por nesse haver uma garantia de recebimento do valor total da proposta enviada, enquanto no PNAE a proposta é de R\$ 8.000,00 e se pede R\$ 2.000,00, por exemplo. O PAA demora demais a receber, é um dinheiro incerto, mas é como uma poupança para suas famílias, só não se pode contar com ele para a sua sobrevivência A renda total da propriedade, segundo a afirmação do agricultor é de R\$ 400,00 mensal, recebem ainda o bolsa família no valor de R\$ 182,00. Declaram ter feito investimento no ano passado da bomba da cacimba no valor de 1100,00 e de irrigação.</p>
	<p>O agricultor diz já possuir conta bancária anterior ao PAA e declaração de aptidão ao Pronaf. Solicitou Crédito Rural para construção de uma cacimba, e ter pedido em momentos anteriores também ao Crediamigo e ao Agroamigo. Como patrimônio da família ele declara 02 carros sendo uma caminhoneta e uma Kombi (adquirida em maio/2015) e uma moto. tendo também investido numa máquina de pulverizar, a aquisição de uma máquina farrageira, e espaço adequado para criação de galinhas aplicação de piso cerâmica,, trocado portas e ter</p>

²⁰ Central de Artesanato do Ceará (Ceart) conta com cerca de 42 mil artesãos cadastrados. O público da Ceart são os grupos produtivos e entidades artesanais, além dos artesãos individuais de todo o Ceará. <<http://www.stds.ce.gov.br/index.php/programa-de-desenvolvimento-do-artesanato-do-estado-do-ceara/ceart>>.

construído as duas cisternas do Programa um Milhão de Cisternas, que ele destaca como essenciais para a sobrevivência de sua família e do início da atividade agrícola.

Participa de Sindicato Rural, de Associação/Cooperativa de Agricultura. A esposa do respondente participa das atividades produtivas, de atividades domésticas e na preparação de derivados da produção, além de participar das feiras onde eles fazem a venda da produção. O entrevistado declara receber assistência técnica através de um projeto que a Associação da Comunidade realiza em parceria com a Ceart²¹, e de outros projetos em que se envolve inclusive através de projetos da Universidade Federal do Cariri como ITEPS e Enactus, mas pelo PAA declara não ter participado de nenhum. Participam de eventos pelo menos três vezes ao ano, entre feiras agroecológicas, congressos, palestras, congressos.

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 21 – Síntese da entrevista com o *Respondente F* – Assentamento da Malhada

AGRICULTOR(A)	<i>Respondente F</i>
LOCALIDADE	Assentamento da Malhada
	<p>O <i>Respondente F</i> afirma que participa do PAA desde 2013, que ficou sabendo do Programa através da Associação da Comunidade e que resolveu participar do PAA pela facilidade do produto e pelo preço pago. O agricultor não está inscrito no PAA 2015, que terá início em agosto de 2015. Afirma ter recebido visita do Secretário Desenvolvimento Agrário convidando pessoas do assentamento para entregar sua produção para o PAA e que agora não foram sequer contactados para renovar o cadastro.</p> <p>Afirma que a família tem dois membros, nenhum deles estudando atualmente. Reside na propriedade que produz, mora em casa própria, com seis cômodos, fossa séptica e esgoto a céu aberto, iluminação elétrica e água através de poço ou nascente e tem ainda cisterna grande da Associação e área total da Associação composta de 22 famílias é de 235 hectares.</p> <p>O agricultor revela que em 2014 utilizava R\$ 5.500,00 como limite financeiro anual do PPA e, este valor representa 40% da produção da família. Além do PAA, eles fazem venda porta-emporta (30%), atacados (20%) e recebem consumidores na propriedade (10%). 10% da produção vegetal é destinada para o consumo da família. Para eles o valor praticado no PAA é maior do que o valor praticado fora.</p> <p>O <i>Respondente E</i> nunca forneceu para o PNAE. Declara que um dos membros do seu núcleo familiar recebe aposentadoria e que a renda da propriedade é em torno de R\$ 500,00. O agricultor diz que não possuía conta bancária antes de sua entrada no PAA, mas já possuía À DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf.</p> <p>Participa de Sindicato Rural e da Associação dos Moradores do Sítio Malhada, onde ocupa o cargo de vice-presidente. A esposa do respondente participa apenas das atividades domésticas. O entrevistado declara ter recebido assistência técnica mensalmente através da ONG Flor do Pequi, por conta da realização de um projeto que eles participaram, mas pelo PAA declara não ter participado de nenhum.</p> <p>O agricultor diz ter solicitado Crédito Rural junto ao assentamento no valor de 12 mil reais no Agroamigo para plantação de banana. Como patrimônios da associação terem trator, roçadeira</p>

²¹ Central de Artesanato do Ceará (Ceart) conta com cerca de 42 mil artesãos cadastrados. O público da Ceart são os grupos produtivos e entidades artesanais, além dos artesãos individuais de todo o Ceará. Disponível em: <<http://www.stds.ce.gov.br/index.php/programa-de-desenvolvimento-do-artesanato-do-estado-do-ceara/ceart>>.

mecânica, moedeira de milho, feijão, máquina de solda, etc.

Afirmam ter participado de algumas visitas à outros Assentamentos, que há internet na sede da Associação, mas eles não utilizam por falta do conhecimento na área de informática.

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 22 – Síntese da entrevista com o *Respondente G* – Assentamento da Malhada

AGRICULTOR(A)	<i>Respondente G</i>
LOCALIDADE	Assentamento da Malhada
	<p>O <i>Respondente G</i> afirma que participa do PAA desde 2013, que ficou sabendo do Programa através da Associação da Comunidade e que resolveu participar do PAA pela facilidade do produto e pelo preço pago. O agricultor não está inscrito no PAA 2015, que terá início em agosto de 2015. Afirma ter recebido visita do Secretário Desenvolvimento Agrário convidando pessoas do assentamento para entregar sua produção para o PAA e que agora não foram sequer contactados para renovar o cadastro.</p>
	<p>Afirma que a família tem três membros, nenhum deles estudando atualmente. Reside na propriedade que produz, mora em casa própria, com cinco cômodos, fossa séptica e esgoto a céu aberto, iluminação elétrica e água através de poço ou nascente e tem ainda cisterna grande da Associação e área total da Associação composta de 22 famílias é de 235 hectares.</p>
	<p>O agricultor revela que em 2014 utilizava R\$ 5.500,00 como limite financeiro anual do PPA e, este valor representa 40% da produção da família. Além do PAA, eles fazem venda porta-em-porta (30%), atacados (20%) e recebem consumidores na propriedade (10%). 10% da produção vegetal é destinada para o consumo da família. Para eles o valor praticado no PAA é maior do que o valor praticado fora.</p>
	<p>O <i>Respondente E</i> nunca forneceu para o PNAE. Declara que a renda da propriedade é em torno de R\$ 700,00. O agricultor diz que não possuía conta bancária antes de sua entrada no PAA, mas já possuía a DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf.</p>
	<p>Participa de Sindicato Rural e da Associação dos Moradores do Sítio Malhada, onde já foi conselheiro. A irmã do respondente, participa apenas das atividades domésticas. O entrevistado declara ter recebido assistência técnica mensalmente através da ONG Flor do Pequi, por conta da realização de um projeto que eles participaram, mas pelo PAA declara não ter participado de nenhum.</p>
	<p>O agricultor diz ter solicitado Crédito Rural junto com todos os outros associados um valor de 12 mil reais no Agroamigo para plantação de banana. Como patrimônios da associação terem trator, roçadeira mecânica, moedeira de milho, feijão, máquina de solda, etc.</p>
	<p>Afirmam ter participado de algumas visitas à outros Assentamentos, que há internet na sede da Associação, mas eles não utilizam por falta do conhecimento na área de informática.</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação consistiu no estudo de um caso sobre o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA no município de Barbalha-CE relativos aos anos de 2013 a 2015. Constituiu-se como foco de nosso trabalho, avaliar a percepção do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA no município de Barbalha-CE nos anos de 2013 a 2015 junto aos(às) agricultores(as) familiares cadastrados(as) como beneficiários(as) produtores(as) do PAA. A pesquisa objetivou a coleta e análise de dados referentes à participação dos(as) agricultores(as) no PAA, sobre a família dos(as) mesmos(as), as condições de sua moradia, um detalhamento sobre a propriedade, comercialização e consumo dos produtos, rendimentos da família, investimentos, participação dos(as) entrevistados em organizações sociais e políticas, a participação das mulheres da família na atividade rural e a frequência de recebimento de assistência técnica que nos permitiram conhecer mais sobre o PAA, sobre as comunidades, sobre os(as) agricultores(as) e a agricultura no Município atualmente.

Acreditamos que a realização de uma pesquisa certamente impacta na formação de um profissional para a docência, esta prática em pesquisa que no processo nos permite um amadurecimento teórico e metodológico, por um acesso mais detalhado as metodologias de pesquisa para coleta e análise de dados e de um tempo de reflexão e edição do Projeto de Pesquisa e ao mesmo tempo exige de nós uma simplicidade para conversar com as pessoas no seu cotidiano, para possibilitar a confiança se estabelecer e chegar mais próximo da realidade e do que você deseja buscar.

Para mim, foi uma experiência muito gratificante ir até as comunidades e conversar com os(as) agricultores(as), certamente a visão do programa se modifica a partir da fala deles. Apesar de ter lido a política pública a partir de uma visão crítica, ter lido outros estudos de caso do PAA e artigos relacionados, nada se compara a fala deles sobre o que era realizado. Como por exemplo, quando alguém deixa de entregar os alimentos para o PAA: quando vemos os números isso é apenas uma estatística, quando conversamos com as pessoas percebemos o impacto que isso tem naquela família, na renda dela, no modo de vida, de alimentação, etc. e isso torna real, toma uma nova dimensão.

Ouvir os agricultores humaniza os números, as estatísticas em uma semana vivenciamos realidades tão distintas. Agricultores que tem uma boa condição financeira a partir de sua atividade agrícola, um inclusive nem sei se pode ser caracterizado como agricultor familiar pela sua descrição da atividade que realiza e por outro lado produtores que relatam dificuldade de subsistência de suas famílias pela pouca valorização financeira da atividade produtiva.

Para avaliar a percepção sobre o impacto do PAA na vida dos(as) agricultores(as) familiares cadastrados(as) no Programa além de indagá-los se “O PAA melhorou a vida do(a) senhor(a)? Como?”, encontravam-se nos formulários perguntas sobre a moradia, a renda, o acesso a assistência técnica, a relação com intermediários e outros questionamentos que nos permitiam compreender o impacto do Programa na vida dos(as) beneficiários(as) produtores(as).

Durante o preenchimento do formulário eles indicavam que não havia alterações em sua renda, condições de moradia, acesso a informações antes ou depois do PAA, a maioria dos entrevistados também não modificou os canais de comercialização dos produtos e nem sua relação com os comerciantes, porém na entrevista eles(as) afirmam a importância do Programa em sua vida e de sua família, descrevendo o Programa como “uma benção”, “uma poupança para minha família” e um “direito do agricultor”.

Sobre as entrevistas exploratórias que foram realizadas com a Coordenadora Programa de Aquisição de Alimentos e o Secretário de Desenvolvimento Agrário de Barbalha, resalto a organização dos documentos e um grande número de informações por eles sistematizadas, inclusive por conta das demandas estaduais e federais, e pela dedicação dos profissionais envolvidos porém, esses confessam haver uma quantidade insuficiente de profissionais envolvidos na política pública dizem que seria possível fazer mais, porém com os profissionais que contam hoje e a quantidade de atribuições do programa sobretudo as burocráticas inviabilizam outras atividades que poderiam desenvolver a agricultura familiar no Município. A SDA de Barbalha em nenhum momento se recusou a nos receber passou documentos que nos possibilitaram chegar até os(as) agricultores(as), inclusive com dados telefônicos dos(as) mesmos(as).

Situações que “estudiosos” na Universidade ou estatísticas de governos dizem não existir foram verificadas na visita às comunidades: como a existência de pessoas trabalhando, aqui na Região do Cariri, em terra de terceiros para receber

apenas 30% valor do que é produzido. A quantidade de pessoas, inclusive jovens entre 18 e 25 anos que deixaram de estudar, dentre as famílias visitadas foi algo que me surpreendeu, poucos foram os que concluíram o ensino médio.

Outro estranhamento, foi em relação a participação das mulheres, inicialmente pelo pouco número de cadastros em seu nome, o que difere dos eventos em que participamos onde havia uma grande quantidade de mulheres representadas, algumas delas auxiliam os esposos, filhos ou irmãos nas atividades na agricultura outras somente nas domésticas.

Alguns fatores que explicam esta questão, de acordo com Brumer (2004) são: a) características da forma de inserção de mulheres e dos jovens na agricultura familiar a divisão do trabalho por sexo e geração; b) os efeitos da modernização da agricultura sobre a divisão do trabalho por sexo; c) as características do trabalho dos jovens na unidade de produção familiar; d) o trabalho em tempo parcial ou fora da agricultura; e) as práticas de transmissão da propriedade familiar.

Algo já comumente noticiado, mas ainda assim surpreendente é o “envelhecimento” da agricultura: seis do sete agricultores(as) visitados(as) são de faixa etária acima de 40 anos, quatro deles tem acima de 50 anos. Algumas das famílias visitadas haviam jovens, mas a minoria deles se envolvia em atividades relacionadas à atividade rural, curiosamente alguns não se envolviam nessa nem em outra atividade.

Godoy et al. (2009) explica o problema do envelhecimento da agricultura de duas maneiras: uma pelo envelhecimento da população de maneira geral e outra pelo êxodo dos jovens rurais, que juntos ocasionam um problema na reprodução social da agricultura familiar no campo. Muitas vezes, por não perceber a atividade rural como atrativa o jovem migra para as cidades, fazendo com a faixa etária da população no meio rural seja de pessoas acima de 40 anos.

Por ser de Barbalha-CE, também foi surpreendente para mim, a quantidade de comunidades listadas no PAA, algumas que eu sequer conhecia por nome. Algumas das comunidades que pelos critérios estabelecidos ficamos de visitar têm uma difícil localização, o que dificulta a rotina das pessoas para estudar, trabalhar, ter acesso à serviços e não há retorno por parte do poder público para a situação, pelo que dizem os(as) entrevistados(as).

Outra dificuldade da pesquisa, foi entrar em contato com os(as) agricultores(as), uma vez que nossa única possibilidade de acesso aos(às)

mesmos(as) era o telefone listado no cadastro ou ida diretamente à Comunidade. Em alguns casos o telefone do(a) agricultor(a) cadastrado(a) na verdade era de outra pessoa da família ou da comunidade ou presidente da associação, em alguns casos foram feitas várias ligações sem sucesso até conseguirmos ser atendidos. Para conseguir sete entrevistas realizadas, fizemos em torno de 40 ligações telefônicas com mais de 20 agricultores(as).

Outro amadurecimento é em relação aos investimentos para a realização da pesquisa, inicialmente acreditamos que eles eram baixos, mas na etapa de realização das entrevistas percebemos que os custos com deslocamento, crédito telefônico, alimentação e cópias dos materiais para coleta de dados são maiores do que havíamos pensado.

Por isso, destacamos o acesso as localidades como uma das grandes dificuldades para a realização da pesquisa, além das dificuldades de análise das entrevistas por questões éticas dado o conteúdo das entrevistas e nossa obrigação de não permitir a identificação dos entrevistados(as) e por outro lado, manter o sentido dos dados coletados, estas questões nos paralisaram na análise em alguns momentos, pelo compromisso assumido com os(as) agricultores.

A maioria dos(as) agricultores nos recebeu de maneira atenciosa e nos forneceu as informações com segurança sem evitar responder nenhuma informações solicitadas, muitos buscaram documentos para passar as informações corretas sobre a área da propriedade, valor do PAA e outros dados solicitados.

Gostaria de ressaltar ainda, a afirmação de dois respondentes (*Respondente A* e *Respondente D*) sobre a realização das entrevistas pela minha facilidade em conversar com eles, o que ressaltam ser raro nas pessoas que os visitam da Universidade ou do poder público. Primeiro fiquei feliz, já que esta é uma habilidade que eu não tinha há cinco anos quando estava na graduação, não por inexperiência, mas pelo contato mais intenso com o vocabulário científico e exigido na Academia. Imagino que foi ao intensificar minhas atividades na extensão universitária que pelo meu contato mais direto com as comunidades, com outros públicos, pela orientação dos coordenadores em melhorar minha comunicação com os participantes das ações que busquei aprimorar estas habilidades. Hoje descrevo estar com as pessoas em suas casas/comunidades e conversar com elas, a atividade mais encantadora do ato de pesquisar.

Nosso plano inicial era aplicar o formulário com os 87 agricultores cadastrados no ano de 2014, além de dois representantes da Prefeitura Municipal de Barbalha²², e ainda com representantes das entidades beneficiadas pelo programa quem integram a rede socioassistencial do município, porém dada as dificuldades de contactar os(as) beneficiários(as), as entidades, o deslocamento às comunidades e ainda a complexidade na análise das entrevistas, somando-se a dificuldade de tempo da pesquisadora para a realização desta pesquisa demonstraram a necessidade de adiar os planos para uma pesquisa futura com mais tempo, possibilidade de financiamento e auxílio de graduandos e profissionais de áreas correlatas a agricultura familiar.

Chegamos a elaborar os tópicos guias das entrevistas em profundidade a serem aplicadas com os atores envolvidos no Programa de Aquisição de Alimentos em Barbalha, colocaremos nos apêndices deste trabalho inclusive os que ainda não utilizamos esperando que eles possam ser úteis para outras pesquisas.

Esperamos em breve ter oportunidade de dar continuidade a essa pesquisa através do doutorado ou de programas de pesquisa aprovados pela nossa instituição.

O estudo em tela trata-se de um estudo de caso de caráter exploratório, que objetivou desenvolver ideias e hipóteses para investigação (FREITAS; JABBOUR, 2011), chegamos a algumas respostas e outras indagações diferentes das que tínhamos ao iniciar o processo. Assim, destacamos que esta pesquisa não encerra as possibilidades de pesquisa no Programa de Aquisição de Alimentos em Barbalha no Município de Barbalha, nossa vivência foi carregada de novas experiências e sentidos, muitos documentos são produzidos e a cada capítulo escrito aqui, muitas lembranças nos vinham o que nos leva a crer que são, de fato, necessários outros estudos complementares e diferentes ao nosso.

E que para além do discurso formatado que deve constar aqui, nosso intuito é contribuir para o desenvolvimento de outras pesquisas envolvendo agricultura familiar, segurança alimentar e o Programa de Aquisição de Alimentos e que promovam uma avaliação de política pública que dê voz aos diversos atores nela envolvidos, que amplie a visão deles sobre sua atuação.

²² Com os quais já realizamos entrevistas exploratórias que foram essenciais para a realização da nossa pesquisa.

REFERÊNCIAS

- A Carta da Terra.** Organização das Nações Unidas. 2002. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.pdf>. Acesso em 30 set. 2013.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Uma nova extensão para a agricultura familiar. In: **Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, 1997. Texto para discussão, 29.
- ANANIAS, Patrus. Mobilizar a sociedade contra a fome. In: BETTO, Frei (Org.). **Fome Zero: textos fundamentais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- ANDRADE, Manuel Correia. Uma releitura crítica da obra de Josué de Castro. In: ANDRADE, M.C. *et al.* (Org.). **Josué de Castro e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 73-82.
- BAPTISTA, Tatiana. W. F.; REZENDE, Mônica. A ideia de ciclo na análise de políticas públicas. In: MATTOS, Ruben Araújo; BAPTISTA, Tatiana W. F. **Caminhos para análise das políticas de saúde**, 2011. p. 138-172. Disponível em <www.ims.uerj.br/pesquisa/ccaps>. Acesso em: 6 jul. 2013.
- BARBOSA, Gisele Silva. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**. 4ª Edição, Nº 4, Volume 1 - Jan/Jun 2008. Disponível em: <http://www.controversia.com.br/uploaded/pdf/12883_o-desafio-do-desenvolvimento-sustentavel-gisele.pdf>. Acesso em: 23 set. 2013.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de L. de A. REGO; A. PINHEIRO. Lisboa: Edições 70, 2006. (Obra original publicada em 1977)
- BARROS, Maria Elizabeth B. de; PIMENTEL, Ellen Horato do C. Políticas Públicas e a Construção do Comum: interrogando práticas **PSI. Polis e Psique**. v. 2, n.2, 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/download/35746/25571>>. Acesso em: 3 ago. 2013.
- BARTHOLLO Jr, Roberto S.; BURSZTYN, Marcel. Prudência e Utopismo: ciência e educação para a sustentabilidade. In: BURSZTYN, Marcel. (Org.). **Ciência, ética e sustentabilidade: desafios ao novo século**. São Paulo: Cortez, 2001.
- BASSI, Nadia S. S.; SILVA, Christian L. O uso de estudos prospectivos no processo de políticas públicas. **Revista de Políticas Públicas (UFMA)**, v. 15, p. 315-325, 2011.
- BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs); tradução de Pedrinho A. Guareschi. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e social: um manual prático**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 189-217.
- _____; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs); tradução de

Pedrinho A. Guareschi. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e social: um manual prático**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 39-63.

_____ ; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesse do conhecimento – evitando confusões. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs); tradução de Pedrinho A. Guareschi. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e social: um manual prático**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 17-36.

BELIK, Walter. A medida da pobreza. In: BETTO, Frei (Org.). **Fome Zero: textos fundamentais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 32-34.

BETTO, Frei. Fome e desnutrição: a fome como questão política. **Estud. av.**, São Paulo, v. 17, n. 48, maio/ago. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a05.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2010.

BRASIL. **Decreto nº 8.026**, de 6 de junho de 2013. Altera os Decretos nº 7.775, de 4 de julho de 2012, que regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos; nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a criação do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar; nº 7.644, de 16 de dezembro de 2011, que regulamenta o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; e dá outras providências. . Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Decreto/D8026.htm>. Acesso em: 8 fev. 2015.

_____. **Lei nº 12.512**, de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nº 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 out. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm>. Acesso em: 9 fev. 2015.

_____. **Decreto nº. 6.447**, de 7 de maio de 2008. Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 08 maio 2008. (Seção 1). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6447.htm>. Acesso em: 7 fev. 2015.

_____. **Decreto nº. 6.959**, de 15 de setembro de 2009. Dá nova redação aos arts. 3., 4., 5. do Decreto no 6.447, de 7 de maio de 2008, que regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o programa de aquisição de alimentos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 set. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6959.htm>. Acesso em: 7 fev. 2015.

_____. **Decreto nº. 7.272** de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm>. Acesso em: 12 nov. 2015.

_____. **Decreto nº. 7.775**, de 4 de julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o programa de aquisição de alimentos, e o Capítulo III da Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 jul. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm>. Acesso em: 20 fev. 2015.

_____. **Lei nº. 10.696**, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 jul. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.696.htm>. Acesso em: 11 fev. 2015.

BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura: A situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, do CFC/CCE/UFSC, vol. 12, N. 1/2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21699.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

BURSZTYN, Marcel. Apresentação. In: BURSZTYN, Marcel. (Org.). **Ciência, ética e sustentabilidade**: desafios ao novo século. São Paulo: Cortez, 2001.

Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**: 2012/2015. Brasília, DF: CAISAN, 2011.

_____. Interdisciplinaridade: é hora de institucionalizar! Campinas: **Revista Ambiente e Sociedade**, 1999. v. II, n. 5, p. 229-232. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a19.pdf>>. Acesso em 5 out. 2013.

CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, 6 (2), jul - dez, 2013, 179-191. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/gerais/index.php/gerais/article/viewFile/306/284>>. Acesso em: 2 nov. 2014.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome**: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1965.

CHACON, Suely Salgueiro. **O Sertanejo e o caminho das águas**: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido. Fortaleza: BNB, 2007. Série Teses e Dissertações. Vol. 8. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/livroPDF.aspx?cd_livro=20>. Acesso em 30 set. 2013.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (Conab). **Agricultura Familiar: importância do PAA**. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 962-969, set./out, 2003.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Aplicada. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. 2. ed. Rio de Janeiro: EMBRAPA-SPI, 2006.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

FAO/INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, março, 1994.

FONTANELLA et al. Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 27(2):389-394, fev, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v27n2/20.pdf>> Acesso em: 15 de abr. 2016.

FRASER, Márcia T. D.; GONDIM, Sônia M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**: Ribeirão Preto, 2004, v. 14, n. 02. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2004000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 1 nov. 2014.

FREITAS, Wesley R. S.; JABBOUR, Charbel J. C. Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 07-22, 2011. Disponível em: <<http://www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/viewFile/30/196>>. Acesso em: 15 de abr. 2016.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, 21, 211-259, 2000.

GASKELL, George. Entrevista individual e grupal. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs); tradução de Pedrinho A. Guareschi. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e social: um manual prático**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GILL, Rosalind. Análise de Discurso. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs); tradução de Pedrinho A. Guareschi. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e social: um manual prático**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GONDIM, Sonia M. G. et al. Da descrição do caso à construção da teoria ou da teoria à exemplificação do caso? Uma das encruzilhadas da produção do conhecimento em administração e áreas afins. **Organizações e Sociedade**, v.12, n.35, p. 47-69, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/osoc/v12n35/a03v12n35.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2010.

GODOY, Arilda S. Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, Mar./Abr. 1995. Disponível em: <<http://rae.fgv.br/rae/vol35-num2-1995/introducao-pesquisa-qualitativa-suas-possibilidades>>. Acesso em: 15 de abr. 2016.

GODOY, Cristiane M. T. et al. Juventude rural, envelhecimento e o papel da aposentadoria no meio rural: a realidade do município de Santa Rosa/RS. In: 48º Congresso da SOBER, Campo Grande, 2010. **Anais...** 2010. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/714.pdf>> p. 1-18. Acesso em: 16 abr. 2016.

GRANGEIRO, Mano. (Francisco Grangeiro Tavares Neves). **Ação cultural para o desenvolvimento sustentável: trajetórias e percursos na região do Cariri**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER), da Universidade Federal do Ceará, Campus do Cariri, 2013.

HART, Stuart L.; MILSTEIN, Mark B. Criando Valor Sustentável. Tradução de Pedro F. Bendassolli. **RAE Executivo**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 65-79, mai/jul. 2004. Disponível em: <<http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/3363.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Informações completas, Cidade Barbalha**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=230190&search=ceara|barbalha|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

INSTITUTO DA CIDADANIA. **Projeto Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil**. São Paulo: Instituto da Cidadania; 2001.

IPECE – Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Ceará. **Ceará em Mapas**. Disponível em: <<http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

_____. **Perfil Básico Municipal Barbalha (2013)**. <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2013/Barbalha.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2015.

LAMARCHE, Hughes. A agricultura familiar. In: LAMARCHE, Hughes. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução Ângela Maria Naoko Tijiwa. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. p. 13-33.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katál**. Florianópolis, v. 10, n. esp., 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2013.

LIMA, Waner G. Política pública: discussão de conceitos. **Interface**, Porto Nacional, v. 1, n. 5, p.49-54, 5 out. 2012. Disponível em: <<http://revista.uft.edu.br/index.php/interface/article/view/370/260>>. Acesso em: 04 mar. 2014.

*MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATTEI, Lauro. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do programa, **Cadernos do CEAM** (UnB), v. 07, 2007. p. 33-44.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Programa de aquisição de alimentos**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento/paa>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2000.

MULLER, Ana Luiza. **A construção das políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil**: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos. Porto Alegre/RS: UFRGS, 2007. 128 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2007.

OLALDE, Alicia Ruiz. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável**. Cruzeiro, DF: CEPLAC, 2004. (Radar técnico - artigos técnicos). Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo3.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do Desenvolvimento Humano (2001)**: Fazendo as novas tecnologias trabalhar para o desenvolvimento humano. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/hdr/arquivos/RDH2001/HDR_Global_2001.zip>. Acesso em 14 out. 2013.

_____. **Desenvolvimento Humano e IDH**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>>. Acesso em 14 out. 2013.

PONTES, Reinaldo Nobre. A evolução do combate à pobreza no Brasil e o papel do Fome Zero. In: BETTO, Frei (Org.). **Fome Zero**: textos fundamentais. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 35-46.

PORTAL BRASIL. Enap lança “Guia de Políticas Públicas: gerenciando processos”. Publicado em: 15/12/2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/12/enap-lanca-201cguia-de-politicas-publicas-gerenciando-processos201d>>. Visitado em 16 de abril de 2016.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, LucVan. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 4. ed. Lisboa: Gradiva, 2005.

RAMOS, Marília Patta and SCHABBACH, Letícia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Rev. Adm. Pública** [online]. 2012, vol.46, n.5 [cited 2016-03-23], pp.1271-1294. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122012000500005&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0034-7612. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122012000500005>>.

Revista EXAME. “As melhores cidades do Brasil para fazer negócios”. (Urban Systems). Edição 1100. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/as-50-cidades-pequenas-mais-desenvolvidas-do-brasil#1>>. Acesso em 28 nov. 2015.

ROSSI, Fabiana Ribeiro. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Agricultura Familiar no Município de São Carlos**: Impactos Socioeconômicos nos Agricultores Familiares Beneficiários. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Engenharia da Produção da Universidade Federal de São Carlos, 2012. Disponível em: <http://www.bdtf.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5465>. Acesso em: 9 fev. 2015.

RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: RUA, Maria das Graças; VALADÃO, Maria Izabel. **O Estudo da Política**: temas selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.

_____. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2009.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SÁ-SILVA, Jackson R.; ALMEIDA, Cristóvão D.; GUINDANI, Joel F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, n. 1, 2009. Disponível em: <http://rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf>. Acesso em: 31 out. 2014.

SCHMITT, Claudia J. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. **Revista de Política Agrícola**. Ano XIV, n.2, p. 78-88, abr./mai./jun, 2005. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/acs/Revista_Politica_Agricola_Ano_XIV_N_2_Abr_Maio_Jun_2005.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2015.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SEN, Amartya. In: PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do Desenvolvimento Humano (2010)**. A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano. Disponível em: http://www.pnud.org.br/hdr/arquivos/RDH2001/HDR_Global_2001.zip. Acesso em: 14 out. 2013.

SILVA, Christian Luiz da.; BASSI, Nadia Solange Schimidt. Políticas públicas e desenvolvimento local. In: SILVA, Christian Luiz da. (org). **Políticas Públicas e Desenvolvimento Local: instrumentos e proposições de análise para o Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SILVA, Maria Alice Siqueira Mendes. Sobre a Análise do Discurso. **Revista de Psicologia da UNESP**, 4(1), 2005. 16. Disponível em: <http://www2.assis.unesp.br/revpsico/index.php/revista/article/viewFile/30/55>. Acesso em: 02 nov. 2014.

SIQUEIRA, Luisa Helena. **As perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de produção familiar**. Dissertação do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2004.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 4 mar. 2014.

VÁZQUEZ, Daniel; DELAPLACE, Domitille. Políticas públicas na perspectiva de direitos humanos: um campo em construção. In: **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**. São Paulo: Conectas, v. 8, n. 14, jun. 2011. Disponível: <http://www.surjournal.org/conteudos/pdf/14/02.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2013.

VEIGA, Luciana; GONDIM, Sônia Maria Guedes. A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. **Opinião Pública**, v. VII, n. 1, p. 1-15, Campinas, 2001.

VOGT; Silmara P. C.; SOUZA; Renato Santos de. Políticas públicas e segurança alimentar: estudo de caso do Programa de Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea (Fome Zero) no município de Tenente Portella–RS. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 2, n.33, p.101-122, ago./dez.2011. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/viewFile/1929/1809>. Acesso em: 12 mar. 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar: Realidades e Perspectivas**. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap.1, p. 21-55.

WU, Xun *et. al.* **Guia de Políticas Públicas**: gerenciando processos. Tradução: Ricardo Avelar de Souza. Brasília: Enap, 2014.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAOUAL, Hassan. **Nova economia das iniciativas locais**: uma introdução ao pensamento pós-global. Rio de Janeiro: DP&A: Consulado Geral da França: COPPE/UFRJ, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A – FORMULÁRIO A SER APLICADO COM OS(AS) AGRICULTORES(AS) FAMILIARES(AS) CADASTRADOS EM 2013 E/OU 2014 NO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS EM BARBALHA-CE

1. Número do questionário: (____)
2. Data da entrevista: ____/____/____
3. Comunidade: _____

I) IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

4. Nome: _____
5. Contato: _____

II) INFORMAÇÕES SOBRE O PAA

6. O Sr(a). participa do PAA desde quando: _____
7. O Sr(a). ou algum membro de sua família participa do PAA que está vigente atualmente na prefeitura (que teve em início em Junho de 2015)?

() **Sim** - Participo desde (mm/aaaa): _____/_____

() **Não**

8. O Sr(a). ou algum membro de sua família participa de outros programas do governo para agricultura familiar?

() **Sim** – Qual/Quais?

() **Não**

9. Como o Sr(a). ficou sabendo do PAA? (possibilidade de resposta múltipla)

() Prefeitura
 () Meios de comunicação [TV, rádio, internet, jornal, revista, folhetos, etc]
 () Assistência Técnica
 () Conversa com colegas
 () Outros [Quais? _____]

10. Porque o Sr(a). resolveu participar do PAA? (possibilidade de resposta múltipla)

() Recomendação de colega
 () Preço pago pelos produtos
 () Facilidade de venda dos produtos
 () Convite da prefeitura
 () Outros [Quais] _____

IV) CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE

A) MORADIA

12 meses antes de entrar para o PAA	Depois de entrar para o PAA (últimos 12 meses)
12. Residia na propriedade em que produz? () Sim () Não	17. Reside na propriedade em que produz? () Sim () Não
13. A sua moradia era? <input type="checkbox"/> Própria <input type="checkbox"/> Alugada <input type="checkbox"/> Emprestada <input type="checkbox"/> Cedida <input type="checkbox"/> Outros Qual? (_____)	18. A sua moradia é? <input type="checkbox"/> Própria <input type="checkbox"/> Alugada <input type="checkbox"/> Emprestada <input type="checkbox"/> Cedida <input type="checkbox"/> Outros Qual?(_____)
14. Quantos	19. Quantos cômodos tem a sua moradia? (_____)
15. Qual era o principal destino do esgoto da moradia? <input type="checkbox"/> Rede coletora de esgoto (pluvial) <input type="checkbox"/> Fossa séptica (revestida com alvenaria) <input type="checkbox"/> Fossa rudimentar (fossa negra) () Rede pública <input type="checkbox"/> Céu aberto, vala, rio, lago <input type="checkbox"/> Outra forma (Qual:_____)	20. Qual é o principal destino do esgoto da moradia? <input type="checkbox"/> Rede coletora de esgoto (pluvial) <input type="checkbox"/> Fossa séptica (revestida com alvenaria) <input type="checkbox"/> Fossa rudimentar (fossa negra) () Rede pública <input type="checkbox"/> Céu aberto, vala, rio, lago <input type="checkbox"/> Outra forma (Qual:_____)
16. Qual era a principal forma de iluminação da moradia? () Não tinha <input type="checkbox"/> Elétrica <input type="checkbox"/> Rede de fornecimento pública ou particular () Gerador <input type="checkbox"/> Solar <input type="checkbox"/> Óleo, querosene, gás de botijão () Vela <input type="checkbox"/> Outra Fonte (Qual?_____)	21. Qual é a principal forma de iluminação da moradia? <input type="checkbox"/> Não tem <input type="checkbox"/> Elétrica <input type="checkbox"/> Rede de fornecimento pública ou particular () Gerador <input type="checkbox"/> Solar <input type="checkbox"/> Óleo, querosene, gás de botijão () Vela <input type="checkbox"/> Outra Fonte (Qual?_____)

<p>22. Qual era a fonte de água que abastece sua moradia?</p> <p><input type="checkbox"/> Rede de fornecimento pública (encanada)</p> <p><input type="checkbox"/> Rede de fornecimento pública (não encanada)</p> <p><input type="checkbox"/> Chafariz comunitário</p> <p><input type="checkbox"/> Poço ou nascente</p> <p><input type="checkbox"/> Caminhão pipa</p> <p><input type="checkbox"/> Cisterna na casa</p> <p><input type="checkbox"/> Cisterna comunitária</p> <p><input type="checkbox"/> Açude/barragem/rio/cacimba/barreiro</p> <p><input type="checkbox"/> Outra forma (Qual:)</p>	<p>23. Qual é a fonte de água que abastece sua moradia?</p> <p><input type="checkbox"/> Rede de fornecimento pública (encanada)</p> <p><input type="checkbox"/> Rede de fornecimento pública (não encanada)</p> <p><input type="checkbox"/> Chafariz comunitário</p> <p><input type="checkbox"/> Poço ou nascente</p> <p><input type="checkbox"/> Caminhão pipa</p> <p><input type="checkbox"/> Cisterna na casa</p> <p><input type="checkbox"/> Cisterna comunitária</p> <p><input type="checkbox"/> Açude/barragem/rio/cacimba/barreiro</p> <p><input type="checkbox"/> Outra forma (Qual:)</p>
--	--

B) ÁREA DA PROPRIEDADE

-----	12 meses antes de entrar para o PAA	Depois de entrar para o PAA (últimos 12
24. Área TOTAL da propriedade?	[_____ ha] ou [_____ m ²] ou [_____ alq]	[_____ ha] ou [_____ m ²] ou [_____ alq]
25. Área de plantio?	[_____ ha] ou [_____ m ²] ou [_____ alq]	[_____ ha] ou [_____ m ²] ou [_____ alq]
26. Área de matas, florestas naturais e áreas de proteção?	[_____ ha] ou [_____ m ²] ou [_____ alq]	[_____ ha] ou [_____ m ²] ou [_____ alq]
27. Área destinada à produção animal (pastos + instalações)?	[_____ ha] ou [_____ m ²] ou [_____ alq]	[_____ ha] ou [_____ m ²] ou [_____ alq]
28. Área ocupada pela	[_____ ha] ou [_____ m ²] ou [_____ alq]	[_____ ha] ou [_____ m ²] ou [_____ alq]
29. Área que é utilizada coletivamente?	[_____ ha] ou [_____ m ²] ou [_____ alq]	[_____ ha] ou [_____ m ²] ou [_____ alq]
30. Condição de exploração da terra em que produz?	<input type="checkbox"/> proprietário () <input type="checkbox"/> arrendatário () meeiro <input type="checkbox"/> parceiro <input type="checkbox"/> título de uso (assentamento)	<input type="checkbox"/> proprietário () <input type="checkbox"/> arrendatário () meeiro <input type="checkbox"/> parceiro <input type="checkbox"/> título de uso ((assentamento)
	<input type="checkbox"/> ocupante () Outro (Qual: _____)	<input type="checkbox"/> ocupante () Outro (Qual: _____)

V) LIMITE FINANCEIRO ANUAL DO PROGRAMA E CUSTOS DE PRODUÇÃO

Em 2013/2014 (Depois que entrou para o PAA)	Atualmente (últimos 12 meses)
31. O Sr(a). utilizava todo o limite financeiro anual (R\$ _____,00/DAP) disponível pelo PAA? () Sim* () Não** () Não se aplica	34. O Sr(a). utilizava todo o limite financeiro anual (R\$ _____,00/DAP) disponível pelo PAA? () Sim* () Não** () Não se aplica
32. Qual deveria ter sido um limite financeiro anual ideal para que o Sr(a). pudesse ter vendido toda a sua produção para o PAA? R\$ _____/DAP	35. Qual deveria ter sido um limite financeiro anual ideal para que o Sr(a). pudesse ter vendido toda a sua produção para o PAA? R\$ _____/DAP
33. Qual a porcentagem aproximada que utilizava desse limite financeiro? _____%	36. Qual a porcentagem aproximada que utilizava desse limite financeiro? _____%

VI) COMERCIALIZAÇÃO E CONSUMO DOS PRODUTOS

37. Quais os canais de comercialização dos produtos produzidos na propriedade? (possibilidade de resposta múltipla); Qual porcentagem aproximada do valor das vendas destinado para cada um desses canais? Existe a utilização dos chamados “representantes” para a comercialização com esses canais?

12 meses antes de entrar para o PAA			Depois de entrar para o PAA (últimos 12 meses)		
() Governo (além do PAA)	[_____ %]	() Sim () Não	() PAA	[_____ %]	() Sim () Não
() Associação/cooperativa	[_____ %]	() Sim () Não	() Governo (além do PAA)	[_____ %]	() Sim () Não
() Agroindústria	[_____ %]	() Sim () Não	() Associação/cooperativa	[_____ %]	() Sim () Não
() Supermercados/hipermercados	[_____ %]	() Sim () Não	() Agroindústria	[_____ %]	() Sim () Não
() Feiras-livres	[_____ %]	() Sim () Não	() Supermercados/hipermercados	[_____ %]	() Sim () Não
() Outros (Quais: _____)	[_____ %]	() Sim () Não	() Feiras-livres	[_____ %]	() Sim () Não
() Ida do consumidor à propriedade	[_____ %]	() Sim () Não	() Quitandas	[_____ %]	() Sim () Não
() Outros (Quais: _____)	[_____ %]	() Sim () Não	() Porta-em-porta	[_____ %]	() Sim () Não
			() Intermediários (atravessadores)	[_____ %]	() Sim () Não
			() Atacados	[_____ %]	() Sim () Não
			() Ida do consumidor à propriedade	[_____ %]	() Sim () Não
			() Outros (Quais: _____)	[_____ %]	() Sim () Não

-----	12 meses antes de entrar para o PAA	Depois de entrar para o PAA (últimos 12
38. Adquire produtos de outros agricultores para conseguir inteirar a sua produção para comercializar com os canais de comercialização?	() Sim – para todos os canais de comercialização () Sim – para alguns canais de comercialização () Não – utilizava somente a minha produção (suficiente)	() Sim – para todos os canais de Comercialização () Sim – para alguns canais de comercialização () Não – utilizo somente a minha produção (suficiente)
39. Qual é a porcentagem da produção vegetal destinada para o autoconsumo da família?	_____ %	_____ %
40. No geral, o preço pago pelos produtos no PAA é: () MAIOR que o preço pago FORA do PAA () IGUAL ao preço pago FORA do PAA () MENOR que o preço pago FORA do PAA		
41. A entrada para o PAA mudou a relação do Sr(a). com os comerciantes? () Sim* () Não * Porque? (possibilidade de resposta múltipla) () Ter o PAA como um canal fixo de escoamento da produção me deu maior segurança para poder negociar com os outros canais de comercialização () Depois da entrada para o PAA acredito possuir produtos melhores e com isso posso negociar melhores preços com os outros canais () Posso mais informações à respeito de mercado (preços dos produtos) () Posso mais informações técnicas e de gestão da produção () Outros (Quais? _____)		
42. O Sr(a). fornece ou já forneceu produtos via PNAE (merenda escolar)? () Sim* () Não		
43. *Existe algum tipo de preferência por parte do Sr(a). em fornecer para o PAA ou PNAE? () Sim – prefiro PNAE - motivos: _____ () Sim – prefiro PAA – motivos: _____ () Não tenho preferência por nenhum deles.		

VII) RENDIMENTOS DA FAMÍLIA

	12 meses antes de entrar para o PAA	Depois de entrar para o PAA (últimos 12 meses)
44. Renda mensal total da propriedade	Média R\$ _____	Média R\$ _____
Composição da renda	12 meses antes de entrar para o PAA	Depois de entrar para o PAA (últimos 12 meses)
() Bolsa Família	Média R\$ _____	Média R\$ _____
() Pensão	Média R\$ _____	Média R\$ _____
() Aposentadorias	Média R\$ _____	Média R\$ _____
() Atividade agropecuária	Média R\$ _____	Média R\$ _____

45. INVESTIMENTOS	12 meses antes de entrar para o PAA	Depois de entrar para o PAA (últimos 12 meses)
	Média R\$ _____	Média R\$ _____
	Média R\$ _____	Média R\$ _____
-----	12 meses antes de entrar para o PAA	Depois de entrar para o PAA (últimos 12 meses)
Possui conta bancária	() () Não	() () Não
Declaração de aptidão ao Pronaf (DAP)	Quantidade na família: _____	Quantidade na família: _____

VIII) CRÉDITO RURAL

46. Solicitou crédito para financiar as atividades agropecuárias da propriedade?	
12 meses antes de entrar para o PAA	Depois de entrar para o PAA (últimos 12 meses)
<input type="checkbox"/> Solicitei e consegui <input type="checkbox"/> Quanto recebeu: R\$ _____ Tipo: <input type="checkbox"/> custeio <input type="checkbox"/> investimento <input type="checkbox"/> comercialização Fonte: <input type="checkbox"/> Pronaf <input type="checkbox"/> Cooperativa de qualquer tipo <input type="checkbox"/> Intermediário, vendedor de insumo, agroindústria () Prefeitura	<input type="checkbox"/> Solicitei e consegui <input type="checkbox"/> Quanto recebeu: R\$ _____ Tipo: <input type="checkbox"/> custeio <input type="checkbox"/> investimento <input type="checkbox"/> comercialização Fonte: <input type="checkbox"/> Pronaf <input type="checkbox"/> Cooperativa de qualquer tipo <input type="checkbox"/> Intermediário, vendedor de insumo, agroindústria () Prefeitura

<input type="checkbox"/> Solicitei e não consegui Motivos de não ter conseguido: () Falta de garantias () Inadimplência anterior () Outro	<input type="checkbox"/> Solicitei e não consegui Motivos de não ter conseguido: () Falta de garantias () Inadimplência anterior () Outro
<input type="checkbox"/> Não solicitei Motivos de não ter solicitado:	<input type="checkbox"/> Não solicitei Motivos de não ter solicitado:

IX) PATRIMÔNIOS DA FAMÍLIA

47,

Veículos, máquinas e implementos agrícolas	Quantidade - 12 meses antes de entrar para o PAA	Quantidade - Depois de entrar para o PAA (últimos 12 meses)	Coletivo ou individual

48.

Instalações e benfeitorias	Quantidade - 12 meses antes de entrar para o PAA	Quantidade - Depois de entrar para o PAA (últimos 12 meses)	Coletivo ou individual

X) ASSOCIATIVISMO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA, PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES E ACESSO À INFORMAÇÃO

<u>A) ASSOCIATIVISMO</u>	12 meses antes de entrar para o PAA	Depois de entrar para o PAA (últimos 12 meses)	
49. Participação em alguma organização social ou política?	() Não	() Não	
	() Movimento dos Agricultores Sem Terra (MST)	() Movimento dos Agricultores Sem Terra (MST)	
	() Sindicato Rural (CONTAG, Sindicato rural de São etc)	() Sindicato Rural (CONTAG, Sindicato rural de Carlos, etc)	
	() Associação ou cooperativa de agricultores () Associação comunitária	() Associação ou cooperativa de agricultores () Associação comunitária	
	COM QUE FREQUÊNCIA PARTICIPA:		
	() Partido político	() Partido político	
	() Outra	() Outra	
	(Qual: _____)	(Qual: _____)	
50. Ocupa ou ocupou alguma função em associação, sindicato, cooperativa, etc. ?			
<u>B) PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES</u>	12 meses antes de entrar para o PAA	Depois de entrar para o PAA (últimos 12 meses)	
51. Participação das mulheres nas atividades da propriedade?	() Participavam das atividades produtivas - roça; () Participavam da produção de derivados da produção (vegetal/animal) () Participavam somente/também das atividades domésticas	() Participavam das atividades produtivas - roça; () Participavam da produção de derivados da produção (vegetal/animal) () Participavam somente/também das atividades	

	() Participavam pouco das atividades agropecuárias; () Participavam muito das atividades produtivas.	() Participam pouco das atividades produtivas; () Participam muito das atividades produtivas.
C) ASSISTÊNCIA TÉCNICA	12 meses antes de entrar para o PAA	Depois de entrar para o PAA (últimos 12 meses)
52. Frequência de recebimento de assistência técnica?	() Diariamente	() Diariamente
	() Semanalmente	() Semanalmente
	() Quinzenalmente	() Quinzenalmente
	() Mensalmente	() Mensalmente
	() Trimestralmente	() Trimestralmente
	() Semestralmente	() Semestralmente
	() Anualmente	() Anualmente
() Nunca*	() Nunca*	
() Particular (paga)	() Particular (paga)	
53. Origem da assistência técnica? *() Não há resposta	() Governamental (prefeitura ou outro órgão) () Fornecedor de insumo () Outra (Qual: _____)	() Governamental (prefeitura ou outro órgão) () Fornecedor de insumo (Qual: _____)
54. Temática abordada nas assistências? *() Não há resposta	() Somente aspectos técnicos da produção () Abordava também técnicas de gestão/ organização comunitária (produção e propriedade)	() Somente aspectos técnicos da produção () Aborda também técnicas de gestão/ organização comunitária (produção e propriedade)

D) ACESSO À INFORMAÇÃO	12 meses antes de entrar para o PAA	Depois de entrar para o PAA (últimos 12 meses)
55. Avalie a frequência do Sr(a). ou de algum membro de sua família em eventos? 1 - Frequente (várias vezes no ano) 2 - Ocasional (uma vez no ano)	() Feiras agropecuárias () Dias de campo () Congressos, simpósios e palestras agropecuárias () Congressos, simpósios e palestras <u>NÃO</u> agropecuárias () Outros	() Feiras agropecuárias () Dias de campo () Congressos, simpósios e palestras agropecuárias () Congressos, simpósios e palestras <u>NÃO</u> agropecuárias () Outros
56. Acesso à internet? – Sim – Não	() Propriedade rural () Residência	() Propriedade rural () Residência
ATUALMENTE		
57. A obtenção de informações sobre o PAA (forma de funcionamento, documentos necessários, etc) é:	() Muito fácil () Difícil () Fácil () Muito difícil	

OUTRAS OBSERVAÇÕES:

**APÊNDICE B - TÓPICOS-GUIAS PARA AS ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE
A SEREM APLICADAS COM OS DIVERSOS ATORES ENVOLVIDOS NO
PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS EM BARBALHA-CE**

Poder Público – Secretaria de Desenvolvimento Agrário de Barbalha-CE.

Nome do(a) entrevistado(a);

Há quanto tempo integra a Equipe da SDA, qual indicaria ser o principal objetivo da SDA;

O que é o PAA, quais ações desenvolvidas no município;

Impacto do PAA na vida dos(as) agricultores(as) e nas instituições beneficiadas;

Quais as ações do PAA em Barbalha que estimulam a produção orgânica?

Como estão pensando em garantir a continuidade do Programa? E caso a gestão da Secretaria fosse outra acredita que teria impacto?

Como/ quantos(as) estão envolvidos(as) na execução destas ações em Barbalha;

Como se dá a participação dos beneficiários das ações no planejamento e avaliação;

Agricultores(as) beneficiados(as) pelo PAA em Barbalha-CE.

Nome do(a) entrevistado(a);

Família (quantos, onde moram, quantos trabalham com agricultura);

Há quanto tempo trabalha com agricultura familiar, quantos no PAA.

O que é o PAA;

Impacto do PAA na sua vida e dos(as) outros(as) agricultores(as) que conhece;

Como participa das ações do PAA;

Como é a relação com a Prefeitura?

Instituições beneficiadas pelo PAA em Barbalha-CE – membro da organização.

Nome do(a) entrevistado(a);

Nome da organização, tempo da organização;

Há quanto tempo o(a) entrevistado(a) trabalha ou participa da instituição;

Desde quando a organização integra o PAA;

O que é o PAA;

Impacto do PAA nessa instituição e nas outras que são atendidas e a pessoa conhece;

Como participa das ações do PAA;

Como é a relação com a prefeitura e com os agricultores?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUSTENTÁVEL – PRODER/MDER

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____,
nacionalidade: _____, idade: _____, estado civil:
_____, profissão: _____,
endereço _____,

RG: _____, estou sendo convidado a participar de um estudo denominado Políticas Públicas, Desenvolvimento Sustentável e Agricultura Familiar: Uma Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos em Barbalha-CE, cujos objetivo é promover uma avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA no município de Barbalha-CE nos anos de 2014 e 2015 junto aos(as) beneficiários(as) produtores(as), beneficiários(as) consumidores(as) e executores(as) do PAA.

A minha participação no referido estudo será no sentido de prestar informações através de entrevista referentes à minha participação no Programa.

Fui alertado de que, da pesquisa a se realizar, não posso esperar benefícios diretos. Recebi, por outro lado, os esclarecimentos necessários sobre os possíveis desconfortos e riscos decorrentes do estudo, levando-se em conta que é uma pesquisa, e os resultados positivos ou negativos somente serão obtidos após a sua realização.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo.

Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de, por desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo à assistência que venho recebendo.

Os(as) pesquisadores(as) envolvidos com o referido projeto são Maria Laís S. Leite, Suely Salgueiro Chacon e Eduardo Vivian da Cunha vinculadas(os) ao Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Cariri - UFCA e com eles poderei manter contato pelos telefones (88) 3572-7234 e (88) 9954-0214.

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

No entanto, caso eu tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, haverá ressarcimento em dinheiro. De igual maneira, caso ocorra algum dano decorrente da minha participação no estudo, serei devidamente indenizado, conforme determina a lei.

Em caso de reclamação ou qualquer tipo de denúncia sobre este estudo devo ligar para a Secretaria do Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável da UFCA (88) 3572-7232 ou enviar um e-mail para proder@cariri.ufc.br.

Em casos de dúvidas **sobre a ética aplicada a esta pesquisa**, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Cariri que se localiza na Rua Divino Salvador, 284, Bairro do Rosário, Barbalha-CE, ligar para o telefone (88) 3312-5006, ou ainda enviar um e-mail para cep.cariri@ufc.br.

Barbalha-CE , _____ de _____ de 2015.

Nome do(a) entrevistado(a): _____
Assinatura do(a) entrevistado(a): _____

Pesquisadora: Maria Laís dos Santos Leite
Assinatura da pesquisadora: _____

APÊNDICE D - ANOTAÇÕES DA ENTREVISTA EXPLORATÓRIA

Respondente: Secretário de Desenvolvimento Agrário, Barbalha-CE

Realização: 12/02/2015 13:00-15:00

Ações desenvolvidas pela Secretaria constam no Plano Plurianual (2012-2015):

1. Mercado, Matadouro
2. Campanha febre aftosa – 90, 95% do rebanho
3. 350 mil cópias seguro/garantia safra (janeiro/fevereiro) > estiagem
4. Prestação de serviços - Unidade Municipal do INCRA/DAG – guia de transporte animal – atende outros municípios
5. Agroamigo -1200 agricultores(as) de Barbalha – parceria do BNB
6. Práticas Agrícolas de convivência com o semiárido – solos, quintais produtivos, agroflorestal. (100 famílias do Brasil sem Miséria, 120 cisternas de enxurrada, 1500 Cisternas de placas).
7. PAA: 87 agricultores(as) beneficiados em 2014, mais de 100 para 2015 – doação simultânea: Hospital, Creches, Igrejas. Banco de Alimentos, Referência no PAA individual, PAA associação não funciona.
8. Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
9. FBB – Fábrica de Beneficente de Caju - Sítio Santana – 90mil reais
10. Fábrica escola – cachaça, álcool, rapadura - inauguração em Julho, CENTEC; Coité – 50 mil – Associações – Familiar; Coco babaçu - Sítio Macauba – Associação – Macauba – PREJUÍZO,
11. Preço mínimo CONAB
12. Regularização fundiária
13. Poço profundo -
14. Fundo Geral
15. Distribuição de mudas: 20 mil mudas de nin indiano
16. PRONAF- DAP
17. Aquisição de máquinas

APÊNDICE E – ORÇAMENTO

Detalhamento da despesa	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Deslocamento para as comunidades para a aplicação dos formulários	15	R\$ 30,00	R\$ 450,00
Cópia dos formulários (2 páginas)	87	R\$ 0,30	R\$ 26,10
Impressão de material	200	R\$ 0,20	R\$ 40,00
Canetas	R\$ 10,00	R\$ 10,00	R\$ 10,00
Total geral			R\$ 526,10

O custeio dos itens constantes no orçamento se dará exclusivamente através de recursos da pesquisadora, sem auxílio das instituições parceiras e da Universidade à qual está vinculada.

ANEXOS**ANEXO A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE DADOS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E AGRÁRIO**

Prefeitura Municipal de Barbalha

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE DADOS

Pelo presente instrumento, eu, José Elismar de Vasconcelos e Sá, RG: 2.298309-SSP/PE CPF: 381.631.874-68, Secretário Municipal do Desenvolvimento Agrário de Barbalha-Ce, autorizo a pesquisadora Maria Laís dos Santos Leite, RG 2005029055077, CPF 028.950.633-62 e seus orientadores a utilizarem, divulgarem e publicarem para fins acadêmicos e culturais, no todo ou em partes, observando os princípios éticos norteadores da pesquisa, os dados fornecidos por esta Secretaria como subsídio à construção de sua Dissertação do Mestrado acerca do Programa de Aquisição de Alimentos em Barbalha-CE.

Declaro ainda que fui devidamente esclarecido (a) pela pesquisadora a respeito do assunto o qual é trazido na referida pesquisa.

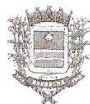
Por ser verdade, dato e assino o presente termo.

Barbalha-CE, 27 de junho de 2015.

José Elismar de Vasconcelos e Sá
Secretário Municipal de Desenvolvimento Agrário de Barbalha-CE

Maria Laís dos Santos Leite
Mestranda em Desenvolvimento Regional Sustentável – PRODER/MDER

**ANEXO B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE
DADOS DA COORDENAÇÃO MUNICIPAL DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO
DE ALIMENTOS DE BARBALHA-CE**



Prefeitura Municipal de Barbalha

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

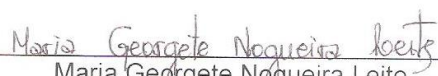
**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO E
PUBLICAÇÃO DE DADOS**

Pelo presente instrumento, eu, Maria Georgete Nogueira Leite, RG: 97029146685, CPF: 890.500.023-15, Coordenadora Municipal do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA em Barbalha-CE, autorizo a pesquisadora Maria Laís dos Santos Leite, RG 2005029055077, CPF 028.950.633-62 e seus orientadores a utilizarem, divulgarem e publicarem para fins acadêmicos e culturais, no todo ou em partes, observando os princípios éticos norteadores da pesquisa, os dados fornecidos por esta Secretaria como subsídio à construção de sua Dissertação do Mestrado acerca do Programa de Aquisição de Alimentos em Barbalha-CE.


Declaro ainda que fui devidamente esclarecido(a) pela pesquisadora a respeito do assunto o qual é trazido na referida pesquisa.

Por ser verdade, dato e assino o presente termo.

Barbalha-CE, 27 de junho de 2015.



Maria Georgete Nogueira Leite
Coordenadora Municipal do PAA em Barbalha-CE



Maria Laís dos Santos Leite
Mestranda em Desenvolvimento Regional Sustentável – PRODER/MDER

ANEXO C - NOTÍCIA PUBLICADA NO SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBALHA EM 15/05/2015

Disponível em: <<http://www.barbalha.ce.gov.br/v2/index.php?idnoticia=2529>>

BARBALHA PROMOVEU SUA I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Aconteceu nesta sexta-feira 15, no Auditório da Cozinha Comunitária no bairro Malvinas, a I Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, o evento foi promovido pela Prefeitura de Barbalha e Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, através do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEAN).

A I Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, teve como tema “Comida de Verdade no Campo e na Cidade”, e contou com as presenças de representantes de vários segmentos da área nutricional, como representantes do COMSEAN – Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional; representantes da EMATERCE; CEASA; das Secretarias de Desenvolvimento Agrário, do Trabalho e Desenvolvimento Social; Educação; Saúde; Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Nutricionistas; Agricultores da Agricultura Familiar; UNAB – União das Associações Comunitária de Barbalha e Assistentes Sociais.

O presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar, Renato Cruz disse que, os três eixos importantes que foram discutidos na Conferência, deram subsídios através das discussões concernentes as questões de alimentação. “Nós sabemos que a alimentação de qualidade é uma questão importante; para as crianças, jovens e os adultos, mas, especialmente no tocante a merenda escolar e da própria Cozinha Comunitária, além das pessoas que são assistidas pela SDTS de Barbalha”, disse Renato.

Renato Cruz acrescentou ainda que o Conselho de Segurança Alimentar venha culminar com essas ações, com os debates, nessa Conferência, muito salutar com as presenças das autoridades ligada as questões nutricionais, porque, o que foi discutido será levado para a Conferência Estadual e conseqüentemente, a Conferência Nacional onde será feita a eleição das prioridades, e tentar efetivar o que foi discutido.

A Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social, Maria Tereza Amora, disse que a I Conferência da política nutricional do país engloba hoje todas as classes sociais. E nessa I Conferência que aconteceu, apresentou um tema importante que fala da comida de verdade no campo e na cidade. Tereza Amora acrescentou que esse tema deve atingir a todas as classes sociais, não só para as pessoas mais vulneráveis mas, todas as classes, porque existe a questão da obesidade, principalmente a infantil. “Temos que partir com uma política de alimentação nutricional principalmente nas escolas públicas e privadas, acabando com os lanches industrializados, lanches que não tem valor nutricional, devemos partir para

os lanches naturais, frutas e legumes, com um o valor nutricional dos alimentos, e essa conscientização, começa nessas conferências, municipal, estadual e nacional”.

Tereza Amora enalteceu a realização da Conferência, e neste dia 15 de maio em que se comemora o dia da Assistente Social, prestou homenagem a todos os profissionais da área.

O Evento teve início às 08h00 e terminou as 12h00.

A Cozinha Comunitária localizada na Avenida Luiz Gonzaga no bairro Malvinas, atende diariamente 120 refeições a famílias das Malvinas; da Vila São José; Santa Terezinha e Casas Populares. A refeição custa R\$ 1,00 (Um real). O cardápio é variado durante toda semana, de segunda a sexta-feira. Segundo o coordenador Francisco Euzébio Teixeira, a Cozinha Comunitária trabalha em parceria com CEASA Cariri, Sítio da Serra, Iperbone, PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) o equipamento é coordenado pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do município e conta com 7 funcionários. A Cozinha Comunitária leva o nome de Minerva Dias de Sá Barreto e é um modelo de equipamento para outros municípios do interior.

2015-05-15 - 13:07:00 | Assessoria de Imprensa - PMB

ANEXO D - AGRICULTORES BENEFICIADOS COM O PAA TERÃO NOVA SEDE DO PROGRAMA EM BARBALHA

Disponível em: <<http://www.barbalha.ce.gov.br/joomla/index.php/11-barbalha/79-agricultores-beneficiados-com-o-paa-terao-nova-sede-do-programa-em-barbalha>>

Estar sendo concluído o novo prédio do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos de Barbalha. O município barbalhense será um dos poucos do Estado que o Programa de Aquisição de Alimentos, terá sua sede própria.

O prédio em fase de conclusão e estar localizado em um terreno próximo a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, (antigo CSU) na Vila Santo Antônio. Local onde os agricultores terão mais espaço e comodidade, beneficiando-os com a distribuição dos alimentos da Agricultura Familiar, como também, os representantes das entidades beneficiadas com o Programa.

O prédio com novas instalações fará com que funcionários e agricultores tenham espaço suficiente de trabalho e os alimentos tenham cada vez mais, um padrão de qualidade e higienização, além de oferecer capacidade para armazenar os produtos da Agricultura Familiar.

O PAA é coordenado pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome <<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/aquisicao-de-alimentos-da-agricultura-familiar>> (MDS), sendo uma das ações do Governo Federal em parceria com o Governo do Estado e a Prefeitura de Barbalha, que promove o acesso dos alimentos a população em situação de insegurança alimentar promovendo a inclusão social e econômica no campo; por meio do fortalecimento da Agricultura Familiar.

O PAA desde que foi lançado em 2009 em Barbalha, é referência para o Estado em decorrência da organização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário do município.

75 agricultores da Agricultura Familiar são beneficiados pelo programa, além de beneficia-los, o programa também estimula a produção agrícola, aumenta a renda dos pequenos produtores, mantém a regularidade na comercialização e ainda distribui gratuitamente, alimentos frescos e nutritivos para entidades filantrópicas e as crianças da Educação Infantil do município.

Em 2009, o programa tinha apenas 12 agricultores cadastrados, hoje, já são mais de 75 agricultores da Agricultura Familiar que, vendem seus produtos totalizando R\$ 507.000,000 (quinhentos e sete mil reais) para a Agricultura Familiar em Barbalha, além das 8 entidades filantrópicas beneficiadas semanalmente, além das crianças das creches da Educação Infantil do município.

ANEXO E - NOVA SEDE DO PAA EM FASE DE CONCLUSÃO EM BARBALHA-CE

<http://www.barbalha.ce.gov.br/index.php/11-barbalha/34-nova-sede-do-paa-em-fase-de-conclusao-em-barbalha>

Barbalha será uma das poucas cidades do Estado que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), terá sua sede própria. O prédio está em fase de conclusão e está sendo construído em um terreno dentro do antigo CSU, hoje, STDS na Vila Santo Antônio, local que vai beneficiar os agricultores na distribuição dos alimentos da Agricultura Familiar.

O local, com novas instalações fará com que funcionários e agricultores tenham espaço suficiente de trabalho e distribuição dos alimentos, com padrão de higienização e capacidade para armazenar os produtos da Agricultura Familiar, bem como, os representantes das entidades beneficiadas com o programa.

O PAA é coordenado pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), sendo uma das ações do Governo Federal em parceria com o Governo do Estado e a Prefeitura de Barbalha, que promove o acesso dos alimentos a população em situação de insegurança alimentar promovendo a inclusão social e econômica no campo; por meio do fortalecimento da Agricultura Familiar.

O PAA desde que foi lançado em 2009 em Barbalha, é referência para o Estado em decorrência da organização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário do município.

78 agricultores da Agricultura Familiar e entidades filantrópicas são beneficiados pelo programa, que além de beneficiar o agricultor, ele também estimula a produção agrícola, aumenta a renda dos pequenos produtores, mantém a regularidade na comercialização e ainda distribui gratuitamente, alimentos frescos e nutritivos para entidades filantrópicas e as crianças da Educação Infantil do município.

O Em 2009, o programa tinha apenas 12 agricultores cadastrados, hoje, já são mais de 78 agricultores da Agricultura Familiar que, vendem seus produtos totalizando R\$ 507.000,000 (quinhentos e sete mil reais) para a Agricultura Familiar em Barbalha, além das 8 entidades filantrópicas beneficiadas semanalmente além as crianças de 6 creches da Educação Infantil do município.

Sexta, 20 Novembro 2015, Assessoria de Imprensa.

ANEXO F - PAA – PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS CONTINUA DISTRIBUINDO ALIMENTOS SAUDÁVEIS EM BARBALHA

Disponível em: <<http://cncariri.com.br/paa-programa-de-aquisicao-de-alimentos-continua-distribuindo-alimentos-saudaveis-em-barbalha/>>.

O PAA – Programa de Aquisição de Alimentos é uma das ações do Governo Federal em parceria com o Governo do Estado e a Prefeitura de Barbalha, que promove o acesso dos alimentos a população em situação de insegurança alimentar, promovendo a inclusão social e econômica no campo; por meio do fortalecimento da Agricultura Familiar. O PAA desde que foram lançados 2009 em Barbalha, é referência para o Estado em decorrência da organização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário.

O município Barbalhense será um dos poucos do Estado, que o Programa de Aquisição de Alimentos, terá sua sede própria. O prédio está em fase de conclusão e, está sendo construído em um terreno dentro do antigo CSU, na Vila Santo Antônio, local que vai beneficiar os agricultores na distribuição dos alimentos da Agricultura Familiar.

O programa quando começou era pequeno, poucos agricultores acreditavam no seu desenvolvimento. Em 2009, o programa tinha apenas 12 agricultores cadastrados, hoje, já são mais de 78 agricultores da Agricultura Familiar, que vendem seus produtos; totalizando um total de R\$ 507.000,000 (quinhentos e sete mil reais) para a agricultura familiar em Barbalha.

Este Programa além de beneficiar o agricultor, ele também estimula a produção agrícola, aumenta a renda dos pequenos produtores, mantém a regularidade na comercialização e ainda distribui gratuitamente, alimentos frescos e nutritivos para entidades filantrópicas e as crianças da Educação Infantil nas creches do município. São beneficiados em Barbalha 79 agricultores da agricultura familiar, que fornecem ao programa 6.500,00 reais em produtos diversos; 8 entidades filantrópicas são beneficiadas semelhante, além de 6 creches da educação infantil do município; Associação amigos de Dom Bosco; Associação Pestalozzi e CAPS. Cerca de 5 Mil pessoas são beneficiadas com os alimentos do programa de aquisição de alimentos o PAA de Barbalha.

POR: CARLOS JUCA: 6 de outubro de 2015

ANEXO G - LANÇADO EM BARBALHA 6ª ETAPA DO PAA – PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS



<http://barbalha.ce.gov.br/v2/index.php?pg=secretaria&cod=11&idnoticia=2733>

Foi lançado na manhã desta sexta-feira 24 em Barbalha, a 6ª etapa do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos. O Programa é uma das ações do Governo Federal em parceria com o Governo do Estado e a Prefeitura de Barbalha, que promove o acesso dos alimentos a população em situação de insegurança alimentar promovendo a inclusão social e, econômica no campo; por meio do fortalecimento da Agricultura Familiar, e em Barbalha desde que foi lançado 2009, o Programa é referência para o Estado em decorrência da organização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário. Na solenidade de lançamento estiveram presentes o prefeito José Leite; secretário de Desenvolvimento Agrário, José Elismar de Vasconcelos; secretária de Educação, Cristiane Sampaio e vereadores, além dos mais de 78 agricultores da Agricultura Familiar e representantes das entidades filantrópicas que estão inscritas no Programa. O prefeito José Leite disse que o Programa em Barbalha tem se fortalecido devido sua organização desde 2009 quando foi lançado no município. O prefeito adiantou ainda que Barbalha será uma das poucas cidades que o Programa de Aquisição de Alimentos, terá sua sede própria. O prédio estar em fase de conclusão e estar sendo construído em um terreno dentro do antigo CSU, na Vila Santo Antônio, local que vai beneficiar os agricultores na distribuição dos alimentos da Agricultura Familiar. Para o secretário de Agricultura José Elismar, o programa quando começou era pequeno, e poucos agricultores acreditavam no seu desenvolvimento. Em 2009, o programa tinha

apenas 12 agricultores cadastrados, hoje, já são mais de 78 agricultores da Agricultura Familiar, que vendem seus produtos; totalizando um total de R\$ 507.000,000 (quinhentos e sete mil reais) para a agricultura familiar em Barbalha. Este Programa além de beneficiar o agricultor, ele também estimula a produção agrícola, aumenta à renda dos pequenos produtores, mantém a regularidade na comercialização e ainda distribui gratuitamente, alimentos frescos e nutritivos para entidades filantrópicas e as crianças da Educação Infantil nas creches do município. SERÃO BENEFICIADOS EM BARBALHA 78 AGRICULTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR, QUE FORNECEM AO PROGRAMA R\$ 6.500,00 (SEIS MIL E QUINHENTOS REAIS), EM PRODUTOS DIVERSOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E 8 ENTIDADES FILANTRÓPICAS SERÃO BENEFICIADAS SEMANALMENTE ALÉM DE 6 CRECHES DA EDUCAÇÃO INFANTIL.

24/07/2015. Por: Assessoria de Imprensa PMB

ANEXO H - NOTÍCIA PUBLICADA NO SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBALHA EM 17/12/2014

Disponível em: <<http://www.barbalha.ce.gov.br/v2/index.php?idnoticia=2529>>

SDA TEM DESCENTRALIZADO SUAS AÇÕES PARA TODO MUNICÍPIO



Secretário de Desenvolvimento Agrário do município de Barbalha, José Elismar de Vasconcelos tem descentralizado as ações para todo o município, e tem alcançado metas favoráveis na produção das atividades de sua pasta, graças às parcerias com os governos do Estadual e Federal.

FEBRE AFTOSA:

Barbalha hoje é um dos municípios do interior que tem alcançado as metas preconizadas pelo Ministério da

Agricultura nas campanhas de vacinação contra a febre Aftosa, desde 2009. O secretário José Elismar afirma que nos últimos seis anos, Barbalha tem feito o dever de casa. Nas campanhas contra a febre Aftosa o município sempre tem atingido a meta, ajudando o Estado estar hoje no status livre de febre aftosa, e graças às parcerias com a ADAGRI (Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará) e EMATERCE, Barbalha sempre cumpriu seu cronograma. E Barbalha hoje atingiu esse percentual de 92,5% do rebanho bovino vacinado nesta campanha do mês de novembro 2014.

GARANTIA SAFRA 2014/2015 – PROGRAMA DO GOVERNO FEDERAL:

Uma preocupação do Governo Municipal em ver a seleção e cadastro dos agricultores, bem como, a participação do CMDS (Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável), junto a S D A, a EMATERCE e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, no acompanhamento de todo processo do Programa do Garantia Safra em Barbalha. Hoje o agricultor cadastrado no programa, paga R\$ 14, 90 e o município pagar por cada agricultor 44,70, em Barbalha existem hoje 1.460 agricultores que aderiram o GS. José Elismar lembra que, nos últimos seis anos do atual Governo Municipal, Barbalha sempre esteve participando do Programa do Garantia Safra com sua contra partida, pagando suas parcelas. A Secretaria de Desenvolvimento Agrária do município, já estar entregando os boletos aos agricultores que aderiram o programa do Governo Federal 1014/2015.

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos:

Barbalha é referência com o Programa de Aquisição de Alimentos, desde sua implantação no município em 2009. O PAA é executado pelo Governo do Estado através da SDA, que assinou termo de adesão com o Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Hoje, o PAA em Barbalha atende a 87 agricultores que fornecem produtos da Agricultura Familiar ao

programa e, através da parceria da Prefeitura com os governos estadual e federal, compram os produtos da Agricultura Familiar, que são doados as instituições filantrópicas cadastradas ao programa.

A Prefeitura de Barbalha, em breve estará entregando uma nova sede do PAA. A nova sede terá todos os padrões de qualidade e higiene, com embalagens e entrega dos alimentos as instituições. o novo prédio está em fase de conclusão e é anexo ao antigo CRAS, hoje, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.

MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL:

Um equipamento que é de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do município, Mercado Público: Sempre foi uma preocupação da à atual administração zelar pelo equipamento, e as administrações passadas nunca o fizeram. Agora, o governo municipal faz uma reforma geral. Construiu sete novos Box restaurantes, sala da administração, e estão sendo concluídos oito novos banheiros. No interior do Mercado, as paredes ganham novo revestimento, cobertura será restaurada, novas portas e portões, esgotamento sanitário e nova instalação elétrica. O local vai proporcionar aos permissionários um ambiente decente, e com um padrão de higienização e organizado.

O Secretário de Desenvolvimento Agrário, Elimar de Vasconcelos finalizou dizendo: “estamos trabalhando esse é nosso objetivo, proporcionar uma melhor qualidade de vida para a população, graças aos esforços do prefeito Zé Leite em poder cumprir sua metas”.

17/12/2014- 15:07 | Assessoria de Imprensa - PMB

ANEXO I - NOTÍCIA PUBLICADA NO SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBALHA EM 25/06/2013

Disponível em:

<<http://www.barbalha.ce.gov.br/v2/index.php?pg=secretaria&cod=11&idnoticia=2009>>.

PAA UM PROGRAMA SOCIAL QUE DISTRIBUI ALIMENTOS A ENTIDADES FILANTÓPICAS EM BARBALHA



O PAA – Programa de Aquisição de Alimentos no município de Barbalha continua favorecendo os agricultores da Agricultura Familiar, bem como as entidades filantrópicas do município. Toda semana, na Central de Distribuição de Alimentos as 15 entidades que são beneficiadas com os alimentos comparecem para receber os alimentos.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma das ações do Fome Zero e promove o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e promove a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. O PAA também contribui para a formação de estoques estratégicos e para o abastecimento de mercado institucional de alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios para fins diversos, e ainda permite aos agricultores familiares que estoquem seus produtos para serem comercializados a preços mais justos.

O PAA adquire produtos agrícolas direto do produtor rural a preço de mercado e doa esses alimentos para instituições sociais envolvidas no atendimento às crianças, aos adolescentes e aos idosos de Barbalha. Este programa estimula a produção agrícola, aumenta a renda dos pequenos produtores, mantém a regularidade na comercialização e ainda distribui, gratuitamente, alimentos frescos e nutritivos para entidades filantrópicas.

Nessa primeira etapa, são beneficiados 32 agricultores, que já estão devidamente cadastrados e já vendem seus produtos ao Programa PAA. Cerca de 10 mil pessoas são atendidas pelas 15 entidades filantrópicas de Barbalha que estão sendo beneficiadas com a doação de frutas, legumes, hortaliças, além de outros produtos, por meio do PAA. O PAA é implementado por meio de cinco modalidades, em parcerias com governo estadual e municipal. Para participar do Programa, os agricultores devem ser identificados como agricultor familiar, enquadrando-se no Programa identificação é feita por meio de uma Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP).

Antônio Bernardo dos Santos (Novo), representantes da Associação dos Pequenos Agricultores do sítio Coité, disse que um programa importante para os agricultores, porque segundo Novo, mesmo os agricultores com uma produção pequena, eles tem o endereço já certo para destinar os produtos, e o mais importante é que os agricultores que fornecem os alimentos já têm a DAP. E o mais importante segundo Francisco Bernardo, é que o programa incentiva os agricultores produzirem bons alimentos e beneficia as entidades filantrópicas de Barbalha. A Secretaria de Desenvolvimento Agrário é a gestora do convênio firmado com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e é a responsável pela compra dos alimentos dos agricultores barbalhenses.

25/06/2013 - 15:47 | Assessoria de Imprensa

ANEXO J – NOTÍCIA PUBLICADA NO SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBALHA EM 18/06/2013

Disponível em: <<http://barbalha.ce.gov.br/v2/index.php?idnoticia=1999>>

SDA DISTRIBUI ALIMENTOS A ENTIDADES FILANTRÓPICAS DE BARBALHA

A Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) deste município distribuiu alimentos provenientes da agricultura familiar na manhã de hoje na sede do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).



Desde o início da gestão do Prefeito José Leite, o Governo Municipal tem dado todo o apoio a essas entidades, bem como os produtores da agricultura familiar. Na primeira etapa do programa foram beneficiados 32 agricultores barbalhenses. Já estão cadastrados mais 110 agricultores para a segunda etapa do programa.

As seguintes entidades foram beneficiadas: Sesfa, EMEIF Maria das Dores, CEI Mons. Murilo, CEI Antônia

Dolores, CEI Maria das Graças, CEI Maria Ironina, Sobef, Pestalozzi, Associação Aliança de Misericórdia, Associação Amigos de Dom Bosco, Paróquia Santo Antônio, Associação dos Catadores de Recicláveis, Hospital Santo Antônio, Hospital do Coração do Cariri, Hospital e Maternidade São Vicente de Paulo.

Saiba mais

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma das ações do Governo Federal e em parceria com o Governo Estadual e as prefeituras promove o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e promove a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Em Barbalha o programa é referência em todo o Estado devido a sua organização.

18/06/2013 - 12:46 | Assessoria de Imprensa

ANEXO K – NOTÍCIA PUBLICADA NO BLOG CARIRI EM SETEMBRO DE 2012

Disponível em: <<http://www.blogcariri.com.br/2012/09/barbalha-ce-cidade-ganhara-unidade-de.html>>

Barbalha (CE): Cidade ganhará unidade de distribuição de alimentos da agricultura familiar

A Secretaria de Desenvolvimento Agrário do município de Barbalha, através da coordenadora do PAA no município (Programa de Aquisição de Alimentos) Maria Georgete Almeida e da técnica em elaboração de projetos, Paula Mirelli Macedo que estiveram em Recife participando de encontro em pauta "Mesa Técnica" - Edital MDS/SESAN nº 03/2012/ Região Nordeste - Para a Implantação de Unidade de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar.

No encontro foi pleiteado à aprovação do projeto para o município barbalhense. Dentro do planejamento e do pleito levado pelas técnicas da SDA e da secretaria de Educação, foi sobre uma unidade de distribuição de alimentos da agricultura familiar.

Segundo Georgete Almeida no encontro transcorreu tudo bem e foi um sucesso a reivindicação da unidade para Barbalha. Ela disse que o projeto já está em fase de conclusão e lá esteve reunida com os representantes do Ministério da Agricultura, Ministério da Pesca e de representantes da Caixa Econômica Federal que serão os responsáveis pela liberação dos recursos no valor R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) com a contra partida da Prefeitura de Barbalha.

Para este projeto, 1.800 municípios do Brasil inteiro se cadastraram para conseguirem este projeto, dentre eles apenas 79 foram selecionados e do Estado do Ceará apenas quatro cidades conseguiram aprovação dos recursos que são eles: Barbalha, Caridade, Sobral e Quixaramobim.

O município barbalhense foi destacado no encontro pela sua organização financeira, pelos projetos que o município vem desenvolvendo e, por isso, que Barbalha foi selecionado neste projeto.

Segundo Georgete Almeida, a partir de agora será feito o projeto de arquitetura do prédio que será construído próximo ao CRAS, terreno doado pela Prefeitura Municipal. Quando em funcionamento a nova Unidade de Distribuição de Alimentos, vai beneficiar inicialmente 70 agricultores da Agricultura Familiar. Georgete disse acreditar que este número deva aumentar pela organização que o programa e os projetos desenvolvem hoje no município, chegando aos 100% de agricultores cadastrados.

Fonte: Assessoria de Imprensa / PM

ANEXO L – NOTÍCIA PUBLICADA NO BLOG DO JORNALISTA TARSO ARAÚJO EM JULHO DE 2012.

Disponível em: <<http://www.blogcariri.com.br/2012/07/barbalha-ce-entidades-filantropicas.html>>

Barbalha (CE): Entidades filantrópicas continuam recebendo alimentos da agricultura familiar



O Programa de Aquisição de Alimentos em Barbalha é um exemplo de projeto social. Atraído pela parceria da Prefeitura Municipal com o Governo do Estado do Ceará através da Secretaria de Desenvolvimento Agrário S D A, vem a cada semana entregando os alimentos adquiridos direto do agricultor da Agricultura Familiar, as instituições filantrópicas de Barbalha.

A cada semana, ou seja, a cada dois dias da semana os alimentos são entregues no Banco de Alimentos que fica localizado na Av. Dr. Pio Sampaio no bairro Cirolândia, A 19 entidades sócio-assistenciais.

Os representantes das entidades e associações filantrópicas recebem os mais variados produtos como: Macaxeira, banana, laranja, jerimum, batata, hortaliças, legumes, queijo e outros produtos da Agricultura Familiar.

O secretário Municipal de Desenvolvimento Agrário José Elismar de Vasconcelos, disse que esse programa é um dos mais consistentes no que diz respeito às políticas públicas da boa alimentação, do incentivo aos pequenos agricultores que tem suas economias valorizadas pelo Governo do Estado e do município.

Fonte: Assessoria de Imprensa / PMB

ANEXO M – NOTÍCIA PUBLICADA NO SITE DA RÁDIO TRÊS FRONTEIRA AM EM 13/02/2011

Disponível em: <<http://tresfronteirasam.com.br/noticias.php?noticia=418>>

Alimentos em Barbalha



Lançado em Barbalha no último dia 26 de janeiro, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma realidade para dezenas de agricultores e instituições filantrópicas que já estão sendo beneficiadas com os produtos.

No município barbalhense, 29 agricultores fazem parte do Programa de Aquisição de Alimentos, foram aprovados e cadastrados no programa, que está beneficiando 19 instituições sociais e assistenciais. Na manhã da última terça-feira, 8, a Central de Abastecimento de Alimentos em Barbalha, que fica localizada na Avenida Pio Sampaio, no Bairro Cirolândia, começou a receber os produtos diretamente dos agricultores barbalhenses.

As 19 instituições filantrópicas estão sendo beneficiadas com os produtos como carne bovina, queijo, coentro, cebolinha, cebola, chuchu, entre outros.

**ANEXO N – NOTÍCIA PUBLICADA NO BLOG DO JORNALISTA TARSO ARAÚJO
EM 27/01/2011**

Disponível em: <<http://tarsoaraujo.blogspot.com.br/2011/01/programa-de-aquisicao-de-alimentos-em.html>>

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS EM BARBALHA

O prefeito de Barbalha, José Leite, participou ontem, do lançamento do Programa de Aquisição de Alimentos no Município. O evento teve a participação de Adonias Sobreira, gerente regional da Ematerce, e Mônica Macedo, que representou o secretário de Desenvolvimento Agrário, Nelson Martins. Na oportunidade José Leite falou sobre as políticas que vem desenvolvendo na agricultura e segurança alimentar. O prefeito de Barbalha destacou ainda o trabalho feito pelo ex-secretário de desenvolvimento agrário do Estado, Camilo Santana, que segundo ele, abriu vários caminhos para a ampliação das políticas públicas na agricultura no Ceará.

José Leite falou ainda que Barbalha vem trabalhando para ampliar as políticas que atendam famílias carentes. Para ele, essas políticas devem ser cada vez mais ampliadas. Ele anunciou a construção de uma cozinha comunitária e do Restaurante Popular em Barbalha.